

AMAZON BIOME CONSERVANCY GROUPED REDD+



Document prepared by Systemica Inteligência em Sustentabilidade



Janeiro/2023

Project Title	<i>Amazon Biome Conservancy Grouped Redd+</i>
Version	<i>V1</i>
Date of Issue	<i>19/11/2022</i>
Project Location	<i>Brasil</i>
Project Proponent(s)	
Prepared By	<i>Systemica Inteligência em Sustentabilidade</i>
Validation Body	
Project Lifetime	
GHG Accounting Period	
History of CCB Status	
Gold Level Criteria	
Expected Verification Schedule	

Sumário

1.	7	
2.	15	
3.	32	
4.	38	
5.	42	
5.1	43	
5.2.	Divulgação dos Documentos Resumidos do Projeto (2.3.2)	45
5.4	Custos, riscos e benefícios para as comunidades (2.3.4)	50
5.5	56	
5.6	56	
5.6.1	Aplicação do questionário	55
5.6.2	Dinâmica das prioridades	56
5.6.3	59	
5.7.	Consulta Continuada e Gestão Adaptativa (2.3.8)	57
5.7	61	
5.8	62	
5.9	65	
5.10	65	
5.11	65	
6.	114	
7.	115	

Lista de Figuras

1. Parâmetros Sociais (2.1.6)	8
2. Área do Projeto (2.1.7)	15
3. Identificação dos atores (stakeholders) (2.1.8)	32
4. Descrição dos atores e agentes de interesse (stakeholders) (2.1.9)	38
5. Engajamento das comunidades (2.3)	42
5.1 Acesso dos atores (stakeholders) à documentação do projeto (2.3.1)	43
5.2. Divulgação dos Documentos Resumidos do Projeto (2.3.2)	47
5.4 Custos, riscos e benefícios para as comunidades (2.3.4)	52
5.5 Informações aos atores sobre o Processo de Validação e Verificação (2.3.5)	56
5.6 Consulta às Partes Interessadas (2.3.7)	56
5.6.1 Aplicação do questionário	57
5.6.2 Dinâmica das prioridades	58
5.6.3 Reuniões Coletivas	59
5.7. Consulta Continuada e Gestão Adaptativa (2.3.8)	59
5.7 Canais e formas de comunicação com as partes interessadas (2.3.9)	61

5.8 Participação das Comunidades na Tomada de Decisões e Implantação do Projeto (2.3.10)	62
5.9 Medidas para garantia da antidiscriminação (2.3.11)	65
5.10 Procedimentos de Feedback e Reparação das Reclamações (2.3.12)	65
5.11 Acessibilidade do Procedimento de Retorno e Reparação de Reclamações (2.3.13)	65
6. Valores de Conservação – HCV	65
6.2. Consentimento Livre, Prévio e Informado	69
6.3. Proteção dos Direitos à Propriedade	70
6.4. Identificação de Atividades Ilegais	71
7. Comunidade	79
7.1. Descrição das Comunidades no cenário sem-projeto	80
7.1.1 Características históricas, contextos e dinâmicas do uso da terra no cenário sem-projeto	80
8. Equipe Técnica	114
9. Referências Bibliográficas	115

Lista de tabelas

Introdução

O presente trabalho objetiva o atendimento aos padrões preconizados na certificação CCB, relativos à inclusão das comunidades adjacentes à propriedade do Sr João Rogério de Sousa, proponente do projeto Amazon Biome Conservancy Grouped Redd+ (ABC Grouped Redd+), que prevê a redução das emissões de carbono no bioma amazônico, a partir da manutenção da floresta em pé, e da melhoria do bem estar e da qualidade de vida das comunidades que habitam as áreas de entorno do projeto. A propriedade se localiza às margens da Rodovia AM 010, no município de Itacoatiara, estado do Amazonas, nos lotes 80,81,84,93,94,95 e lote Felicidade. Os processos de planejamento e realização do engajamento dos atores e populações que habitam os territórios de entorno da propriedade que compõem o projeto foram realizados a partir dos estudos técnicos e trabalho de campo promovidos pela equipe Systemica ao longo dos meses de Novembro e Dezembro de 2022 e Janeiro de 2023.

Os Padrões Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB) foram lançados em 2005 para promover desenvolvimento e investimento em projetos baseados no local que entregam credibilidade e benefícios climáticos, comunitários e da biodiversidade de forma integrada e sustentável. Nesse ínterim, o presente trabalho contempla a descrição do processo de engajamento e fomento à participação das comunidades e grupos comunitários que habitam os territórios do entorno da propriedade, com destaque para a Vila de Lindoia, comunidade de mais de três mil habitantes que se encontra a uma distância de 20 Km da propriedade do Projeto ABC, sendo identificada como a mais próxima à área de atuação do projeto, e portanto, de suma relevância para o desenvolvimento das ações propostas.

O projeto ABC Grouped Redd+ tem duração prevista de 30 anos e tem como objetivo reduzir o desmatamento, proteger a biodiversidade e promover ações de caráter socioambiental, cuja definição deve se dar de forma participativa, a partir de um processo de consulta aos moradores das comunidades do entorno e demais atores de interesse. Esse documento intenta demonstrar como os benefícios climáticos previstos no âmbito da validação ora proposta estão sendo planejados com a participação integral e efetiva das populações que estão sob a área de influência da propriedade, e ou das atividades econômicas por ela promovidas. Tal mobilização teve como foco a inclusão dessas populações através do acesso e explicação das informações sobre o projeto, consulta e participação na tomada de decisões sobre as ações planejadas, promoção de reuniões e atividades diagnósticas coletivas e individuais. Como complemento segue todas as evidências e documentação de comprovação do consentimento prévio, que enseja o processo de participação, aceitação e autorização do uso das informações coletadas para o desenvolvimento das etapas previstas do projeto, garantindo-se que todas as ações propostas sejam consentidas e incluam as opiniões, demandas e prioridades dos grupos que habitam o entorno do projeto.

1. Parâmetros Sociais (2.1.6)

O Estado do Amazonas pertence à região Norte do Brasil é o segundo maior estado em extensão territorial da federação e o mais povoado da região norte, tendo como sua capital a cidade de Manaus. Sua área é de 1.559.167,878 km², possui 62 municípios e uma população estimada em 4.269.995 pessoas (IBGE, 2021)¹. O Amazonas faz fronteira com três países Andinos (Venezuela ao norte, Colômbia a noroeste e Peru a oeste), áreas que já foram consideradas como “fronteiras mortas” nos primeiros 50 anos do século XX, devido ao baixo índice de ocupação e densidade demográfica. Hoje apresenta uma dinâmica complexa, com a presença de Terras Indígenas, centros urbanos, bases militares, tensões fronteiriças, incluindo narcotráfico, garimpo ilegal, grilagem e desmatamento, além de comportar uma população diversa, advinda, em grande parte de fluxos migratórios internos, mas também advindos dos países vizinhos.

No Brasil, o Amazonas faz limite com cinco estados, todos pertencendo à Amazônia Legal, sendo o Acre a sudoeste, Rondônia ao sul, Mato Grosso a sudoeste, Pará a leste e Roraima a nordeste. Utilizadas tanto nos órgãos estaduais de planejamento, gestão e políticas, como nos órgãos federais como o IBGE, essas divisões surgiram para definir zonas com limites específicos (régio), com o intuito de administrar melhor o território, considerado de relevância nacional e mundial, em função da biodiversidade que abriga.

O Amazonas possui baixa densidade demográfica, 71,4 % da população estadual se encontram nas áreas urbanas e 28,6 % vivem na zona rural (IBGE, 2021). A população entre 0 e 14 anos de idade representa 43,8% do total; entre 15 e 59 anos responde por 52%; e as pessoas com mais de 60 anos de idade representam 4,2% da população do Estado. Ainda, segundo dados do IBGE², no estado do Amazonas, as mulheres são 49,6 % da população e os homens 50,4 %, possui a 15ª população do Brasil e ocupa o 16º lugar no ranking dos estados brasileiros no IDH³ (Índice de Desenvolvimento Humano), o que denota a carência dessa região por projetos sociais e políticas de inclusão que alcancem a população que vive dispersa e, muitas vezes sem acesso aos principais núcleos e serviços urbanos, onde se encontra maior infraestrutura de saúde, educação, moradia e oportunidades de geração de renda.

¹ Dados do IBGE de 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>>. Acesso em dezembro de 2022.

² Dados do último senso do ano de 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>>. Acesso em: set./2022. Acesso em dez./2022.

³ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é medido através de três indicadores: longevidade, renda e educação.

A capital Manaus foi criada no século XVII para demonstrar a presença lusitana e fixar domínio português na região amazônica, que na época já era considerada posição estratégica em território brasileiro. De acordo com o historiador Francisco Gomes da Silva (1997), que estuda o processo de formação de Manaus e das cidades da região metropolitana (como Itacoatiara), o núcleo urbano, localizado à margem esquerda do Rio Negro, teve início com a construção do Forte da Barra de São José, idealizado pelo capitão de artilharia, Francisco da Mota Falcão, em 1669, data que foi convencionada a usar como o nascimento da cidade (SILVA, 1997). O atual território do estado do Amazonas foi de posse espanhola, se levar em conta a divisão proposta pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494. A região manteve-se inexplorada até o século XVI, quando se tornou alvo de interesse de holandeses, franceses, ingleses, irlandeses e, principalmente, de portugueses, que saíram em 25 de dezembro de 1615 de São Luís do Maranhão e chegaram ao Pará, onde em 1616, instalaram na baía do Guajará o Forte do Presépio, nome que fazia referência ao dia da saída do Maranhão (SILVA, 1997).

O Estado do Grão-Pará e Maranhão, criado em 31 de junho de 1751, pelo Marquês de Pombal, com sede em Belém, tinha o objetivo de demarcar as fronteiras portuguesas, efetivando o acordo feito com a coroa espanhola em 1750, o chamado Tratado de Madri. Ao redor do Forte de São José do Rio Negro se desenvolveu o povoado do Lugar da Barra, que por conta da sua posição geográfica passou a ser sede da Comarca do São José do Rio Negro. Em 1755, por meio de Carta Régia, a antiga missão de Mariuá foi escolhida como capital, passando a se chamar Vila de Barcelos. Anos mais tarde a sede foi transferida para o Lugar da Barra, que em 1832 tornou-se Vila da Barra, e em 24 de outubro de 1848, a Cidade da Barra de São José do Rio Negro. No entanto, com a elevação da Comarca à categoria de Província, em 1850, a Cidade da Barra passou a se chamar em 04 de setembro de 1856, Cidade de Manaus, tornando-se independente do Estado do Grão-Pará. O nome lembra a tribo indígena dos Manaós, que habitavam a região onde hoje é Manaus antes de serem extintos por conta da civilização portuguesa, e seu significado é “mãe dos deuses”. A partir de 1870, Manaus viveu o surto da exploração da borracha, encerrando-se em 1913, em virtude da perda do mercado mundial para a goma asiática, fazendo com que a cidade retornasse a um novo período de isolamento até o advento da Zona Franca de Manaus, em 1970 (SILVA, 1997).

A propriedade do projeto se localiza na Região Metropolitana de Manaus, no município de Itacoatiara, cuja área é de 8.891906 Km² e a população está estimada em 104.046 habitantes, o que a coloca como terceira maior do estado do Amazonas, conforme dados do IBGE (IBGE, 2021). Distanto cerca de 270 Km da capital, através da rodovia AM-010, Itacoatiara é importante eixo de desenvolvimento regional, por facilitar o escoamento de pessoas, mercadorias e serviços, por toda a porção centro-leste do estado. Possui o terceiro maior PIB do Amazonas (IBGE, 2019), ficando atrás apenas do município de Coari e da própria capital Manaus⁵. Em 2022, o PIB municipal atingiu o montante de R\$2 bilhões, sendo que 43%

⁴ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/altamira.html>. Acesso em 02/10/2022.

⁵ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/itacoatiara/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>. Acesso em 01-12-2022.

destes recursos ficaram concentrados nos setor agropecuário, 37% no setor de serviços e 20% na indústria (IBGE, 2021). Itacoatiara é um município que possui grande potencial de crescimento, situação que se torna ainda mais favorável em virtude de sua localização geográfica, às margens do rio Urubu, braço do rio Amazonas, que abriga um porto, fato que torna sua dinâmica econômica ainda mais arraigada no processo de desenvolvimento social e ocupação da floresta, no período colonial (BENCHIMOL, 1992).

Essa oportunidade de desenvolvimento local adveio da disponibilidade de recursos naturais (rios, estradas, florestas e terras) serem incorporados ao desenvolvimento político-econômico, pelo grande capital, ou como objetivo da ação governamental (BENCHIMOL, 1992). Ainda de acordo com o autor, na divisão internacional do trabalho, o município se apresenta como um polo de produção agropecuária, embora a maior parte de sua força de trabalho esteja alocada principalmente no comércio (55%) e indústria (41%).⁶ O setor primário abriga apenas 5% dos trabalhadores formais do município, por ter, possivelmente o perfil mais mecanizado, tendo a soja e a cana de açúcar como vetores principais, a partir das plantações e propriedades que vão surgindo ao longo da AM-010, que dá acesso entre as duas cidades. A extração de madeira, borracha e gomas não elásticas são bastante representativas na economia local. A pecuária é representada principalmente por bovinos e suínos, com produção de carne e de leite destinada ao consumo local e exportação. A pesca é abundante, e o município destaca-se como entreposto pesqueiro, tanto para o consumo local como para venda para outras unidades da federação.

Com relação à situação das estradas, vale ressaltar que a rodovia AM-010 foi asfaltada integralmente, tendo a obra sido finalizada em novembro de 2022, já no contexto das eleições estaduais, de acordo com depoimentos de moradores locais. A melhoria do asfalto reduziu quase pela metade o tempo necessário para percorrer o trajeto entre Manaus e Itacoatiara, que era de 4 horas e meia, antes da obra, e passou a gastar uma média de 2 horas e meia após o recapeamento. Essa redução no tempo do percurso foi confirmada pela equipe de pesquisa da Systemica, que presenciou parte das obras em andamento, durante trabalho de campo realizado em novembro de 2022, para engajamento dos atores de interesse do projeto. Esse aumento da eficiência do trânsito na rodovia é importante para a redução dos custos de escoamento da produção, o aumento do fluxo de mercadorias e serviços no contexto regional, implicando numa oportunidade de ampliação da dinâmica econômica local, com incremento na geração de empregos e renda, do transporte da produção agropecuária, sobretudo da agricultura familiar tão importante para a economia local. Esta última está disseminada pelas comunidades de interesse para o projeto, tendo grande importância na garantia da segurança alimentar, na adoção de modelos produtivos mais sustentáveis e capazes de promover a

⁶ Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/2483/1/Disserta%20a7%20a3o%20-%20Milke%20Cabral%20Alho.pdf>. Acesso em 01-12-2022

redução das desigualdades sociais e econômicas que atingem as comunidades rurais mais vulneráveis, no contexto amazônico.

A região é forte na produção de abacaxis, cítricos, banana, mamão, cupuaçu e mais recentemente do cacau e do café, promovida em sua maior parte por pequenos produtores, pontuando-se algumas iniciativas da EMATER- AM (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e do IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Amazonas) que já possuem foco no desenvolvimento local sustentável, associando formas produtivas ambientalmente responsáveis, crescimento econômico, melhoria da qualidade de vida e preservação da floresta. Produção de orgânicos, economia de baixo carbono, sistemas agro florestais, possuem grande potencial de fortalecimento, e já estão presentes em algumas propriedades localizadas nas comunidades de interesse do projeto. Observa-se um aumento da consciência ambiental de alguns desses produtores que estão se movimentando no sentido de abandonar as técnicas culturalmente arraigadas, como o uso do fogo para a limpeza de áreas cultiváveis, o uso de químicos e agrotóxicos para a correção do solo e para o combate de pragas. Tem ocorrido o aumento da utilização de insumos orgânicos, baseados numa cultura de reaproveitamento e redução dos resíduos sólidos como a compostagem, evitando-se o uso de substâncias que impactam negativamente na qualidade dos alimentos, e que possuam potencial para contaminação do solo, rios e peixes. Ressalta-se que a produção pesqueira é crucial para a subsistência de parte significativa das comunidades ribeirinhas, fonte de alimentação e geração de renda para muitos daqueles que habitam a bacia amazônica, tão rica em recursos hídricos, quanto de biodiversidade.

Além disso, o município de Itacoatiara vem demonstrando um grande potencial para atrair projetos estratégicos que tragam as premissas do desenvolvimento sustentável, já que está localizada no bioma amazônico, possui infraestrutura de porto, aeroporto, estradas, além da proximidade em relação aos grandes consumidores locais e regionais. Sua posição de relevância em relação aos demais municípios do Médio Amazonas se alia à pretensão de se tornar um polo regional agrícola, com foco em projetos ambiental e socialmente responsáveis, capazes de atrair investimentos, reduzir as desigualdades, melhorar as condições de vida das populações locais, e desenvolver práticas produtivas mais sustentáveis.

Embora Itacoatiara tenha apresentado um bom desempenho econômico em 2020, o salário médio mensal foi de 1.8 salários-mínimos, ocupando a posição 25 dentre os 62 municípios amazonenses. Essa pode ser considerada uma média salarial baixa se comparada com o PIB municipal, o terceiro maior do estado, indicando um grande índice de desigualdade na distribuição desses recursos. Considerando os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Itacoatiara apresentou 45,2% da sua população nestas condições, o que o coloca na posição 57 de 62 dentre as cidades do estado. Possui apenas 19,7% dos domicílios, com esgotamento sanitário adequado e apenas 11,9% com urbanização adequada, o que inclui presença de bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2021b). Segundo o Documento de Estudo de Impacto Ambiental – EIA - relativo à implantação da

Termelétrica de Itacoatiara (EIA, 2018), o processo de expansão urbana da região se deu, em grande parte, de forma desordenada, ou seja, sem o devido planejamento do ambiente construído e do processo de construção das unidades habitacionais, o que ocasionou a ausência de infraestrutura e de aparelhos públicos (EIA, 2018).

O município possui uma densidade demográfica de 9,77 hab./km² (IBGE, 2021b), considerada baixa se comparada à média brasileira que é de 22,43 hab./km². Porém esse índice é superior ao estado do Amazonas com 2,23 hab./km² (IBGE, 2021b), e da própria região norte com 4,12 hab./km² (IBGE, 2021b). Com relação ao IDH, Itacoatiara apresentou em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano de 0,644 (IBGE, 2010)⁷, que está abaixo do estado do Amazonas com 0,674 (IBGE, 2010)⁸, e da média nacional que é de 0,724 (IBGE, 2010).

O território de interesse do projeto está inserido no bioma amazônico, e tem como área de preservação mais próxima a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Uatuamã, localizada a 32,68 km da propriedade do projeto ABC. Criada em 2004, a RDS Uatuamã se localiza no Amazonas, nos municípios de São Sebastião do Uatuamã e Itapiranga, e tem como missão proteger a biodiversidade e, ao mesmo tempo, fortalecer o modo de vida tradicional, o resgate dos conhecimentos e técnicas de extrativismo florestal, aliadas ao desenvolvimento social, conservação da floresta e, garantindo sustentabilidade para a comunidade que habita a região⁹. Na região também merece destaque a presença da Floresta Estadual do Rio Urubu e a Reserva Biológica do Uatuamã, que dista 80,82 Km e 98,44 Km da área do projeto ABC.

Na língua Tupi-Guarani Itacoatiara significa pedra pintada, ou pedra desenhada, tal denominação local foi dada em consequência da existência de inscrições e desenhos gravados em pedras ao longo do rio Urubu, braço do rio Amazonas. Esses cursos d'água tiveram grande importância no processo de colonização, e após com a vinda dos jesuítas, que se instalaram ao longo das comunidades indígenas que já habitavam a bacia hidrográfica do rio Amazonas, quando da chegada dos portugueses, ainda em meados do século XVII. De acordo com o historiador local Frank Chaves, funcionário da Secretaria Municipal de Cultura de Itacoatiara e produtor de um blog com informações históricas e culturais relevantes sobre o município, o sítio arqueológico que dá nome ao local foi encontrado na vila originária em 1759, pelos componentes da Missão dos Abacaxis, localizada no rio do mesmo nome, afluente do Madeira, e que sofria constantes ataques dos indígenas da etnia Mura. Segundo o historiador:

Em 1º de janeiro de 1759, aconteceu de fato o direito à instalação da Vila com denominação portuguesa de SERPA, que estaria sob a proteção de N. S. do Rosário de Serpa, cuja imagem foi trazida de Portugal para a Vila

⁷ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/itacoatiara/panorama>. Acesso em 02-02-2022.

⁸ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>. Acesso em 02-02-2022

⁹ Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/3522_20180614_161956.pdf. Acesso em 14-01-2023.

recém-formada. Foi a 3ª Vila instalada do Amazonas. Pela estratégica posição geográfica, exercia considerável influência na região, ficando inclusive o Lugar da Barra, atual Manaus, sob sua dependência política. A Comarca de Serpa compreendia a aproximadamente metade da área do Estado do Amazonas (CHAVES, Frank, 2022) ¹⁰.

A resiliência da etnia Mura na região é observada até os dias de hoje, já que de acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ainda há duas terras indígenas (TIs) em Itacoatiara, que pertencem a esta etnia: a TI Rio Urubu e a TI Paraná do Arauató, que distam 31,30 Km e 66,55 Km da propriedade do projeto ABC, respectivamente.

No que se refere à comunidade mais próxima da área do projeto ABC, destaca-se a Comunidade Nossa Senhora de Nazaré, localizada no território também conhecido como Vila de Lindóia, que dista cerca de 20 km da propriedade do projeto ABC. Localizada em uma área detentora de grande beleza cênica, dotada de cachoeiras, floresta nativa, igarapés e praias de areia branca, com grande potencial de visitação, o local vive a emergência da atividade turística com pesca esportiva, e experiências voltadas para a floresta (também chamado de turismo de selva), que tem se desenvolvido às margens do rio Urubu e ao longo de toda a bacia do rio Amazonas e região. Segundo artigo da professora Susy Simonetti (2010), da cadeira de Turismo e Gestão Ambiental na Universidade Estadual do Amazonas – UEA, o potencial turístico¹¹ da região é grande, pois, mesmo que a infraestrutura básica da Vila Lindoia como na maioria das localidades da Amazônia seja deficitária, existe um acesso mínimo, pelo menos aos moradores que habitam a porção urbanizada da vila e entorno, à energia elétrica, água encanada, posto de saúde, coleta regular de lixo e escola pública de ensino Infantil, Fundamental e Médio, o que é pouco comum nas zonas rurais do interior do Amazonas. Sobre a vila e sua dinâmica econômica pontua a autora (2010):

Verificou-se que as atividades econômicas existentes na comunidade da Vila de Lindóia são: agricultura (tucumã, açaí, castanha, pupunha) para subsistência; pecuária; agropecuária; comércio com exploração em mercearias, minimercados; extrativismo vegetal e mineral (carvão); pesca; e turismo. O extrativismo mineral e o comércio são as atividades econômicas predominantes. As condições naturais do solo distrófico justificam a tímida exploração agrícola no local. Dessa forma, o turismo realmente apresenta-se como uma vocação em potencial do distrito, tendo em vista seus aspectos naturais e culturais, os quais carecem de organização para desencadear uma exploração adequada (SIMONETTI, et. AL, 2010, pp.03).

¹⁰ Disponível em: <https://frankchaves-ita.blogspot.com/p/historia-de-itacoatiara.html>. Acesso em 03-12-2022.

¹¹ Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/06/Potencialidade%20Turistica%20das%20Areas%20Rurais%20na%20Amazonia%20os%20desafios%20do.pdf. Acesso em 03-02-2022.

A vila fica ao longo do rio Urubu e como menciona a autora, possui grande vocação para o ecoturismo, embora seja necessária a regulamentação das atividades e serviços prestados, principalmente da pesca esportiva, que vem atraindo um grande número de visitantes para a região. A vila possui mais de 3 mil habitantes, conforme informações fornecidas por membros da equipe de saúde da UBS local, distribuídos entre diversas comunidades rurais que se desenvolveram ao longo dos acessos das vicinais, chamados localmente de “ramais”, que são vias que partem da AM-010 para o interior do território às margens do rio Urubu. Dados oficiais sobre a população da vila, não foram encontrados, e no sentido de dirimir tais lacunas de informações foi feita uma busca ativa por dados socioeconômicos da vila, durante trabalho de campo promovido pela equipe de pesquisadores da Systemica. Na busca dos dados sobre a localidade também foram visitadas a sede da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, consultados profissionais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, do Gabinete do Prefeito, do Departamento Municipal de Terras. Também houve busca ativa junto as instituições estaduais e federais presentes no município como o escritório do IDAM – Instituto do Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas, do ADAF – Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas, e do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Algumas informações, portanto, ficaram sem respostas, já que nenhum desses órgãos soube mensurar com exatidão os dados sobre o tamanho total do território da vila, número de habitantes por gênero e faixa etária, tampouco informações acerca da produção agrícola e do volume comercial da região. Durante incursão de campo, os pesquisadores identificaram como estando mais próximas à propriedade do projeto ABC, comunidades rurais do município de Itacoatiara, sendo a Vila Lindóia e entorno, o local definido como sendo prioritário no processo de mobilização social e consulta aos stakeholders locais realizado pelos pesquisadores, sendo sua população o público alvo do trabalho de diagnóstico sócio ambiental apresentado a seguir.

Observou-se nesses locais a predominância da agricultura familiar como atividade econômica, com a produção variada de frutas e hortaliças, mas ainda verificou-se reminiscências da atividade carvoeira, e do uso do fogo para limpeza de áreas de pastagem. Segundo a Fundação Amazônia Sustentável – FSA¹², com relação ao desmatamento e queimadas no bioma amazônico, o município de Itacoatiara se encaixa perfeitamente no espectro abaixo descrito:

É fruto de uma engrenagem econômica, que gera grandes lucros para um pequeno segmento da sociedade amazônica, representado pelos madeireiros, grileiros e garimpeiros - todos eles atuando de forma ilegal e criminoso. Os madeireiros ilegais atuam geralmente em terras públicas, incluindo unidades de conservação e terras indígenas. Não pagam os impostos devidos, empregam trabalhadores de forma irregular, sem os devidos direitos trabalhistas, e atuam sem as licenças ambientais

¹² Disponível em: <https://fas-amazonia.org/blogpost/amazonenses-sao-contras-o-desmatamento-e-as-queimadas/>. Acesso em 04-12-2022.

necessárias, causando enormes prejuízos ambientais. Os madeireiros ilegais abrem estradas ilegais por onde entram os grileiros, que roubam terras públicas. A criação de gado pelos grileiros tem a função principal de criar uma fachada de produtor rural para conseguirem documentos da terra de forma ilegal e fraudulenta. Os garimpeiros ilegais, que são a esmagadora maioria, aplicam parte significativa dos seus ganhos na compra de terras de grileiros e na criação de gado, como forma de esquentar o dinheiro ganho ilegalmente e que deixa um rastro de destruição nos rios e de degradação social das comunidades locais. O mercado global de alimentos adiciona combustível e lucratividade para essa engrenagem econômica (FSA, 2022)¹³.

Mediante tal cenário de avanço do processo de degradação do bioma amazônico, iniciativas que tem como o foco a preservação ambiental, como a adoção dos créditos de carbono, redução da supressão vegetal, entre outras de cunho sustentável, precisam ser implementadas. O objetivo deve ser garantir a manutenção da floresta em pé, a proteção da biodiversidade, em concomitância à adoção de medidas que garantam a melhoria da qualidade de vida das comunidades que vivem na interface com a floresta. Assim, a pressão do desmatamento e degradação da Floresta Amazônica pode ser entendido como resultado, principalmente, da grilagem por invasão de terras privadas, utilizando-se para tal da exploração madeireira ilegal e o garimpo ilegal, além das queimadas voltadas principalmente para a constituição de pastos para a pecuária.

Sendo assim, podemos resumir essa pressão que tem se agravado nos últimos anos, e que tem relação com a destruição de porções significativas da floresta na região a partir dos seguintes aspectos: (a) conversão de florestas em áreas para agricultura e pecuária para fins de posse de terra ou exploração econômica; (b) extração de madeira ilegal e sem plano de manejo; e (c) limpeza de terrenos a partir do uso do fogo, que gera riscos à biodiversidade, além de poder virar um foco de incêndio que se alastra para áreas maiores. Há também causas indiretas como: (d) subsídios e incentivos governamentais à agricultura e pecuária; (e) mão de obra barata; (f) ilegalidade da posse e propriedade da terra; (g) falta de governança estatal e aplicação da lei; e (h) impulsionadores do mercado, como o aumento dos preços das commodities. Todos esses padrões podem ser encontrados no estado do Amazonas.

2. Área do Projeto (2.1.7)

A área de interesse do projeto está na região centro-amazonense, constituída de 30 municípios e divididas em 6 Microrregiões: Tefé, Coari, Manaus, Rio Preto da Eva, Parintins e Itacoatiara.

¹³ Disponível em: <http://profricardoabreu.blogspot.com/2009/08/vila-de-lindoia.html>. Acesso em 02-02-2022.

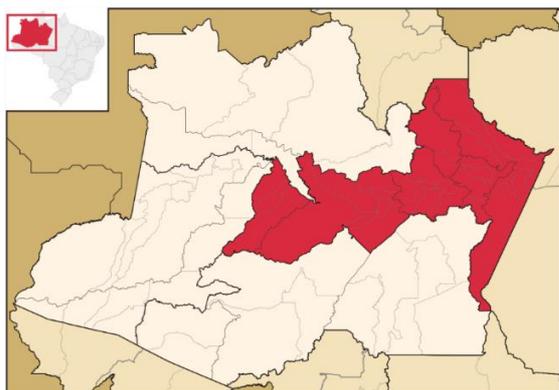


Figura SEQ Figura * ARABIC 1: Mesorregião da área de interesse do Projeto. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_do_Amazonas. Acesso em dez./2022

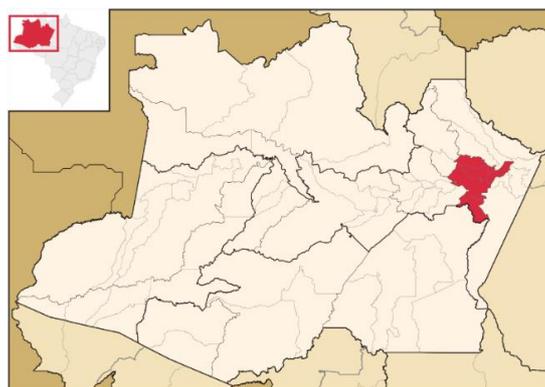
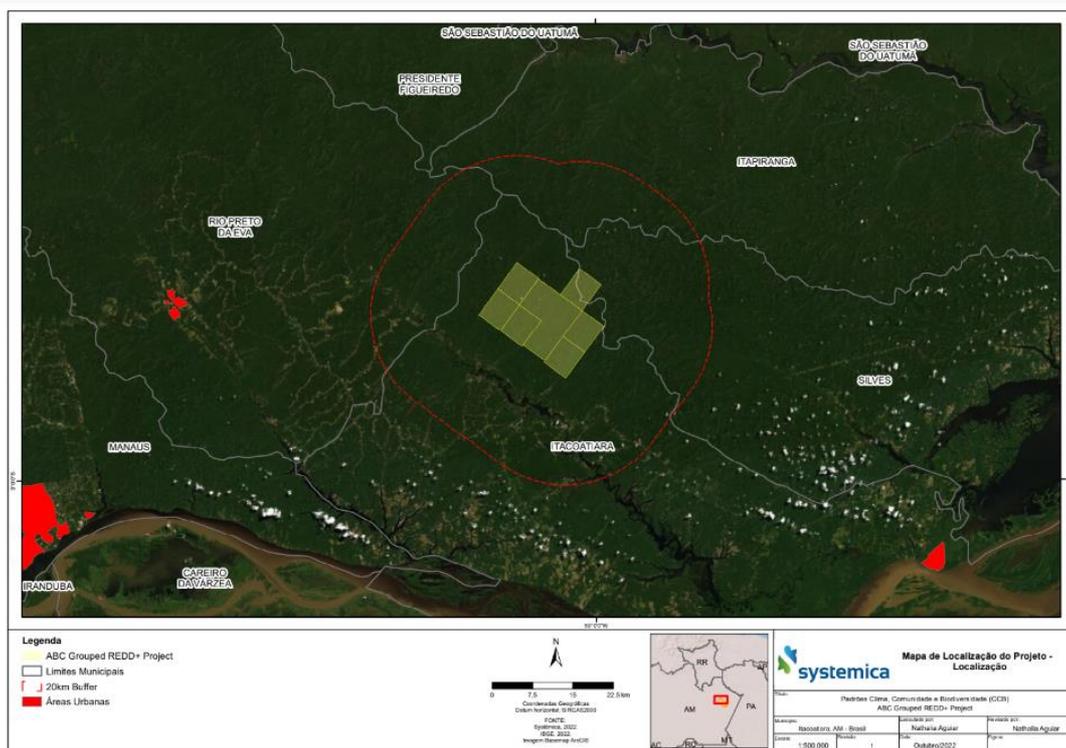


Figura 2: Microrregião da área de interesse do Projetohttps://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_do_Amazonas#/media/Ficheiro:Amazonas_Micro_Itacoatiara.svg. Acesso em dez./2022

Itacoatiara recebe a produção de oito municípios próximos: Autazes, Itapiranga, Silves, Urucurituba, Nova Olinda do Norte, Boa Vista do Ramos e Maués. Está localizado à margem esquerda do rio Amazonas, a leste do Estado, na zona fisiográfica do Médio Amazonas, com uma área de 3.112 Km², que se limita ao Norte com os municípios de: Itapiranga, Silves e Rio Preto da Eva; ao Sul com: Nova Olinda do Norte e Autazes; ao Leste com: Urucurituba, Boa Vista do Ramos e Maués e, ao Oeste com Manaus e Careiro da Várzea. A sua floresta é compacta, complexa e densa.

Circundando a cidade de Itacoatiara, além do rio Amazonas, existem os rios Urubu, Preto e um grande número de lagos, ilhas e igarapés que formam um verdadeiro labirinto paisagístico. O município é um dos mais importantes redutos pesqueiros do Estado. A propriedade que faz parte do projeto ABC se localiza na porção norte do município de Itacoatiara, e chega à área limítrofe do município de Silves a leste, ambos inseridos no contexto da Região Metropolitana de Manaus. Por meio de imagens de satélite, levantamento de dados secundários, pesquisa documental e informações obtidas junto a stakeholders locais foi produzido o mapa 03 abaixo, que retrata a área da propriedade em amarelo e em vermelho a linha que indica o buffer de 20 Km de raio, que balizou o trabalho de campo, delimitando o território para investigação dos atores, comunidades e grupos de interesse para o projeto.

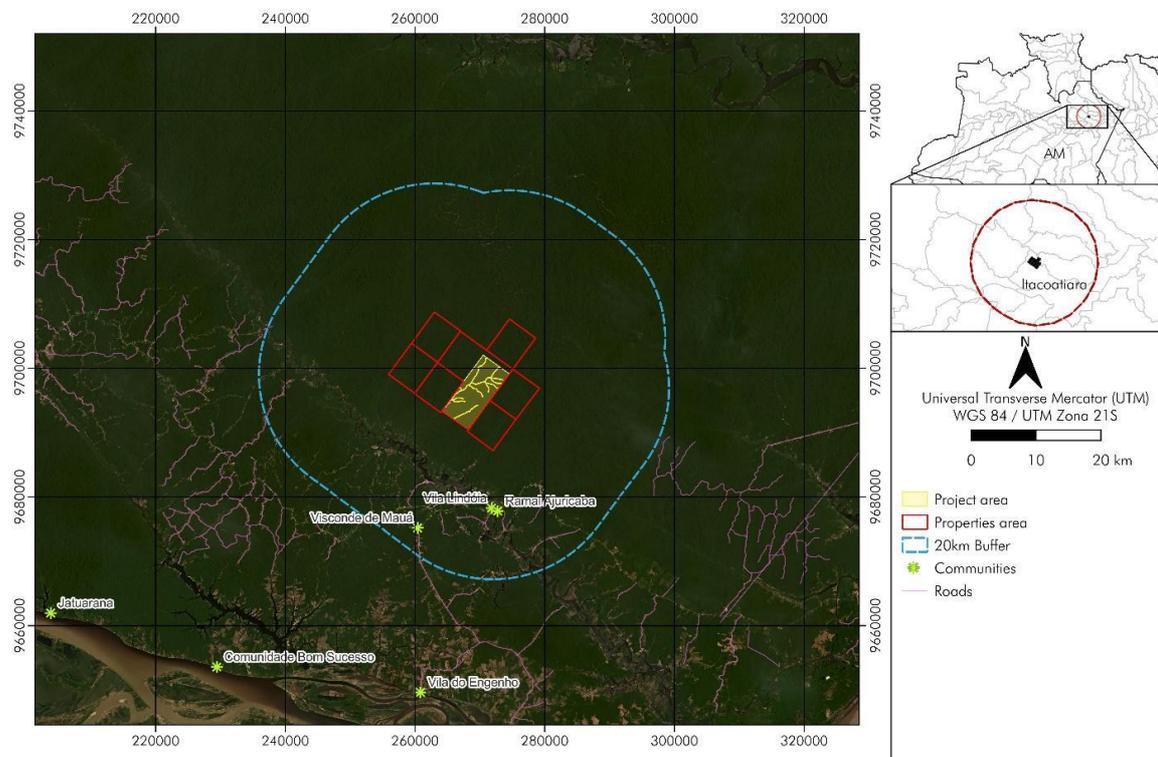


Com relação à área identificada para a realização do diagnóstico social, de caráter participativo, que corresponde ao território de interesse para a implantação das ações previstas pelo projeto no eixo “comunidade”, temos a Vila de Lindoia e comunidades de entorno, que foram localizadas pela equipe durante o trabalho de campo: o Ramal Ajuricaba e a Comunidade de Visconde de Mauá. Como dito, a distância calculada destas comunidades para a propriedade, de cerca 20 Km, teve como ponto de partida a área de floresta que será protegida no âmbito deste projeto, representada pela área hachurada do mapa da figura 04. Se considerar o limite sul dos lotes que compõem a propriedade, na direção da rodovia AM-010, essas populações distam pouco mais de 7 Km da área de influência do projeto, o que implica em possíveis impactos ou interferências que podem surgir a partir do processo de implantação das ações, e das atividades econômicas previstas nos demais lotes que conformam a propriedade do projeto.

Como exemplo cita-se a necessidade clara de construção de uma via de ligação da propriedade com a rodovia, que ainda não existe, mas que está prevista a partir do desenvolvimento das atividades de preservação da área de floresta protegida, e da implantação das ações de sustentabilidade e promoção do bem estar das comunidades do entorno. Segue o mapa 04 abaixo, com a localização da área de atuação do projeto, e comunidades de interesse, cuja relevância para o projeto é alta, e cuja população será alvo das ações a serem desenvolvidas. Temos dentro do buffer (linha tracejada) as comunidades identificadas da Vila de Lindoia, Ramal Ajuricaba e Visconde de Mauá que são diretamente impactadas pelas ações do projeto. Fora do buffer temos outras comunidades que podem ser

impactadas indiretamente, e ganhar importância futura para o projeto, embora não seja a prioridade na implantação imediata das ações, que são: Vila do Engenho, Comunidade Bom Sucesso, e Jatuarana.

Figura 4: Comunidades de Interesse do Projeto ABC Grouped Redd+



Essas comunidades de interesse foram abordadas a partir de suas lideranças comunitárias, identificadas em campo como responsáveis pela organização socioprodutiva e política dessas populações. As lideranças são interlocutores prioritários no processo diagnóstico e aplicação da metodologia participativa, já que conhecem as demandas da comunidade e moradores, os problemas e conflitos que pressionam o território, bem como os projetos que interessam aos grupos que habitam a localidade. Além disso, as lideranças costumam ter uma leitura atualizada sobre as tensões existentes entre as demandas locais e a participação do poder público, e entre os próprios agentes internos, públicos e privados no processo de conformação do tecido social, das forças, interesses e poderes que definem a organização da comunidade..

Durante o trabalho de mobilização foi feito o uso das ferramentas participativas, como a aplicação de questionário semiestruturado, a promoção de reuniões e dinâmicas coletivas para aferição das demandas mais gerais, e urgentes. Alguns líderes de comunidades e grupos que atuam na região da Vila Lindóia não foram encontrados na ocasião da ida da equipe de pesquisa à região, ao longo do mês de novembro de 2022. Em alguns casos houve mesmo uma dificuldade logística para a equipe localizar ou ter acesso a algumas comunidades e seus

atores relevantes. Buscou-se o auxílio das principais lideranças de Lindóia, no sentido de mobilizar esses agentes, com ênfase para o apoio fornecido pelos organizadores do Grupo Formigueiro, importante coletivo local que atua no apoio e fortalecimento da agricultura familiar local, e pelo presidente da Associação de Moradores da Vila de Lindóia, que atuam na organização e resolução das principais demandas de infraestrutura da vila e dos interesses de seus moradores. Esses dois coletivos são de grande relevância para o desenvolvimento das ações do projeto ABC, e auxiliaram sobremaneira na participação das demais lideranças e grupos representativos da localidade, oportunizando espaço para as atividades coletivas, convidando e mobilizando pessoas através de mensagens de whatsapp, e apoiando a presença da equipe e as dinâmicas e atividades coletivas propostas. A lista abaixo de entidades e grupos mapeados foi fornecida pelo Grupo Formigueiro e complementada com informações aferidas pela equipe de pesquisa em campo:

Tabela 1. Comunidades, associações e coletivos identificados na Vila de Lindoia e entorno. Itacoatiara - AM, Nov/2022.

Entidade/ grupo	Responsável / Presidente	Localização
Grupo Formigueiro	Moisés / Romário	Centro Comercial de Vila Lindoia
Associação dos Moradores da Vila de Lindoia (Nossa Senhora de Nazaré)	Raimundo Nonato	Centro Comercial de Vila Lindoia
Comunidade Bom Jesus	Eliana	Km 152
Ramas das Pedras	Professor Francisco	Acesso pela AM 010
Comunidade Agrovila	Aroldo	Km 048
Comunidade Aldeia Jaçanã	Ana Mura	TI rio Urubu
Comunidade Nova Canaã	Jota Jota	Acesso pela AM 010
Comunidade São Francisco de Assis	Campos	Acesso pela AM 010
Comunidade Igarapé do Fortunato	Maria	Acesso pelo rio Urubu
Comunidade Copaíba	Edna Reis	Ramal Santa Luzia
Comunidade Nova Jerusalém	Jacira	Ramal Santa Luzia
Comunidade São Luiz	Nelson e Pedro	Ramal do Minério
Comunidade Nova Vida	Andreia	Acesso pela AM 010

Entidade/ grupo	Responsável / Presidente	Localização
Grupo dos Comerciantes da Vila de Lindoia	Rogério	Centro Comercial de Vila Lindoia
Ramal Ajuricaba	Luiz	Acesso pela AM 010
Comunidade Visconde de Mauá	Barbosa	Acesso pela AM 010
Ramal da Paz	Erison	Acesso pela AM 010
Comunidade Monte Sinai	Moreira	Acesso pela AM 010
Comunidade do Jericó	Silvana	Acesso pela AM 010
Comunidade Barcelona II	Ivete	Acesso pela AM 010
Comunidade Betel	Edilson	Centro Urbano de Itacoatiara Km 44
Comunidade São Geraldo	Nazira	
Boca do Padre	Edenilson	Igarapé Costa da Conceição
Costa do Quelé	Eraldo	Rio Amazonas
Comunidade de Pescadores de Matrinxã	Alcione/ Rosilene	Rio Urubu
Grupo de Piloteiros e Guias Turísticos de Vila de Lindoia	Marcio	Centro Comercial de Vila Lindoia
Grupo de Mães das Crianças Especiais	Gertrudes	Centro Comercial de Vila Lindoia
Comunidade Escolar da EM Ivo Amazonense de Moura	Silvana	Centro Comercial de Vila Lindoia
Ribeirinhos do rio Urubu	Seu João	Igarapé do Boto
Fórum da Agricultura Familiar	Andrea	Itacoatiara/ Vila de Lindoia

Do ponto de vista dos recursos ambientais acessados por essas comunidades destaca-se a presença do rio Urubu, que faz parte da bacia do rio Amazonas, e possui localmente grande relevância ambiental, paisagística e ecológica. Trata-se de uma região historicamente relevante para o estado, e onde teve início o processo de povoamento e expansão das fronteiras cujo território apresenta um grande volume de terras ocupadas por povos indígenas, comunidades pescadoras, ribeirinhas, além da presença de sítios arqueológicos. Com relação às áreas florestais pontua-se a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS

Uatumã, que dista 32,68 Km da área do projeto, fazendo parte de um buffer secundário de 40 Km (mapa 05), denotando um ponto de atenção, no que se refere às etapas subsequentes do desenvolvimento das ações previstas no eixo “comunidades”. Observa-se também a presença da Floresta Estadual do Rio Urubu e a Reserva Biológica - REBIO do Uatumã,, localizadas a 80,82 Km e 98,44 Km da área do projeto, respectivamente. Esta última possui mais de 900 mil hectares, e segundo o ISA- Instituto Socioambiental¹⁴ foi criada pelo IBAMA, em 1990, para compensar o impacto ambiental causado com a implantação da Usina Hidrelétrica de Balbina, que inundou uma área de cerca de 300 mil hectares do bioma amazônico na região. Segue abaixo lista com estas e demais Unidades de Conservação identificadas, com suas respectivas distâncias relativas à área do projeto ABC:

Tabela 2: Territórios de Interesse e distância em Km das propriedades integrantes do projeto ABC Grouped Redd+

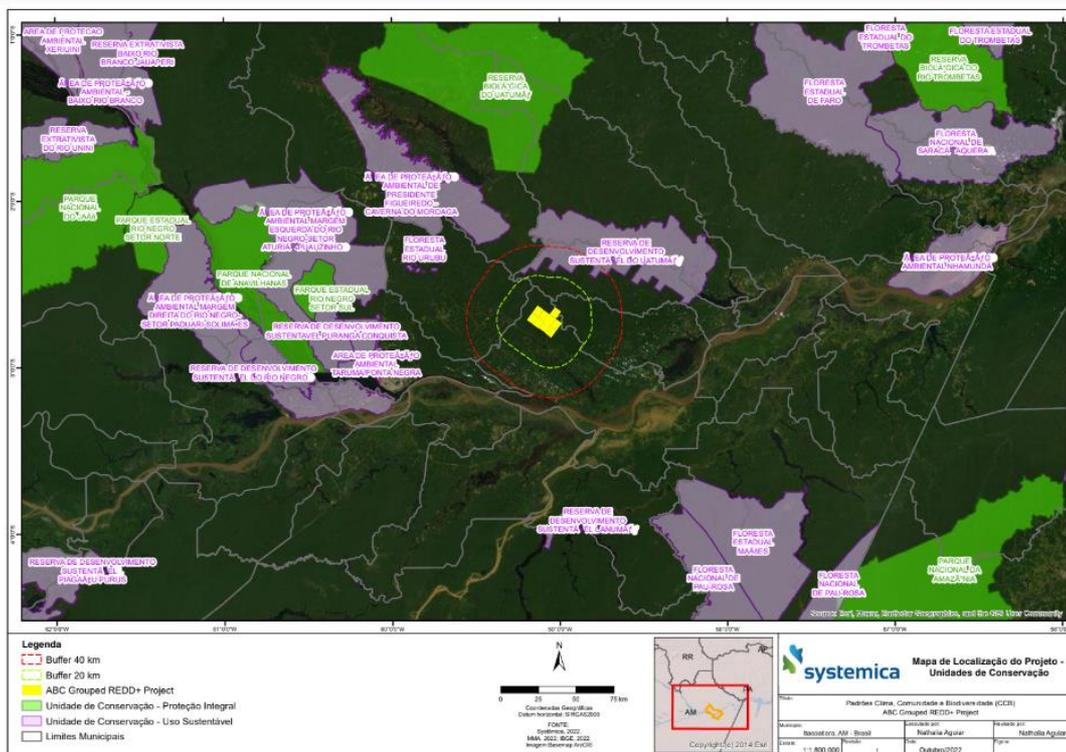
Classification of Protected Area	ABC REDD+ project distance (km)
National, Municipal and State Parks	
Parque Nacional de Anavilhanas	145.76
Parque Estadual Rio Negro Setor Sul	138.20
Parque Estadual Sumauma	104.89
Area of environmental protection	ABC REDD+ project distance (km)
Nhamunda	227.41
Taruma/Ponta Negra	107.36
Presidente Figueiredo - Caverna do Moroaga	63.37
Margem Esquerda do Rio Negro-Setor Aturia - Apuauzinho	108.08
Margem Esquerda do Rio Negro - Setor Tarumã Açú-Tarumã Mirima	110.82
Parque Linear do Binda	109.54
Margem Direita do Rio Negro - Setor Paduari - Solimões	113.20
Area of relevant ecological interest (ARIE)	ABC REDD+ project distance (km)
Projeto Dinamica Biologica de Fragmentos Florestais	78.94
National and State Forest	ABC REDD+ project distance (km)

¹⁴ Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/4244>. Acesso 15-01-2023.

Floresta Nacional de Pau-Rosa	143.19
Floresta Estadual De Faro	196.66
Floresta Estadual Maués	138.46
Floresta Estadual Rio Urubu	80.82
Biological Reserve	ABC REDD+ project distance (km)
Uatuama	98.44
Sustainable Development Reserve	ABC REDD+ project distance (km)
Tupe	125.97
Matupiri	242.75
Rio Negro	158.21
Canuma	126.82
Puranga Conquista	128.36
Uatuama	32.68
Rio Madeira	243.86

Segue abaixo o Mapa 05 que indica a localização dessas áreas de Proteção Ambiental, na relação com a área do projeto e o buffer que define o perímetro no qual as populações e a biodiversidade será atendida pelas ações que intentam a promoção de benefícios líquidos positivos para a mitigação de mudanças climáticas na região :

Figura 5: Mapa das Unidades de Conservação nas áreas do entorno do projeto ABC Grouped



A identificação das Terras Indígenas foi feita a partir de informações da FUNAI¹⁵, e as Comunidades Quilombolas certificadas foram aferidas junto à Fundação Palmares¹⁶. Os Projetos de Assentamento foram pesquisados a partir do banco de dados do INCRA¹⁷, e as Comunidades Tradicionais, sejam elas ribeirinhas, extrativistas, ou coletoras, bem como os sítios arqueológicos foram aferidos junto ao sítio eletrônico do IPHAN¹⁸. Esse levantamento foi complementado a partir de múltiplas estratégias, seja via análise de imagens de satélite, ou por levantamento de dados primários realizados ao longo de todo o trabalho de campo, e secundários na base de dados oficiais, coletadas em pesquisas de gabinete. Segue abaixo os mapas resultantes, indicando a localização de territórios de interesse na área do projeto, no que se refere à presença desses perfis populacionais que demandam atenção:

¹⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em 15-01-2023.

¹⁶ Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-am-22082022.pdf>. Acesso em 15-01-2023.

¹⁷ Disponível em: https://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=15&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=1. Acesso em 16-01-2023.

¹⁸ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php. Acesso em 15-01-2023.

Figura 6: Mapa das Terras Indígenas localizadas na região do projeto ABC Grouped Redd+

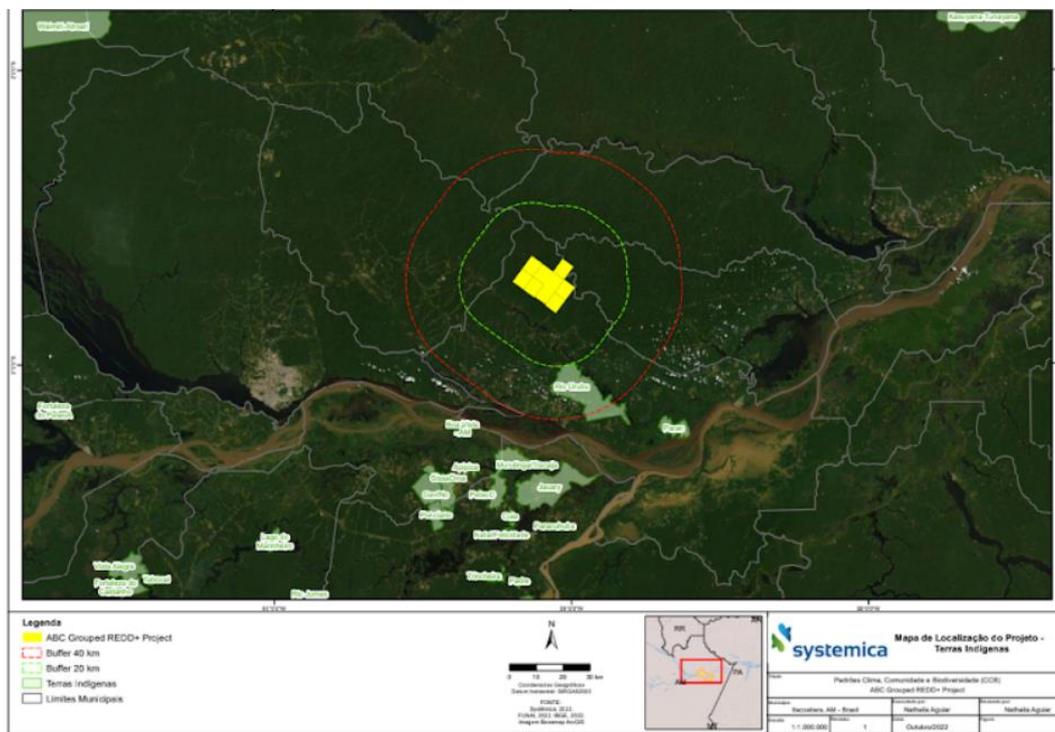
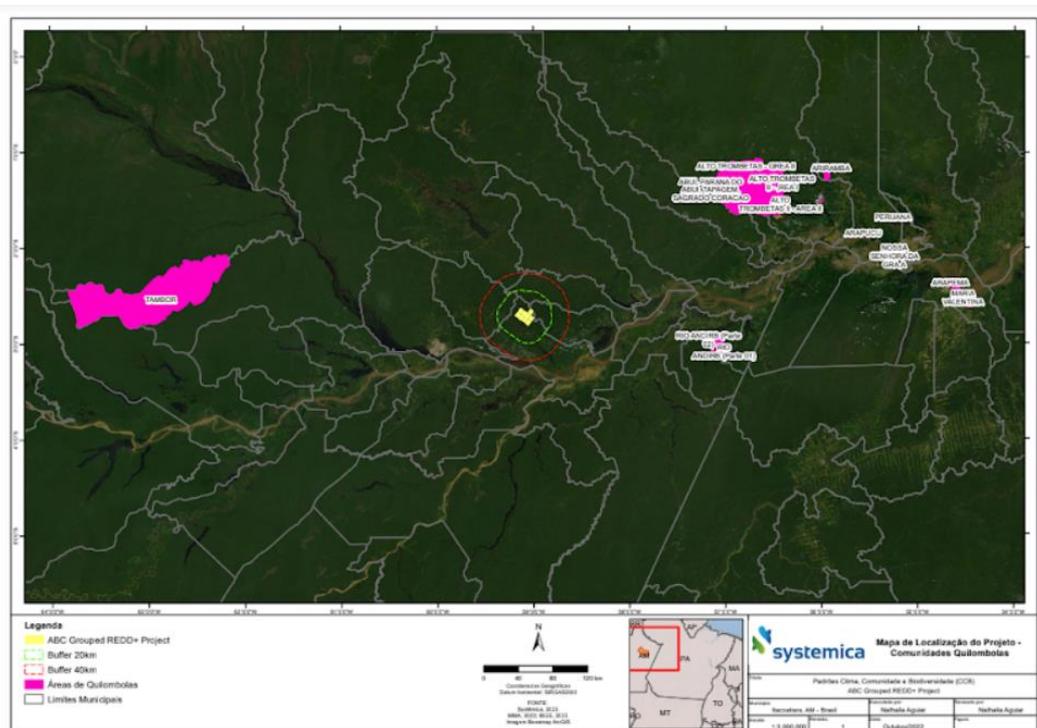


Figura 7: Mapa das Terras Quilombolas localizadas na região do projeto ABC Grouped Redd+



ao longo dos igarapés, criando lindas paisagens e ambientes apropriados à contemplação, nado, passeio de barco, e todo tipo de atividade turística voltada para a vivência de experiências a partir da floresta e sua biodiversidade. Ressalta-se a presença de diversas pousadas, e hotéis especializados em pesca esportiva e turismo de selva, que se localizam ao longo das margens do rio Urubu. Alguns pescadores e ribeirinhos entrevistados informaram que em alguns casos a pesca esportiva, incluindo a modalidade noturna, se torna predatória, pois o número de visitantes e o volume de pesca aumenta durante a cheia, não havendo nenhum tipo de regulamentação do uso dos recursos naturais em períodos de grande afluxo de turistas. Relatos orais, vindos de pescadores locais indicam que essa atividade sem controle, vem interferindo cada vez mais na quantidade de pescado, com a redução da produção para alimentação em algumas áreas do rio, e fuga de algumas espécies de peixes e animais nas igarapés onde há mais atividade de visitantes, trânsito de barcos e oferta de “serviços” turísticos.

Também foi aferida a localização dos Sítios Arqueológicos cadastrados junto ao CNSA - Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos¹⁹, que fica sob a responsabilidade do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esses territórios são importantes, pois contém os vestígios dos agrupamentos humanos responsáveis pela formação da identidade cultural da sociedade brasileira. Segue abaixo a Figura 09 contendo, os sítios cadastrados na região que compõem o projeto ABC Grouped Redd +. Cabe enfatizar que a quantidade de pesquisas arqueológicas realizadas no município ainda é bastante reduzida e não constam medições realizadas na área de estudo, de forma que a inexistência de sítios cadastrados, pode se dever mais à ausência de prospecções e trabalhos técnicos na região, do que propriamente à real inexistência de vestígios ou áreas de potencial arqueológico na região. Alguns artefatos e vestígios arqueológicos como cerâmica de índio, pontas de lança e outros fragmentos, que se acredita serem do período lítico, foram encontrados em algumas áreas próximas aos igarapés no rio Urubu, conforme relato dos próprios moradores da comunidade da Vila de Lindóia, e principalmente dos grupos de pescadores que habitam localidades à margem do rio.

¹⁹ CNSA/IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>. Acesso em 06/11/2022.

Figura 9: Mapa dos Sítios Arqueológicos localizadas na região do projeto ABC Grouped

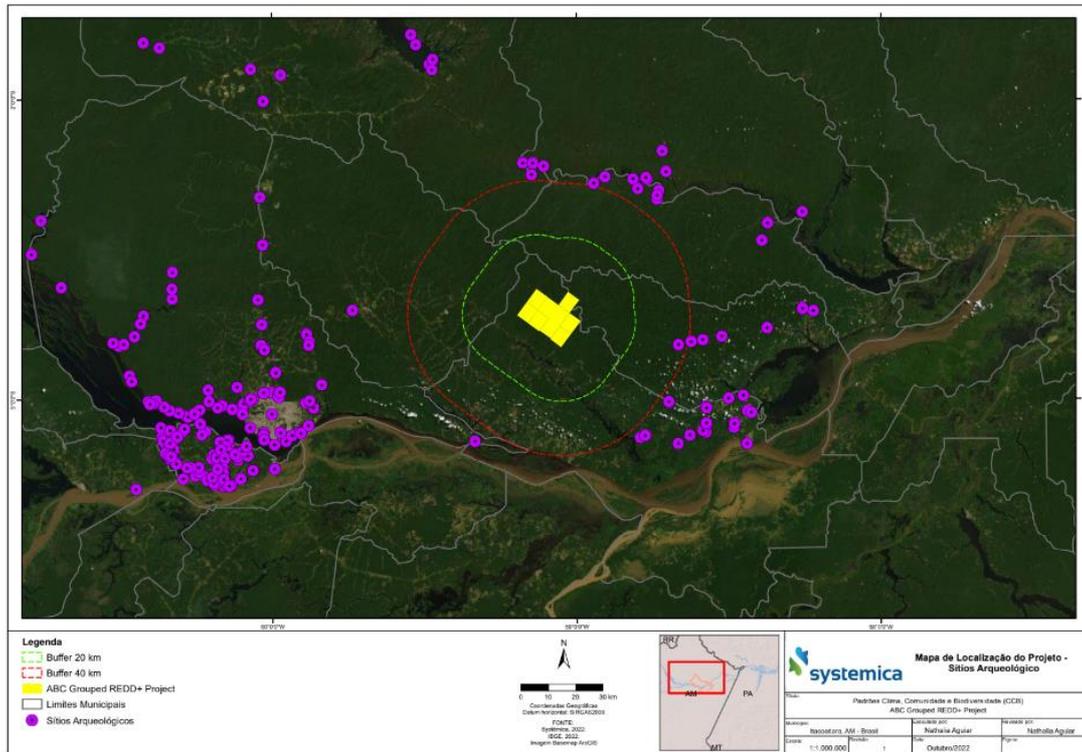
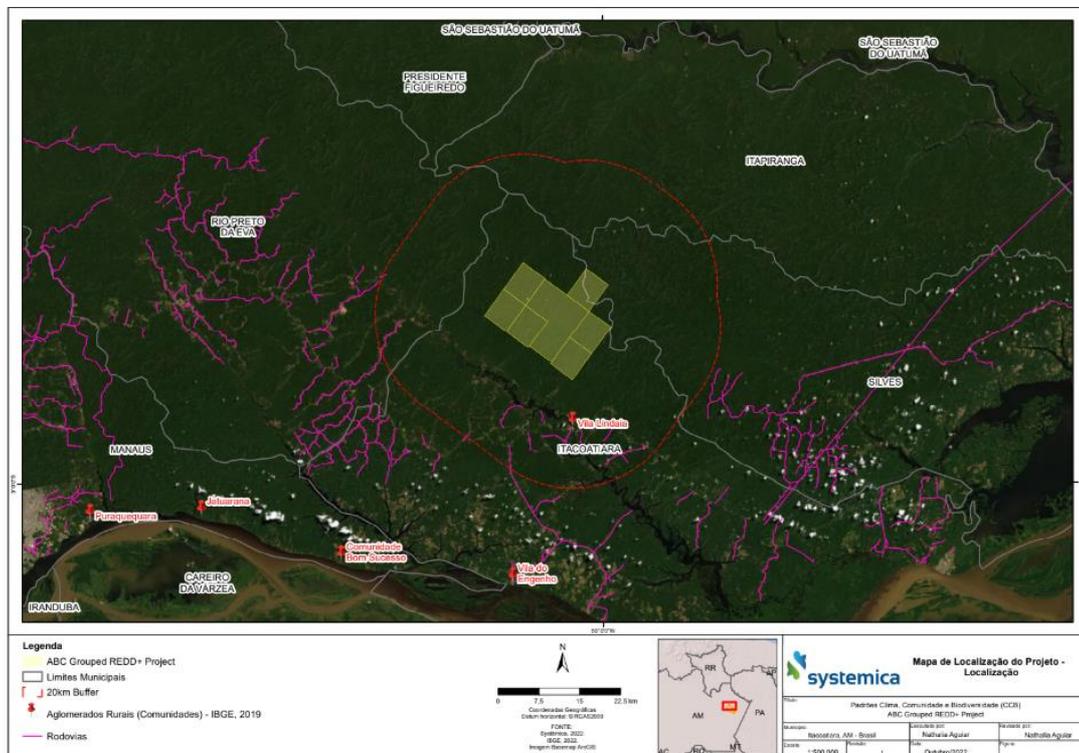


Figura 10: Mapa das Comunidades Rurais identificadas na região do projeto ABC Grouped



Assim, de modo a agrupar todas as comunidades e territórios identificados como de interesse do projeto, segue tabela abaixo, que identifica todos os potenciais grupos que poderão ser envolvidos com atividades do projeto ABC, ao longo de seu desenvolvimento, que está previsto para um período de 30 anos:

Tabela 3: Comunidades e áreas de interesse do Projeto ABC Grouped Redd+

Categoria	Nome
Comunidade Envolvida Diretamente	1) Associação de Moradores da Vila Lindóia 2) Grupo Formigueiro 3) Comunidades Visconde de Mauá 4) Comunidade do Ramal Ajuricaba
Comunidades Indiretamente Envolvidas	1) Comunidades que fazem parte do Grupo Formigueiro, mas que se encontram para além do buffer de 20 km. 2) Vila do Engenho
Unidade de Conservação	1) Florestal Estadual do Rio Urubu 2) Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Uatuamã 3) Reserva Biológica Uatuamã
Terras Indígenas	Não foram identificadas TIs na área do projeto ABC Grouped Redd +, embora haja a Terra Indígena do Rio Urubu que dista 31,30 Km, podendo ter relevância futura para o projeto. Porém trata-se de um grupo que prefere se manter isolado da interferência de agentes externos e de políticas públicas, e cuja abordagem demanda um processo longo de diálogo com a liderança local, responsável pela definição das agendas e dos projetos que podem acessar o território e a comunidade.
Sítios Arqueológicos	Foram identificados 4 sítios cadastrados pelo IPHAN, através do CNSA, no limite da área de buffer de 20 Km, do projeto ABC. O município de Itacoatiara também possui um grande número de sítios cadastrados, com a

	predominância de sítios pré-coloniais, principalmente ao longo das margens do rio Urubu.
Comunidades Tradicionais e Extrativistas. Quilombolas,	Não foram identificadas populações quilombolas ou tradicionais próximas à área do projeto ou entorno, embora pela relevância histórica e social para a região cita-se a Comunidade Quilombola Sagrado Coração do lago Serpa, que é certificada pela Fundação Palmares e tem contato já estabelecido com o Grupo Formigueiro.

É importante ressaltar que os grupos e comunidades identificados como de interesse para o projeto se tratam principalmente de comunidades rurais do município de Itacoatiara (AM) observadas a partir do trabalho de campo e mediante as dispersas informações advindas do IBGE (2021) e da municipalidade. Ressalta-se a necessidade de trabalho de georreferenciamento de outros grupos comunitários na região como pescadores, ribeirinhos, e comunidades que praticam a agricultura familiar, principalmente aquelas que possuem iniciativas voltadas para a produção de orgânicos e sistemas agro florestais e outros projetos que intentam levar meios de vida sustentáveis às populações locais, seja através do ecoturismo, da diversificação da produção com foco para a proteção do solo e da água, ou da extração e comercialização sustentável de produtos florestais. Segue abaixo tabela contendo esse universo mais amplo de comunidades e atores, identificado pela equipe de pesquisa em campo, e através de dados secundários oficiais, incluindo as distâncias em quilômetros, entre os locais identificados, e a área do projeto ABC:

Tabela 4. Distance in straight line from the centroid of the ABC-11 polygon from the indigenous communities, quilombolas and settlements.

Classification of Communities	Distance (km)
Indigenous Lands	
Apipica	74.34
Murutinga/Tracaja	63.52
Nhamundá/Mapuera	171.18
Paraná do Arauató	66.55
Patauí	81.36
Rio Urubu	31.30
Fortaleza do Patauí	188.44
Jatuarana	203.27

Jauary	67.30
Boa Vista – AM	62.49
Kaxuyana-Tunayana	164.47
Gavião	83.72
Waimiri-Atroari	188.61
Ponciano	90.42
Sissaíma	79.62
Trombetas/Mapuera	164.46
Quilombolas (Afro-Brazilian settlements)	Distance (km)
Abui, Parana do Abui, Tapagem, Sagrado Coração	253.10
Alto Trombetas Ii - Área Ii	278.14
Alto Trombetas Ii - Área I	299.38
Alto Trombetas - Área I	253.58
Boa Vista	325.35
Alto Trombetas - Área Ii	287.45
Rio Andirá (Parte 02)	212.42
Rio Andirá (Parte 01)	217.94
Tambor	346.15
Settlements	Distance (km)
PDS Novo Remanso	32.66
PAE Curupira	101.41
PDS Costa Da Conceição	54.84
PA Água Branca	89.13
PA Aliança	148.04
PDS Costa Do Iranduba	114.74
FLOE Floresta Estadual De Maués	138.46
PA Paquequer	109.82
PA Ipora	34.37
PAE Novo Jardim	119.75
PDS Lago do Tucunaré	123.81
PA Rainha	45.25
PA Engenho	32.91
RDS do Uatumã	32.63
PA Santo Antônio	90.94

PDS Amatarí	48.67
PDS Lago do Mira	130.21
PA Espigão do Arara	122.42
RDS Urariá	123.21
PDS Axinim	118.92
PDS Morena	60.39
PA Sampaio	101.70
PA Nazaré	58.75
PA Puraquequara	87.01
PA Uatumã	102.93
Communities (Rural Clusters)	Distance (km)
Comunidade Bom Sucesso	59.41
Puraquequara	92.56
Comunidade São Miguel	95.67
Vila de Urucurituba	92.57
Vila Vera Cruz	166.41
Vila Lindoia	20.72
Jatuarana	74.04
Vila Amanari	156.36
Vila do Engenho	49.55
Santo Antonio dos Moraes	174.07
Vila São João	158.43
Sítios Arqueológicos	(km)

No que se refere ao patrimônio cultural protegido em nível federal pelo IPHAN, de acordo com Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (atualizado em 30/09/ 2022) ²⁰ disponibilizada no site do órgão, não há bens materiais tombados em nível federal no município de Itacoatiara. Porém ressalta-se a existência de um inventário realizado nas décadas de 1990 e 2000 pelo IPHAN em conjunto com a Prefeitura Municipal, que prevê proteções específicas para a região do porto, às margens do rio Urubu, e das casas históricas da Avenida Parque, um dos principais eixos de desenvolvimento do município. Do mesmo modo, não foi localizado nenhum bem de natureza imaterial registrado, conforme Decreto

²⁰ IPHAN. Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em 05/11/2022.

3551/00²¹, que seja promovido especificamente no município de Itacoatiara, embora tenha sido encontrados produtores de manifestações registradas pelo IPHAN, como a Roda da Capoeira, o Ofício dos Mestres de Capoeira e o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.

3. Identificação dos atores (stakeholders) (2.1.8)

Com relação aos atores institucionais foram realizadas visitas para Consulta aos atores de interesse junto aos órgãos municipais como secretarias, bibliotecas, além do campus da Universidade Estadual do Amazonas que fica em Itacoatiara e possui um departamento de Engenharia Florestal. Foi feita a busca ativa dos escritórios regionais localizados em Itacoatiara, como é o caso do IDAM, da ADAF, IBGE e abordados funcionários públicos que forneceram informações relevantes para o desenvolvimento do projeto, ressaltando-se as conversas realizadas junto ao Secretário Municipal de Meio Ambiente, e ao Historiador e Chefe do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, ambos forneceram informações relevantes acerca da história local e das relações com os grupos comunitários que habitam a região da Vila de Lindóia. Em Manaus Consulta foi realizada junto a funcionários do IPAAM- Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas e da SEMA- Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Na ocasião também foram coletados os nomes dos responsáveis de cada setor, contatos, e e-mails, que seguem na Lista de Stakeholders em Anexo²². Foram enviados e-mails²³ para esses atores de interesse contendo o panfleto informativo do projeto e os canais de comunicação abertos para dúvidas e informações. Por e-mail reiterou-se o início dos trabalhos do projeto ABC Grouped Redd+ junto às comunidades da Vila de Lindóia e entorno, com objetivo de iniciar o contato com instituições importantes para o desenvolvimento do projeto, e que podem se tornar futuras parceiras das ações a serem promovidas, inclusive a presença futura da auditoria.

A identificação das comunidades de interesse para o projeto foi realizada a partir de várias estratégias como trabalho de campo, pesquisa de dados secundários, imagens de satélite e busca ativa dos agentes e lideranças. A necessidade de integrar os diversos atores aos processos de definição, execução e avaliação de ações voltadas para o desenvolvimento social e econômico, é de grande importância à garantia dos resultados do projeto, no que se refere à manutenção da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida e integração das populações com os recursos naturais disponíveis. Nesse sentido as premissas para a abordagem dos atores comunitários em campo incluíram uma série de estratégias capazes de garantir a não discriminação de nenhum tipo de público, e a inclusão de um escopo de abordagens e de interesses que contemple a diversidade social e cultural observada no território:

²¹ Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf. Acesso em 06/11/2022.

²² ANEXO: Lista de Stakeholders_Projeto_ABC.Pdf

²³ ANEXO:E-mail_Consulta_Stakeholders_Institucionais.pdf

- O respeito aos tempos e requisitos próprios de cada perfil de público abordado, respeitando as formas de tratamento das hierarquias em contextos corporativos, e no serviço público garantido uma escuta atenta dos diversos atores mediante sua diversidade;
- Respeito e cumprimento dos horários estabelecidos, condições e locais definidos pelos atores mobilizados;
- Cuidado com as formas de abordagem e tratamento dos interlocutores, atentando-se para condições específicas como ausência de escolaridade, de autonomia, buscando sempre a adequação da linguagem e a adaptação de conceitos e noções mais complexos, visando oferecer as informações de forma transparente, clara e adequada a cada tipo de interlocutor, evitando-se a criação de expectativas quanto a benefícios de ordem pessoal, ou de curto prazo que as ações do projeto possam implicar;
- Distribuição das visitas ao longo de todo o território dentro do buffer de 20 Km e entorno, de modo a contemplar um público mais diversificado possível, dando-se atenção a grupos específicos que precisam ser trabalhados de forma inclusiva como mulheres, crianças, jovens e idosos, observando-se a diversidade social desses públicos, e garantindo sua participação em todo o processo de desenvolvimento das ações do projeto.

Assim, garantindo-se a amplitude da abordagem e a eficiência das estratégias de identificação dos atores foi possível o alcance dos diversos públicos e agentes de interesse do projeto. Como resultado segue tabela indicativa dos principais stakeholders identificados (**Tabela 5: Hierarquização dos atores identificados e sua relevância para o projeto ABC**), mediante níveis hierárquicos que determinam a relevância (alta, média ou baixa) do envolvimento desses grupos no desenvolvimento das ações presentes e futuras do projeto. Na letra A temos os grupos e comunidades prioritárias para o desenvolvimento do projeto, e cuja abordagem demanda um nível de esforço e responsabilidade de engajamento, já que se trata dos atores que estarão diretamente envolvidos nas atividades, e cuja participação é de suma relevância para a efetivação dos resultados almejados. Na letra B temos os agentes públicos e privados da municipalidade e do estado, de grande importância para o projeto, pois possuem interface com o território, atuando através de iniciativas e políticas locais e regionais de desenvolvimento agrário sustentável, que podem ser complementares às ações do projeto, se devidamente planejadas as parcerias, a priori. Na letra C seguem as instituições estaduais de Ensino, Pesquisa e Extensão e Federais, cujo engajamento se faz necessário, mas pode se verificar complexo em virtude da necessidade da implantação de convênios e parcerias que demandam integração de objetivos e propósitos entre essas instituições e as ações pretendidas pelo projeto. Na letra D segue as ONGS e demais instituições que atuam no bioma amazônico, além de instituições bancárias e de crédito rural; na letra E temos as demais associações e sindicatos que atuam no município de Itacoatiara e região. A lista completa e

detalhada dos agentes de interesse (stakeholders) se encontra em anexo²⁴, e o quadro com a hierarquização sugerida para facilitar o planejamento das ações participativas, segue abaixo:

Tabela 5: Hierarquização dos atores identificados e sua relevância para o projeto ABC

Nível	Tipo ou categoria de atores identificados	Relevância para o Projeto ABC
A	Comunidade da Vila Lindóia e entorno – incluindo as comunidades do Ramal Ajuricaba e Visconde de Mauá.	<p>Alta - A comunidade é a coletividade mais suscetível a impactos decorrentes da implantação das ações do projeto. Engajar os membros dessas comunidades é necessário para que as atividades e ações previstas sejam efetivadas, e portanto os resultados potenciais sejam alcançados.</p>
	<p>Coletivos, e associações que fazem parte do Grupo Formigueiro, após trabalho de georreferenciamento dessas comunidades para aferição da possibilidade de impactos e inclusão nas ações do projeto;</p> <p>Associação dos Moradores da Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré (Vila de Lindoia), entidade local de grande relevância para o desenvolvimento do projeto, já que está envolvida com a mobilização social dos moradores da vila, e com ações de melhoria da infraestrutura e acesso aos serviços públicos pela comunidade local.</p>	
	Associações e Cooperativas de produtores rurais e agricultura familiar que atuam ao longo de toda a rodovia AM-010, no trecho que liga a Vila Lindóia a Itacoatiara e está à capital Manaus; Fórum da Agricultura Familiar, Grupos organizados de pescadores, ribeirinhos, barqueiros, artesãos, entre outros que atuam na região do projeto.	<p>Alta - Grupos que futuramente podem ser inseridos no escopo das ações do projeto, e para isso, faz-se necessária a realização do diagnóstico socioeconômico dessas populações para aferição das prioridades e perspectivas histórico-econômicas mais relevantes que impactam no desenvolvimento e resultados das iniciativas planejadas.</p>

²⁴ ANEXO:Lista de Stakeholders_Projeto_ABC.Pdf

Nível	Tipo ou categoria de atores identificados	Relevância para o Projeto ABC
B	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria de Cultura e Educação e demais Secretarias da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, órgãos da municipalidade, e proprietários de empresas privadas locais;	Alta - O desenvolvimento da região só poderá ser viabilizado a partir do estabelecimento de parcerias/participações em projetos que envolvam o poder público e as fazendas do projeto, já que cabe à municipalidade a oferta dos serviços básicos, bem como garantir o desenvolvimento integrado com a geração de renda e a preservação ambiental. Secretarias prioritárias para parcerias/ convênios são: Saúde e Saneamento, Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Turismo, Educação, Cultura, Lazer e Turismo.

Nível	Tipo ou categoria de atores identificados	Relevância para o Projeto ABC
	<p>Órgãos Estaduais que desenvolvem projetos de fomento à agricultura familiar e à da produção rural com viés sustentável como a SEMA-Secretaria Estadual de Meio Ambiente; SEPROR – Secretaria do Estado de Produção Rural; IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas; ADAF – Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas; IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas; IEI- Instituto Estadual do Índio.</p>	<p>Alta - Instituições capazes de apoiar jurídica e institucionalmente o desenvolvimento e ampliação do escopo das ações voltadas para a melhoria dos sistemas agro florestais locais, e para a garantia da implantação de oferta de Assistência técnica e extensão rural; profissionalização e capacitação de agricultores; Elaboração de projetos de crédito rural; Cursos e palestras sobre organização da atividade rural. A empresa pode ser parceira nas ações que visam à capacitação do produtor, a melhoria da produtividade, mediante assistência técnica especializada, com potencial para a promoção de ações que garantam a segurança alimentar, a provisão de recursos e geração de renda das comunidades rurais da Vila Lindóia em Itacoatiara AM.</p>
C	<p>Órgãos Estaduais de Ensino, Pesquisa e Extensão: UEA- Universidade Estadual do Amazonas; CETAM- Centro de Educação Tecnológica do Amazonas; Gerências das Unidades de Conservação do Amazonas, a saber Floresta Estadual do Rio Urubu e Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã.</p>	<p>Média – Potencial de parcerias que poderão auxiliar na viabilização e execução das ações relacionadas à assistência técnica rural, capacitação de pessoal, educação ambiental, monitoramento, entre outras possíveis.</p>

Nível	Tipo ou categoria de atores identificados	Relevância para o Projeto ABC
	Órgãos Federais - IBAMA, FUNAI, Fundação Palmares, IPHAN, Universidade Federal do Amazonas e Instituto Federal do Amazonas, INPA- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.	Média - Instituições de ensino superior que promovem e executam iniciativas e projetos de extensão rural que possam ser estendidos às áreas de atuação das Fazendas, prioritariamente nas comunidades alvo das ações de engajamento
D	ONGS e redes de Cooperação e pesquisas de alcance Nacional e Internacional que atuam na Amazônia como WWF, Idesam, Museu Emílio Goeldi, MUSA- Museu da Amazônia, entre outras;	Média - Se tornarem parceiras no processo de treinamento, desenvolvimento de ações e projetos socioambientais, promoção de assistência técnica rural, avaliação de produtividade e melhorias técnicas e tecnológicas da produção agropecuária local
	Agências e instituições de crédito e financiamento para o produtor rural como: SICOOB, SICREDI, Banco do Brasil, BNDES.	Baixa - Essas instituições podem se tornar parceiras no processo de inclusão dos produtores das comunidades do projeto nas linhas de crédito e financiamento disponíveis, dando suporte para que essas comunidades compreendam os requisitos e condições e tenham que cumprir, criando acesso aos critérios de aprovação e disponibilização desses recursos.
E	Sindicatos de trabalhadores Rurais e de Agricultura Familiar do município de Itacoatiara e demais associações e cooperativas de trabalhadores rurais da região do Médio Amazonas.	Baixa - grupos com interesses difusos já que podem institucionalmente estar envolvidos com a execução de atividades do projeto tanto sob a ótica patronal, como sob a ótica dos movimentos sociais. Podem fornecer apoio em algum momento do projeto na execução e monitoramento das ações previstas. É preciso incluir todos os

Nível	Tipo ou categoria de atores identificados	Relevância para o Projeto ABC
		<p>grupos de interesse que possam agir nos territórios de influência do projeto, atentando-se para impactos de ordem indireta. Garantir a participação e envolvimento de todos os agentes de interesse, principalmente dos grupos sociais que representam as populações que habitam a região do entorno da fazenda, e que apoiam as minorias como mulheres, jovens e indígenas, que devem ser priorizados no processo de execução das ações e iniciativas efetivadas no âmbito deste projeto.</p>

4. Descrição dos atores e agentes de interesse (stakeholders) (2.1.9)

Ao longo da AM 010, desenvolveram-se diversas comunidades identificadas como “Ramais”, já que dão acesso à rodovia. Em destaque o Ramal de Ajuricaba, local de origem da comunidade Nossa Senhora de Nazaré e hoje Vila de Lindóia e o Ramal da Comunidade de Visconde de Mauá. Ambos têm seu acesso na AM-010 e estendem-se até uma pequena praia onde é feito o acesso ao Rio Urubu. O Ramal de Ajuricaba (hoje rua da Vila de Lindóia), está no quilômetro 182 da AM-010 e o Ramal de Visconde de Mauá, no quilômetro 171 à direita.

Distante em torno de 90 quilômetros do centro administrativo de Itacoatiara, ao longo dos anos, essas comunidades foram sentindo a necessidade de se organizar, e se fortalecer na tentativa de obter maior visibilidade e acesso às políticas públicas. Por volta da década de 1980, a partir da Constituição Cidadã de 1988, que impulsionou formas diferentes de mobilização social, observa-se um movimento local de fundação de associações. Uma das primeiras é a Associação Visconde de Mauá, com 40 anos de fundação e cuja comunidade possui 45 anos de existência e, na sua origem, era denominada de Nossa Senhora do Carmo. Essa longevidade da comunidade comprova a presença dessas populações camponesas no processo de povoamento do território da Vila de Lindóia e região desde meados da segunda metade do século XX, mesmo que de forma esparsa, ao longo da estrada AM 010 e às margens do Rio Urubu. Segundo o presidente da ASCOVIM (Associação dos Agricultores da Comunidade de Visconde de Mauá), o Sr. Raimundo Miguel Barbosa de Lima, a comunidade teve como seu primeiro governador, o Sr. Arthur Reis alterou o nome do local, pensando em

fazer dali um distrito com o nome de Visconde de Mauá.²⁵ O senhor Barbosa como é conhecido é uma liderança importante e vem fomentando o desenvolvimento da agricultura familiar na comunidade, com objetivo de atrair projetos de desenvolvimento rural e assistência técnica para a comunidade promovendo parcerias com órgão do governo e outras entidades para o fomento e organização da produção local, a partir de bases sustentáveis. Atualmente a comunidade tem importância na produção estadual de mandioca, abacaxi e café.



Figura 11: Ícones da Associação Comunitária Visconde de Mauá e do Grupo Formigueiro. Fonte: Acervo das entidades. Data: Dez./2022

Outra associação comunitária de grande importância no território de interesse para o projeto ABC é a Associação Nossa Senhora de Nazaré (Associação da Comunidade de Lindóia), que acabou de eleger seu novo presidente no dia 27 de novembro de 2022. Escolhido entre 3 Chapas de candidatos, o novo representante da comunidade o Sr. Enoque Sampaio Alves por um período de 2 (dois) anos podendo ser reeleito uma vez. Dentre seus principais desafios para melhorar a qualidade de vida da sua comunidade estão as questões voltadas ao atendimento à saúde local, uma rede de comunicação (internet e telefone) mais eficaz, além de promover e fomentar a agricultura familiar, procurando ajuda para treinamento e capacitação das comunidades, de modo a estimular a substituição de atividades ilegais como o uso do fogo para a limpeza dos lotes produtivos, como a produção de carvão que ainda perdura localmente. O trabalho de diagnóstico realizado em campo 75% dos membros e lideranças abordados informaram fazer uso do fogo para a limpeza de áreas produtivas e tomada de posse econômica do território. Nesse sentido, o trabalho dessas associações é fundamental pois, agem de forma a tentar promover desenvolvimento e reivindicar melhorias para a comunidade e buscar soluções que sejam mais sustentáveis. A Associação Grupo Formigueiro, por exemplo, tem atuação de mais de 5 anos, foi formalmente constituída em

²⁵ Entrevista com o senhor Raimundo Miguel Barbosa de Lima à antropóloga Caroline Césari no contexto do trabalho de campo de diagnóstico e análise de impacto social do empreendimento em questão. Data: nov. 2022.

maio de 2021 e é presidida pelo Sr. Moisés Azevedo de Meneses morador e comerciante local. Segundo a direção da entidade sua criação foi pensada a partir “da necessidade de uma atenção maior para a Vila de Lindóia, nesse sentido os seus idealizadores começaram a trabalhar em prol da comunidade e seus residentes, sempre com o objetivo de beneficiar a todos, passando de apenas “pensar” “falar” a agir com força de trabalho e recursos próprios.”²⁶ Ao longo do período de atuação com as associações das comunidades vizinhas construiu parcerias com diversos grupos organizados da região, fornecendo apoio institucional e assessoria na promoção de ações, e na interface de convênios com agentes públicos como a EMBRAPA e o IDAM. Nesse sentido visando exemplificar o alcance, a importância estratégica, o escopo de atuação e o potencial multiplicador do Grupo Formigueiro para as comunidades da Vila de Lindóia e entorno, segue abaixo citação fornecida no informativo da entidade, com lista de várias ações e parcerias já promovidas pelo grupo:

I. Iluminação da Ponte da Vila de Lindóia; II. Iluminação do campinho da Vila de Lindóia; III. Pedido de preservação do Médio Rio Urubu; IV. Apoio à comunidade N. Senhora de Nazaré para o trabalho itinerante dos vereadores; V. Apoio à comunidade N. Senhora de Nazaré para a audiência Pública (tema: Segurança e Saúde); VI. Apoio a Escola Municipal Ivo Amazonense de Moura para iluminação da Quadra de esportes; VII. Apoio na implantação do I Fórum da Agricultura Familiar do Estado do Amazonas (em Itacoatiara) Vila de Lindóia; VIII. Criação da Unidade de Demonstrativa da Agricultura Familiar de Itacoatiara; IX. articulação com órgãos Públicos: SEPRO, AFEAM, SEBRAE, UFAM, EMBRAPA AM, CONAB, CETAM, SEMA, SEMPAB, SENINFRA, Secretaria do Interior e Prefeitura de Itacoatiara; X. Parceria para Energia Elétrica para o Ramal das Correntes; XI. Acompanhamento técnico nas áreas de Fruticultura, Avicultura e Agricultura etc. XII. Apoio ao curso de Empreendedorismo – SEBRAE; XIII. Apoio na construção da Casinha de Saúde da Comunidade São Luís – Minério; XIV. Apoio no Serviço de Manutenção no Ramal do São Francisco (Bueiro); XV. Apoio aos PRESIDENTES de Comunidades nas atividades de manutenção entre outras atividades: Ramal da Paz; Ramal das Correntes; Ramal do Minério; Ramal INCRA I e II; Ramal das Pedras; Ramal Pereua; Ramal Ajuricaba; Ramal Nova Vida; Ramal Santa Luzia; Ramal São Francisco; Ramal Muiracupuzinho; Aldeia Jaçanã; XVI. Parceria com o Administrador da Vila de Lindóia (2020); XVII. Parceria com as Igrejas: Católica; Assembleia de Deus; Fonte de Água Viva; XVIII. Apoio junto a SEMINFRA na iluminação e reparos da Vila de Lindóia; XIX. Parceria com Secretaria do Interior para iluminação da comunidade do ramal do Minério; XX. Realização da Festa da Fogueira de 2018; XXI. Apoio a Festa da Fogueira de 2019; XXII. Curso de doces, compotas e geleias para a Comunidade.

O Grupo Formigueiro tem feito o esforço de construir parcerias e auxiliar diversas associações e cooperativas locais para que, juntas, possam alcançar benfeitorias e apoio para a implantação de melhorias. Nesse sentido, nota-se que a comunidade da Vila de Lindóia tem se articulado de modo a fortalecer ao longo do tempo as organizações, para que assim possam

²⁶ Informativo institucional do Grupo Formigueiro. Data: nov./2022

atuar de forma mais assertiva e a partir de um processo participativo mais efetivo. Isso inclui grupos mais vulneráveis e desorganizados como pescadores, barqueiros e mães de crianças com deficiência, que ainda se encontram pouco articulados, mas que estão em processo de consolidação de pautas e de articulação para defesa coletiva de interesses e demandas comuns.

Essa organização tem oportunizado seus representantes a serem escutados por organismos públicos que antes estiveram distantes, como por exemplo:

Extensionistas da unidade local de Itacoatiara, a 270 quilômetros de Manaus, participaram no último sábado, (28/04/2018), de uma Audiência Pública na Vila de Lindoia, sobre o desenvolvimento do setor primário naquela região que faz parte do município de Itacoatiara. Na ocasião estiveram presentes, oito comunidades rurais, totalizando mais 150 produtores, que fizeram diversas reivindicações para os representantes das câmaras municipais de Itacoatiara, Manaus e a Assembleia legislativa do Estado do Amazonas (ALE-AM). As principais reivindicações dos agricultores da Vila de Lindoia, no que se refere ao setor primário, foram: a criação de um posto do IDAM na vila, regularização fundiária, patrulha mecanizada e a implantação de uma feira para os produtores. Segundo o gerente do IDAM local de Itacoatiara, João Hage, responsável por assistir e atender esses produtores rurais e agricultores familiares, os pedidos dos moradores vem ao encontro do fortalecimento das culturas cultivadas em Lindóia; “aqui existe um grande potencial na produção de citros, como a laranja, limão, tangerina, abacaxi, temos também a mandioca, pupunha, avicultura e a piscicultura, porém, com a implantação dessas solicitações, com certeza vamos alavancar a produção desses trabalhadores da Vila de Lindoia”, explicou o gerente.²⁷

Em novembro de 2022 já estavam sendo finalizadas as instalações do escritório do IDAM reivindicadas pela comunidade, assim como a instalação de uma tenda de agricultura familiar para que os produtores locais pudessem vender seus produtos para a comunidade e visitantes.

²⁷ IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Disponível em: <http://www.idam.am.gov.br/idam-participa-de-audiencia-publica-na-vila-de-lindoia-no-municipio-de-itacoatiara/>. Acesso em: nov.2022.



Figura 12: Fase de acabamento da Sede do IDAM na Vila de Lindóia. Autoria: Marco Aurélio Drumond. Data: nov./2022



Figura 13: Primeiro evento da Feira dos Produtores da Agricultura Familiar da Vila de Lindóia. Fonte: Acervo Grupo Formigueiro. Data: Dez./2022

5. Engajamento das comunidades (2.3)

A seguir estão descritos os processos de engajamento, suas estratégias e formas de atuação no território conforme o esforço de campo. Este teve como foco a garantia da inclusão e participação plena e efetiva das comunidades do escopo do projeto, atentando-se para a autorização do uso de informações e imagens, que garante a inclusão consentida dos grupos participantes, bem como a divulgação dos canais de comunicação e feedback junto ao público mobilizado. Informações como acesso, formas de divulgação, reuniões, agendas e atividades realizadas, bem como estratégias de comunicação necessárias à viabilização do diagnóstico e

do processo participativo encontram-se consolidadas e devidamente documentadas através do banco de imagens, termos de autorização, entre outros materiais que seguem digitalizados, em anexo.

Para definição da metodologia de trabalho para o engajamento da comunidade e demais stakeholders foram promovidos alinhamentos sucessivos entre a equipe de consultores que iria a campo e a equipe técnica da Systemica, mediante a realização de reuniões e alinhamentos ocorrida ao longo dos dias nos dias: 28,29, de novembro, 01 e 02 de dezembro de 2022. Durante esses encontros foi promovida uma construção conjunta das estratégias e escolha das melhores ferramentas para utilização junto às comunidades, visando à comunicação do início do projeto, e de informações importantes relativas aos créditos de carbono e às capacidades Redd +.

Segue abaixo a metodologia definida para o engajamento e mobilização, visando à efetivação do processo de consulta das comunidades de entorno e atores de interesse, conforme definido pelos padrões CCB:

- Aplicação de questionário simplificado com atores e membros de interesse para reconhecimento/identificação dos cenários constituídos nos territórios em estudo;
- Assinatura de termo de autorização de uso de informações e imagens;
- Realização de apresentação/ reunião de abertura do projeto para público-alvo a ser mobilizado durante trabalho de campo;
- Levantamento de informações primárias, através de visitas que serão documentadas, que subsidiarão a produção de diagnóstico social das comunidades de interesse do projeto;
- Busca ativa dos atores de interesse do projeto, incluindo os stakeholders institucionais , que podem se tornar potenciais parcerias, visando à consulta e apresentação do projeto e suas premissas;
- Promoção de abordagens individuais com a entrega de panfleto informativo contendo os canais de comunicação do projeto (e-mail e whatsapp), e a partir do panfleto suscitar as explicações pertinentes ao projeto.

5.1 Acesso dos atores (stakeholders) à documentação do projeto (2.3.1)

Todas as informações necessárias ao engajamento das comunidades no projeto foram fornecidas durante as reuniões coletivas realizadas, incluindo a atividade de capacitação para atividades de REDD +, que foram realizadas junto aos representantes do Grupo Formigueiro em 19-11-2022. Com outros três grupos também foi possível realizar atividades coletivas para explanação do projeto e aferimento das prioridades a serem consideradas para a elaboração das ações, a saber: Comunidade Visconde de Mauá em 21-11-2022; Lideranças Comunitárias da Vila de Lindoia em 22-11-2022; e Grupo de Mães em 23-11-2022. As reuniões realizadas no processo de abertura ou "start date" do projeto tiveram como objetivo expor os principais pontos e implicações da implantação de um projeto de crédito de carbono, bem como

divulgar e mobilizar a comunidade para participar da aplicação do questionário de diagnóstico socioambiental, e para avaliação das prioridades e demandas mais urgentes. Foram entrevistadas 28 lideranças e representantes dos diversos grupos sociais presentes na vila, priorizando aqueles que interagem tanto com o Grupo Formigueiro, como com a Associação de Moradores da Vila de Lindoia, localizados na área do projeto.

Vale ressaltar que durante essas atividades foi priorizado o convite às lideranças comunitárias e a participação dos diferentes grupos comunitários como pescadores, ribeirinhos, comunidade escolar, mães de crianças com deficiência, e outros presentes no território de interesse do projeto. Na ocasião foram sanadas dúvidas sobre o projeto, e tais reuniões significaram uma oportunidade para discutir, junto às populações mobilizadas, algumas das potencialidades do REDD+, a saber: (i) redução de emissões por desmatamento; (ii) redução das emissões decorrentes da degradação florestal; (iii) como contribuir para o aumento dos estoques de carbono florestal; (iv) ações e atitudes que possam contribuir para o controle das mudanças climáticas e do aquecimento global.

Também foram promovidas abordagens individuais, onde todos os envolvidos na equipe de pesquisa receberam o panfleto do projeto. Esse material de divulgação contém informações sobre os trabalhos em andamento, bem como os canais de comunicação para o esclarecimento de eventuais dúvidas ou questionamentos que surjam desde o início do desenvolvimento, até a implantação das atividades e monitoramento dos resultados. Essa metodologia de abordagem foi definida para iniciar e garantir a participação efetiva das comunidades, bem como a comunicação das principais etapas e implicações do desenvolvimento das ações do projeto para esse público.

A aplicação das metodologias e ferramentas planejadas durante o trabalho de campo priorizou a participação e inclusão dos pontos de vista da comunidade. Para garantir a transparência do processo de consulta, cada stakeholder entrevistado foi solicitado a assinar o "Termo de Autorização de Uso da Informação", visando garantir o processo de consulta informada, que atesta tanto o conhecimento dos objetivos do projeto quanto o recebimento do folheto informativo. Vale ressaltar que atenção especial foi dada para tornar a linguagem do material mais acessível, com a escolha de uma fonte ampliada, que visava facilitar a visualização de pessoas com baixa visão ou dificuldades de leitura. O texto da folha para aplicação das dinâmicas das prioridades foi pensada de forma a simplificar o entendimento e facilitar a leitura, garantindo que as informações fossem diretas e objetivas. Também houve preocupação por parte da equipe de campo em passar as informações de forma clara, evitando termos e palavras técnicas que pudessem atrapalhar o entendimento do conteúdo, além do cuidado em esclarecer cada uma das dúvidas e dúvidas apresentadas pelos membros dos mobilizados das comunidades visitadas^{28, 29}.

²⁸ Anexo: Pamphlet.pdf

²⁹ Annex: Autorização do Uso de Informações – Vila de Lindoia.pdf

A aplicação dos questionários implicou num trabalho de identificação e busca ativa realizado pela equipe de campo, que mobilizou parte significativa das lideranças locais, que compõem os mais diversos extratos e grupos sociais e entidades organizadas da vila e entorno. Essas pessoas foram abordadas, pois possuem o papel multiplicador de fazer chegar as informações do projeto para seu grupo mais amplo, bem como de responder pelas demandas e questões mais sensíveis de suas respectivas comunidades, já que são membros engajados no processo de formalização e fortalecimento para a resolução coletiva das demandas locais. Ressalta-se que não existe um mapeamento das comunidades e localidades que compõem o território da Vila de Lindóia e entorno, tampouco o limite das comunidades e grupos que se reconhecem como integrantes da vila. Será preciso trabalho posterior de georreferenciamento destes grupos, de modo a mapear outros que possam estar na área de interesse do projeto, para as parcerias e processos de engajamento e participação social sejam garantidos para todos que se encontram na área de influência e alcance do projeto. Foram mapeados 30 entidades, grupos comunitários e associações, com o apoio do Grupo Formigueiro, na pessoa do secretário Romário Elton da Cruz, e do diretor Moisés Azevedo. Foi possível a realização da aplicação do questionário, e fornecimento das informações relevantes com 28 representantes³⁰, que também participaram da dinâmica de aferição das prioridades. Esse montante corresponde a quase a totalidade das lideranças que foram identificadas com apoio do Grupo Formigueiro, e acreditamos que seja uma amostra significativa entre os grupos mapeados. Não é possível estabelecer um percentual exato pois não existe um levantamento oficial a respeito do número de membros e grupos que efetivamente interagem no território.

De todo modo, é importante manter no radar a identificação e abordagem de outras lideranças, comunidades e grupos, já que envolver mais pessoas de um mesmo território a participar dos mesmos projetos, iniciativas ou programas afins é uma estratégia para estabelecer coesão social para resultados garantidos. Todas essas evidências produzidas comporão as fontes de dados para a elaboração do diagnóstico social, que definirá as demandas e oportunidades observadas nessa população, e que poderá potencializar o desenvolvimento das ações planejadas, bem como o alcance dos resultados esperados. Os resultados de todas as atividades desenvolvidas, incluindo informações sobre local, data e número de participantes envolvidos, estão resumidos na Tabela 6 (Resultados das atividades com comunidades da Vila de Lindóia de interesse para o Projeto ABC).

Table 6. Results of the activities with the community of Vila Lindóia e entorno

Activity	Location	Date	Participants
Questionnaire for social diagnosis	Lideranças Vila Lindóia e entorno	18 a 24/11	28
Start Date and Capacity Building Meeting for REDD+ Activities	Grupo Formigueiro	19/11/2022	13

³⁰ Anexo: Questionario_Lideranças Comunidade Vila Lindoia.pdf

Activity	Location	Date	Participants
Explanation of the Project, delivery of pamphlet and inauguration of communication channel	Vila Caboclo	17 a 24/11	80
Capacity building for REDD+ activities	Grupo Formigueiro	19/11/2022	13
Dinâmica Aferição das Prioridades	Lideranças Vila Lindoia	18 a 24/11	28 (individuais) e 2 (coletivas)
Start Date para consulta dos atores locais, explicação do projeto e divulgação do canal de comunicação	Associação Visconde de Mauá	21/11/2022	17
Start Date para consulta dos atores locais, explicação do projeto e divulgação do canal de comunicação	Lideranças Vila Lindoia	22/11/2022	12
Start Date para consulta dos atores locais, explicação do projeto e divulgação do canal de comunicação	Grupo de Mães de Crianças Especiais	23/11/2022	13

É importante ressaltar que todos os comentários sobre a implantação do projeto, que forem recebidos por meio de nossos canais de comunicação serão tratados individualmente e, portanto, documentados. Além disso, eventuais reclamações ou sugestões de melhorias também serão consideradas e julgadas internamente pelo proponente do projeto. Se a reclamação ou sugestão for pertinente e relacionada ao escopo das obrigações do projeto, ela será acatada e implementada.

Todos os trabalhadores que tenham alguma relação com a área e atividades do projeto são devidamente registrados e têm seus contratos em total conformidade com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), documento que regulamenta o trabalho formal no país e define regras sobre como as relações trabalhistas devem ser conduzidas. Além disso, o proprietário e proponente do projeto ABC se comprometeu com a Systemic, parceira e incorporadora do projeto, a honrar suas obrigações trabalhistas³¹. Por fim, pontua-se que o proprietário, em outros negócios por ele administrado, não possui passivos trabalhistas, ou seja, não possui dívidas por descumprimento de obrigações trabalhistas, recolhimento indevido de encargos sociais, ou multas por não pagamento de benefícios obrigatórios.

A concepção do projeto e sua implementação, incluindo as informações sobre o monitoramento do projeto, riscos, custos e benefícios para as partes interessadas locais, leis

³¹ Anexo: Systemica- contract.pdf

e regulamentos relevantes e processos de auditoria, foram apresentados à comunidade local durante as entrevistas e o evento "Data de início".

5.2. Divulgação dos Documentos Resumidos do Projeto (2.3.2)

A divulgação dos documentos resumidos do projeto foi feita através de documentos impressos cuja distribuição e disseminação obtiveram o alcance conforme resultados informados na tabela abaixo (**Tabela 7: Resultado da Distribuição do Panfleto Informativo para comunidade de interesse**):

Tabela 7: Resultado da distribuição do Panfleto Informativo para comunidade de interesse

Comunidade	Resultado Alcançado
Comunidade Vila de Lindóia	70 panfletos distribuídos e afixados na Sede do Grupo Formigueiro, na sede da Associação de Produtores de Visconde de Mauá e no comércio do Presidente da Associação de Moradores da Vila de Lindoia.
Stakeholders Institucionais visitados	20 panfletos distribuídos e um panfleto afixado no mural da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itacoatiara.

Assim, para cada um dos stakeholders abordados foi distribuído panfleto informativo e promovidos esclarecimentos por parte dos pesquisadores, que chamaram a atenção para os canais de comunicação abertos para reclamações e dúvidas, quer seja por email e/ou whatsapp. Tais informações também estavam disponíveis no panfleto entregue presencialmente, durante a incursão ao território e também virtualmente, por correio eletrônico, voltado para a informação dos stakeholders institucionais.

Projeta-se a manutenção dessa estratégia de divulgação de informações relevantes para as comunidades que estão na área do projeto, através de material informativo que será enviado por e-mail aos atores institucionais, e afixado nos locais de maior trânsito de pessoas, para a comunicação acerca da data da auditoria para validação e verificação na comunidade participante. Segue abaixo panfleto informativo distribuído ao longo das mobilizações e reuniões coletivas, e durante a aplicação dos questionários semiestruturados para o diagnóstico socioambiental:



Figura 15: Panfleto Informativo do Projeto distribuído para os membros das comunidades e atores de interesse do projeto

Ressalta-se que houve o cuidado em tornar a linguagem do material mais acessível, com a escolha de uma fonte aumentada, que teve como objetivo de facilitar a visualização de pessoas com baixa visão, ou com dificuldades de leitura. O texto do panfleto foi pensado de modo a simplificar o entendimento e facilitar a leitura, garantindo que as informações fossem diretas, objetivas, e, portanto, mais inelegíveis e de fácil assimilação por parte dos indivíduos abordados. Houve também a preocupação pela equipe em campo, de repassar as informações de forma clara evitando-se termos técnicos e palavras que dificultasse a compreensão do conteúdo, além do cuidado em esclarecer cada uma das perguntas e dúvidas apresentadas pelos membros das comunidades mobilizadas.

5.3 Reuniões Informativas com as partes interessadas (2.3.3)

A mobilização para a realização das reuniões com as comunidades de interesse foi feita através de múltiplas estratégias de comunicação que incluíram a realização de incursão de campo com trabalho de mobilização social, priorização do processo de interação com os membros da comunidade, grupos comunitários e lideranças identificadas, e leitura de cenário do território em estudo com relação às interações e tensões entre os grupos de interesse. O trabalho de campo foi uma parte relevante do processo de diagnóstico das condições sociais, ambientais e econômicas das comunidades, e a mobilização coletiva foi feita com cuidado, atenção e escuta, de modo a garantir a eficiência da abordagem e a aderência das lideranças e grupos abordados. As atividades coletivas proporcionam a discussão sobre os problemas comunitários a partir de dinâmicas capazes de fomentar o diálogo e a interação de todos os

presentes. Isso inclui sensibilidade para a garantia da inclusão do público mais vulnerável, provocando a participação e oferecendo o lugar de fala a idosos, mulheres e jovens, e àqueles que possuem dificuldade de se expressar em público. Esse trabalho de engajamento ocorreu na região da Vila de Lindoia e entorno, durante o período entre 18-11-2022 a 27-11-2022, num total de 10 dias de incursão e esforço de pesquisa.

Ressalta-se que o fornecimento da informação acerca do andamento das etapas do projeto, somado ao engajamento que promoveu a integração dos atores no processo de definição e validação dos temas presentes para foco das ações futuras, tem relação com o cumprimento dos padrões CCB, mas também estão em consonância com as prerrogativas para assentimento livre e esclarecido dos participantes. Isso é reafirmado a partir do momento em que o pesquisador incorpora ao processo de abordagem e mobilização dos interlocutores em campo, o cuidado com o esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, direitos, riscos e potenciais benefícios, e que existe o respeito às singularidades, limitações, vontades e formas diferentes de compreensão das atividades propostas.

Desse modo busca-se garantir que a comunicação seja promovida de forma integral e objetiva, contribuindo com a premissa de inclusão de públicos minoritários, ao mesmo tempo em que “o processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido deve ocorrer de maneira espontânea, clara e objetiva, e evitar modalidades excessivamente formais, num clima de mútua confiança, assegurando uma comunicação plena e interativa” (RESOLUÇÃO CNS Nº 510/16). Os encontros serviram para aproximar a equipe de pesquisa com as comunidades do entorno, lideranças comunitárias, gestores públicos, agentes privados, e membros das instituições de interesse para futuras parcerias. A participação plena e efetiva desse conjunto de agentes determina a influência positiva e contundente no eixo comunidade, que passa a ser priorizado, e efetivamente incluído no escopo de ações e atividades definidas no âmbito dos parâmetros CCB. As reuniões e visitas foram planejadas de modo a conquistar gradualmente espaços de confiança junto ao público-alvo, principalmente nos contextos mais vulneráveis. As evidências como listas de presença, folhas das dinâmicas aplicadas, e registro audiovisual dessas atividades estão nos anexos que compõem este trabalho^{32, 33, 34, 35}. O conjunto de todas as imagens produzidas como evidência do trabalho de mobilização realizado pela equipe de campo também seguem em arquivo ZIP anexo³⁶.

A aferição de temas sensíveis como conflitos sociais, econômicos, ambientais, bem como interferências relacionadas às questões de gênero e falta de autonomia, bem como da presença de atividades ilegais no território, foi promovida a partir da aplicação coletiva da dinâmica das prioridades, feita junto à Comunidade de Visconde de Mauá (21-11-2022) e

³² Anexo: Start Date Grupo Formigueiro_19-11-22.pdf

³³ Anexo: Start Date Comunidade Visconde de Mauá_21-11-22.pdf

³⁴ Anexo: Start Date Lideranças Vila de Lindoia_22-11-22.pdf

³⁵ Anexo: Start Date Grupo de Mães_23-11-22.pdf

³⁶ Fotos de Campo Projeto ABC_Nov-2022

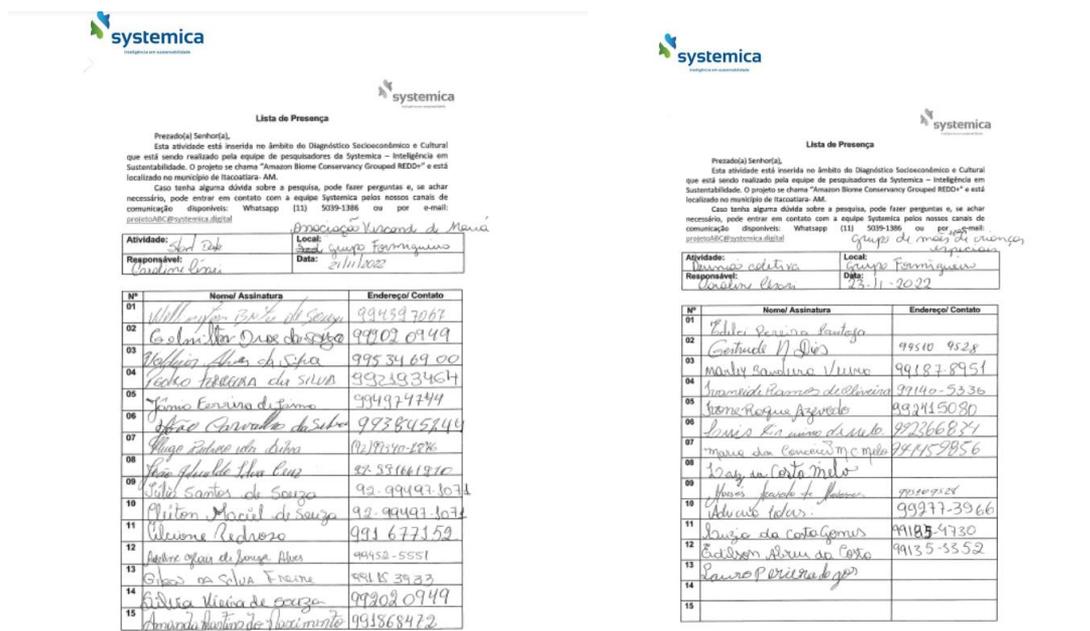
junto ao grupo de mães das crianças com deficiência (23-11-2022). Nos dois casos foi consenso que as principais demandas locais se referem aos temas estradas (acesso a serviços que só são oferecidos nas áreas urbanas), legalização de terras, geração de emprego e renda, sinal de internet/telefone, educação e saúde. Com relação a este último foi informado sobre a carência da oferta de serviços como consultas, laudos, obtenção de remédios, e restrição no acesso a especialidades médicas e exames complexos. A situação é particularmente crítica para as crianças com deficiência e mulheres grávidas que não conseguem acesso à suplementação alimentar e exames necessários. Esse público também enfrenta dificuldades de acesso a acompanhamentos periódicos de especialistas como psicólogos, fonoaudiólogos e fisioterapeutas para as crianças, ou obstetra, endocrinologista e nutricionista para as gestantes. Inclusive é importante ressaltar o grande número de crianças diagnosticadas com problemas neurológicos e psicológicos, incluindo TDAH, déficit de atenção, autismo, entre outras cuja alta incidência merecia um estudo específico e aprofundado.

Com relação às estradas o principal problema se refere à dificuldade de acesso a serviços ofertados apenas no Distrito-Sede de Itacoatiara, ou mesmo na capital Manaus. Além disso, a dificuldade de escoamento da produção, em virtude da qualidade das estradas, incluindo os ramais, aumenta muito os custos para a agricultura familiar, dificultando a chegada da assistência rural e de serviços públicos como coleta de lixo, água, e energia elétrica. Tanto as mães como os produtores rurais reclamaram da dificuldade que enfrenta as crianças e jovens que moram nos ramais, para acessarem a escola. Em períodos de chuva a mobilidade é reduzida em virtude do aumento da lama e dos buracos na estrada, que diminuem, por sua vez, ainda mais o acesso aos serviços de saúde, bancários, cartoriais, comércio, entre outros oferecidos apenas na zona urbana. No que tange à educação, o principal problema é do acesso (em virtude da má qualidade das estradas) e da qualidade do ensino, bem como da defasagem que crianças e jovens ficaram por causa do ensino remoto e do fechamento das escolas durante a pandemia de Covid 19. As mães ressaltaram a falta de profissionais treinados para atender à demanda de crianças e jovens com deficiência ou dificuldade de aprendizagem, bem como ausência de acompanhamento periódico e permanente de psicopedagogo e fonoaudiólogo. Esses profissionais ajudariam muito no desenvolvimento cognitivo e social dessas crianças, mediante suas especificidades de atendimento e necessidade de inclusão escolar.

A falta de internet e de sinal de telefone também é um problema urgente, pois dificulta o acesso à informação, aplicativos, sites, dificultando o estudo remoto durante a pandemia, e causando redução da oferta de emprego e dificuldade na geração de renda na região. A ausência de telefone e internet é um problema em momentos de emergência, quando é preciso acionar terceiros. Num mundo conectado a inclusão digital possibilita a modernização da produção e de processo, a melhoria das redes de contato e apoio para a comercialização dos produtos agropecuários, o acesso à telemedicina e a serviços oferecidos remotamente. A falta de inclusão digital dificulta a inserção desses atores nos novos mercados e demandas surgidas a partir da adoção das tecnologias, reduzindo as oportunidades de acesso ao

emprego e à renda. Isso pode ser visível no relato das mães das crianças com deficiência, que informaram ter dificuldades de cumprir horários fixos de trabalho em virtude das demandas de saúde e acompanhamento dos filhos, e portanto, poderiam usar o trabalho remoto como uma alternativa de geração de renda. Além disso, para essas mulheres a falta da internet e do telefone implicam em situações de perigo em momentos de urgência médica dos filhos, por exemplo. Ainda no que se refere à geração de renda para o grupo de mães, há alguns casos de paralisia cerebral ou doenças restritivas de movimento, que exigem que as mães fiquem por conta dessas crianças e jovens. Para esses casos é necessária a promoção de ações visando criar alternativas de geração de renda, que não sejam atividades laborais regulares. Isso somado à falta de acolhimento e apoio psicológico que essas mães enfrentam muitas vezes, com pouca estrutura, e dificuldades para acesso aos serviços básicos, temos um quadro de agravamento da vulnerabilidade dessas mulheres e seus filhos.

Assim, todas as observações feitas em campo na interação com os grupos comunitários demandou a elaboração de estratégias para envolvimento desses públicos e escuta atenta para aferição de suas demandas mais urgentes. As conversas e abordagens foram definidas a partir das questões psicológicas, sociais e culturais que foram se apresentando a partir dos relatos dos participantes, e da dinâmica social imposta pela comunidade da Vila, que demandou o atendimento a todos os grupos atuantes pela equipe de pesquisa. A aplicação das metodologias e ferramentas de abordagem coletiva promovida durante o trabalho de campo priorizou a participação e a inclusão das opiniões dos diferentes públicos abordados no âmbito do processo de consulta aos stakeholders locais. De modo a garantir a transparência do processo, bem como tornar claro o consentimento à participação das atividades e reuniões foi solicitado a cada presente a assinatura de lista de presença, conforme exemplo abaixo:



Figuras 16 e 17: Listas de presença das reuniões informativas realizadas em Nov/2022.

5.4 Custos, riscos e benefícios para as comunidades (2.3.4)

De acordo com informações coletadas ao longo do trabalho de campo, as comunidades que foram identificadas na área do projeto e que se tornam, portanto, de interesse para a promoção das ações e dos resultados almejados fazem parte Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, popularmente conhecida como Vila de Lindoia. As comunidades do Ramal Ajuricaba e Visconde de Mauá tem como foco a produção de alimentos através da agricultura familiar, e se ligam à vila a partir da rodovia e da estrutura de comércio, rodoviária e serviços, oferecida na área urbanizada às margens da AM-010, principal via de ligação entre Itacoatiara com a capital Manaus.

Na Vila de Lindoia foi identificado um rico e complexo tecido social, com a presença de organizações locais, como o Grupo Formigueiro, que se trata de um coletivo organizado por membros da própria comunidade, que realiza ações de cunho social e de apoio à geração de renda local. Também foi mapeada a Associação de Moradores da Comunidade de Nossa Senhora de Nazaré (Vila de Lindoia), cujo processo de eleição da diretoria estava ocorrendo quando da visita da equipe de campo, demonstrando que as formas de organização social estão vigentes, ativas e possuem relevância na configuração do tecido social e das relações intercomunitárias. Foi possível observar que a eleição estava articulando os moradores em torno das ideias, vontades e opiniões, e, portanto, a presença desses grupos organizados e de toda a movimentação em torno do processo eleitoral da associação demonstraram a consolidação de formas complexas e atuantes de organização comunitária, e de debate acerca do que é relevante para o futuro e bem estar da população da vila. Nesse ínterim, e mediante um perfil de atuação e autonomia preexistente, é preciso que essa configuração social seja incorporada ao projeto, de modo que as ações possam ser desenvolvidas, através da criação

de parcerias e da garantia da incorporação desses grupos no processo de discussão e definição das ações referentes ao desenvolvimento do projeto e implantação de suas etapas subsequentes. Um grande benefício a ser gerado com a implantação do projeto ABC se refere ao fortalecimento e amadurecimento desses grupos comunitários, mediante o potencial de agregação, mobilização e integração que eles demonstram e que se apresenta como uma vantagem na implantação das ações, bem como alcance dos resultados.

Porém, nesse sentido, observa-se um risco imputado aos conflitos entre esses grupos e associações, caso o processo de mobilização, integração e construção coletiva do desenvolvimento do projeto ABC, não abrigue todos esses interesses que estão claramente colocados na comunidade. O esquecimento de algum grupo ao longo do projeto pode causar insatisfações e rupturas nas formas de interação intercomunitária que precisam ser mensuradas previamente.

Com relação ao Grupo Formigueiro ressalta-se que sua inclusão no escopo de ações do projeto tende a ser positivo em virtude do seu caráter multiplicador potencial. Isso porque o grupo atua no fortalecimento de cerca de 40 associações e grupos comunitários de diferentes perfis, que variam desde associações de produtores rurais, pescadores, barqueiros, comerciantes, a entidades civis como Fórum da Agricultura Familiar, o Grupo de Mães de Crianças Especiais, entre outros. Um ponto positivo do projeto é potencializar a capacidade mobilizadora do Grupo Formigueiro e a amplitude do seu alcance. O grupo auxilia no processo de legalização da documentação das entidades, na mobilização e orientação dos associados, acompanhamento e assessoria contábil e jurídica aos presidentes, visando o fortalecimento institucional dessas comunidades e dos grupos sociais que atuam na melhoria da vida das populações da região.

Outro ponto positivo do Grupo Formigueiro se liga à experiência na constituição de convênios e ações em conjunto com órgãos públicos como a EMBRAPA, a SEPROR e o IDAM, em projetos que incentivam a produção orgânica de frutas como mamão, cítricos, café, cacau, além de hortaliças e legumes. É promovida a distribuição de sementes, o apoio à assistência técnica rural para os pequenos produtores, e incentivo a projetos de aquicultura. Também participa de iniciativas de formação e capacitação de produtores rurais junto à Prefeitura Municipal de Itacoatiara, e recentemente fechou um convênio com o SENAI para formação de membros da comunidade escolar, em manipulação e reaproveitamento de alimentos. O curso foi ministrado na escola Municipal Ivo Amazonino Mendes, única unidade de ensino da rede pública da vila, que também recebe do grupo Formigueiro apoio para a manutenção dos “guardadores de vida” que são monitores que auxiliam as crianças com deficiência, em sala de aula, possibilitando o acesso à educação e à convivência com os pares para esse público especial.

Portanto, um desafio colocado ao projeto que se relaciona diretamente com seus principais pontos positivos, se refere à presença desses diversos grupos comunitários na Vila de Lindóia, e o montante de mais de 3 mil habitantes, cuja ausência de informações oficiais acerca do

perfil, dificultaria a construção de uma amostragem capaz de contemplar o real perfil da população local, bem como todas as comunidades que podem ser inseridas no escopo do projeto.

Outro ponto de observação e que pode provocar impactos positivos ou negativos, se refere ao fato de não existir acesso direto entre esta a propriedade e a vila, seja pela estrada, seja pelo rio Urubu. Para chegar aos lotes e à área de proteção do projeto, é preciso realizar uma caminhada através da floresta fechada, cujo ponto de chegada mais célere se dá através do rio, no Igarapé do Boto, onde há um ponto de desembarque para acesso à trilha que leva à propriedade. Essa falta de ligação direta entre o território da propriedade e a vila dificulta a logística do projeto, e se reflete no desconhecimento da comunidade acerca do empreendimento. Principalmente porque não se trata de uma unidade produtiva, que emprega pessoas, ou que gere algum tipo de movimentação de funcionários, mercadorias ou serviços. A propriedade, adquirida em 2019 pelo atual proprietário é composta em sua maior parte de mata nativa, sendo desconhecida sua localização para a maioria dos interlocutores abordados. Durante a aplicação dos questionários e da realização das reuniões de consulta aos atores locais, os interlocutores não souberam informar sobre possíveis impactos mensuráveis, seja de ordem direta ou indireta, das atividades do projeto na dinâmica social, econômica ou comunitária das comunidades e atores abordados.

Com relação aos possíveis impactos negativos aferidos durante a incursão de campo, pontua-se a existência de um núcleo familiar de ribeirinhos que foi abordado a partir da aplicação do questionário, cuja residência está próxima ao limite próximo ao Igarapé do Boto. Este local é acessado pelo rio, e possui a única trilha que leva à área de floresta que será protegida no âmbito do Projeto ABC. Esse núcleo familiar não vive dentro da propriedade, portanto não há nenhum litígio pertinente à questão da posse da terra, nem conflitos ou disputas relacionadas com os limites entre as propriedades. Apenas algum incômodo pode ser observado a partir do aumento das atividades do projeto e de sua implantação, pelo incremento possível no trânsito de pessoas, máquinas, veículos e serviços. Isso pode gerar aumento da sensação de insegurança por parte desse grupo, já que se trata de uma área pouco habitada e sem estrutura de segurança pública e acesso às vias de escoamento.

Por ser um local ermo, movimentações não esperadas geram medo de episódios de violência, até porque o uso de armas de fogo é comum na região, tornando ambientes pouco controlados, muito inseguros. Ressalta-se a existência de áreas compartilhadas entre o projeto e os ribeirinhos e seu agrupamento familiar. Eles informaram utilizar áreas próximas aos limites entre as propriedades para caça e coleta de itens para a complementação da alimentação, sendo algumas dessas áreas coincidentes com aquelas que serão acessadas pela equipe que irá promover o processo de implantação e desenvolvimento do projeto. Assim, um processo de diálogo específico com esse grupo familiar deve ser realizado ao longo do desenvolvimento das ações, já que estas pessoas se encontram em situação de insegurança alimentar, dependendo portanto, dos recursos da floresta para sua subsistência. O grupo

abriga pelo menos 11 crianças em idade escolar, que infelizmente não frequentam a escola integralmente, pois falta transporte, e em alguns períodos do ano as condições de tráfego por barco se tornam difíceis. No período de seca, os barcos perdem a navegabilidade através dos igarapés, tendo que ser empurrados em alguns trechos onde as águas ficam mais rasas. Essa falta de oferta do transporte escolar dificulta a essas crianças, com faixa etária entre um e dezesseis anos, o acesso à educação, o que aumenta a situação de vulnerabilidade à qual essa família está sujeita. Nesse sentido, o aumento de movimentação de pessoas e máquinas na região pode impactar negativamente a sensação de segurança para essa família, já que se trata de uma região com poucos habitantes e de mata fechada. De modo a mitigar tal impacto é preciso que o projeto promova aumento da qualidade de vida para esse grupo, auxiliando essas pessoas na capacitação para geração de renda, no acesso à saúde e ao transporte escolar para as crianças e os jovens da família, para a redução da pobreza e da fome.

As atividades realizadas não possuem custos financeiros, conforme proposto pelo projeto e são custeadas pelo proprietário e pela gestão do projeto. Além disso, entende-se que não há riscos para as partes interessadas locais associadas às atividades do projeto, pois não há comunidades habitando áreas internas às propriedades do projeto, tampouco que dependam dos recursos florestais ali presentes. Os benefícios do projeto estão relacionados aos serviços ecossistêmicos de apoio e regulação, como regulação da qualidade do ar, regulação do clima, regulação da água, proteção contra erosão, processo de degradação, formação e regeneração do solo, polinização, regulação biológica, nutrientes e vida -manutenção do ciclo, proteção do pool genético (Loft, 2011).

Dentre outros impactos positivos esperados pela comunidade, temos a manutenção e fortalecimento da rede de apoio e associações comunitárias que fazem parte do Grupo Formigueiro, com o financiamento de ações e atividades desenvolvidas pelo grupo, principalmente dos projetos relacionados com a capacitação da comunidade, o fortalecimento e assistência técnica aos pequenos produtores rurais, e apoio ao grupo de mães de crianças especiais. Também se espera que seja efetivada a parceria com a Associação dos Moradores da Vila de Lindoia, com incentivos aos eventos locais como a Festa da Fogueira, desenvolvimento das ações de apoio ao esporte e lazer, já que não existe nenhuma estrutura ou projeto local voltado para a juventude e à prevenção do uso do álcool e das drogas, consideradas um importante problema na região. Como não existem opções de cultura, esporte e lazer na vila, e há uma dificuldade na geração de emprego e renda devido à pequena presença de atividade comercial e de oferta de serviços, os vícios e atividades ilícitas acabam sendo uma face negativa da falta de oportunidades. Isso somado à falta de escolaridade, de policiamento e segurança na região, criam um cenário de insegurança, com o aumento da violência vivido nos últimos anos e das atividades ilegais como tráfico de armas e drogas. Segundo relatos orais a região tem se tornado uma área utilizada pelo narcotráfico para o escoamento de drogas e armas, em virtude da capilaridade dos caminhos fluviais, da existência de vastas áreas de vazio demográfico, além da redução da fiscalização por parte dos órgãos ambientais, descaso verificado nos últimos quatro anos, desde 2018.

Porém, é necessário fazer uma ponderação, pois a mobilização social já consolidada no território deve ser um ponto de atenção, na medida em que atua tanto como um benefício capaz de potencializar as ações e resultados positivos do projeto, como pode se tornar um problema, caso a comunidade não tenha aderência às ações e seus objetivos. Assim, é preciso fortalecer esse diálogo entre os executores do projeto, a equipe técnica e os grupos comunitários, de modo a garantir a transparência e inclusão dos contextos locais. As portas estão abertas porque o associativismo já é uma realidade na Vila de Lindóia. É preciso que essa vantagem potencial catalise o processo de promoção de cidadania, e passe a trabalhar não apenas no sentido de garantir os resultados das ações promovidas a partir do projeto, mas que crie uma cultura de organização social e luta pela melhoria da qualidade de vida da comunidade local. É preciso a valorização de uma cultura da autonomia, onde a comunidade esteja apta a lutar por seus objetivos e propósitos comuns, a partir de uma convicção coletiva da relevância e do sentido do que é público, daquilo que convém a todos. O maior benefício a ser almejado e previsto se relaciona ao fortalecimento do sentimento de pertencimento, e da capacitação para o empoderamento, principalmente dos grupos mais vulneráveis como mulheres, jovens e produtores rurais desassistidos. Assim, esses grupos comunitários terão a consciência de que possuem nas mãos o seu destino, e mais, que as ferramentas para essa construção estão na ação coletiva, capaz de reivindicar um futuro mais sustentável, onde haja respeito ao meio ambiente e melhoria de bem estar social.

5.5 Informações aos atores sobre o Processo de Validação e Verificação (2.3.5)

O processo de validação do projeto ABC junto às comunidades está em andamento, e será concluído a partir da promoção das etapas subsequentes de consulta e engajamento que estão previstas para ocorrer nos próximos meses. Como relatado anteriormente, o andamento e a localização de cada etapa do projeto foram comunicados aos atores de interesse através do panfleto impresso distribuído para todos os mobilizados. Foram ao todo 90 pessoas informadas sobre o processo de validação em vigência, que foi comunicado pela equipe de pesquisa ao longo das atividades presenciais, reuniões e visitas.

Com relação às demais partes interessadas, instituições e agências governamentais relevantes, o processo de validação será informado a partir do Plano de Comunicação a ser desenvolvido em conjunto com as demais definições necessárias ao andamento do projeto, cuja definição se dará a partir do debate coletivo a partir do processo participativo e das consultas efetivas que ainda serão realizadas juntos às comunidades e demais atores.

5.6 Consulta às Partes Interessadas (2.3.7)

A consulta às partes interessadas, sobretudo às populações das áreas de atuação do projeto foi feita a partir da escolha de três estratégias de atuação, que serviram tanto como gatilho para o engajamento, como atuaram como instrumentos de coleta de informações para o diagnóstico e demandas prioritárias das comunidades (**Figura 17: Momentos chave do**

trabalho de engajamento realizado junto às comunidades do projeto Triunfo do Xingu Grouped Redd+):

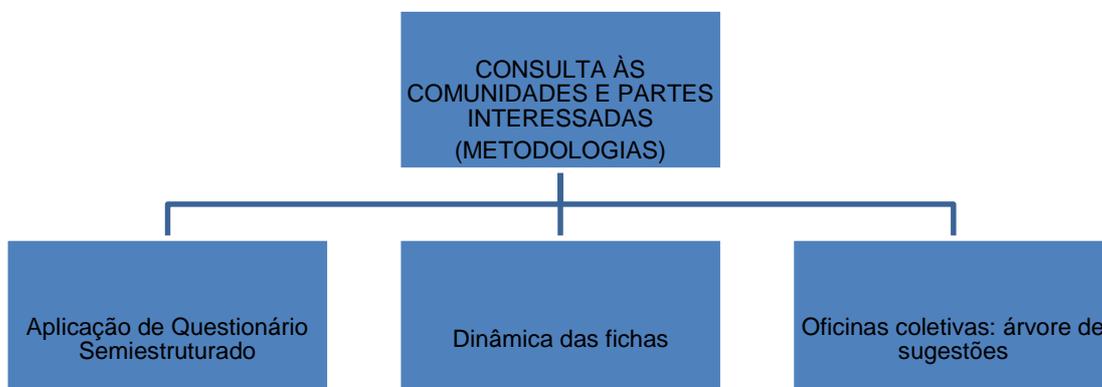


Figura 18: Momentos chave do trabalho de engajamento realizado junto às comunidades do projeto Amazon Biome Conservancy Grouped Redd +. Nov/ 2022.

Para cada ferramenta utilizada objetivou-se a obtenção de um conjunto de dados robusto, detalhado e complementar que fosse capaz de fornecer informações a análises integradas, que contemplem a multiplicidade de interesses, atores e contextos. Nas oficinas coletivas foi possível a apreensão das formas de sociabilidade e das relações de vizinhança definidas a partir dos trânsitos econômicos, culturais, e simbólicos, que determinam estratégias de ocupação do território e de relação com os recursos naturais diferenciadas. Para cada ferramenta segue descrição sumária das situações encontradas e do modo como contribuíram para a aferição dos conteúdos planejados.

5.6.1 Aplicação do questionário

O formulário proposto para aplicação do diagnóstico junto às comunidades de interesse passou por um processo de avaliação por toda a equipe técnica envolvida, sendo que as questões mais complexas foram debatidas e ajustadas mediante um viés multidisciplinar que contribuiu para que o instrumento ficasse bem ajustado às demandas do diagnóstico, e à diversidade de realidades inerentes ao campo de pesquisa.

O questionário voltado para a comunidade da Vila de Lindóia teve um tempo de aplicação em média de 30 minutos 40 minutos, sendo que algumas entrevistas acabaram durando mais tempo em virtude do volume de informações e riqueza de detalhes repassadas pelos interlocutores. Segue em anexo o modelo de questionário utilizado durante o trabalho com

as comunidades mobilizadas³⁷. Foram aplicados ao todo 28 questionários dentre o universo de lideranças dos grupos comunitários da vila, e demais atores relevantes identificados. Para cada interlocutor foi solicitado à assinatura do termo de “Autorização do uso de Informações”, que se encontra digitalizado em anexo³⁸, e as evidências³⁹ dos questionários respondidos que também seguem em anexo.

5.6.2 Dinâmica das prioridades

A dinâmica foi realizada de forma individual para todos aqueles que responderam os questionários, e foi promovida coletivamente durante a realização das reuniões junto à Comunidade de Visconde de Mauá (19-11-2022) e o grupo de mães de crianças com deficiência (23-11-2022). O escopo de temas oferecido para avaliação foi: Assistência Técnica Rural; Legalização da Terra; Proteção das Florestas e Rios; Esgoto; Lixo; Água; Internet; Saúde; Educação; Cultura, Esporte e Lazer; Energia Elétrica; Estradas; Segurança; Habitação; Transporte Público; Geração de Emprego e Renda; Assistência Social e outros (que poderiam aferir demandas e temas não levantados pela equipe quando da elaboração do formulário). Ressalta-se que o formulário oferecido apresentava os temas em letras grandes e em caixa alta, no sentido de facilitar o entendimento e a leitura por parte da população que alegou ter pouca escolaridade.

De modo geral, todos participaram e marcaram os temas que entenderam como os mais prioritários, sendo que para alguns com dificuldade de leitura foi dado apoio pelos pesquisadores que se propuseram a ler os temas, em voz alta e vagarosamente, de modo que o participante pudessem enfatizar aquelas demandas consideradas mais urgentes. Foram ao todo realizadas 28 aferições individuais, com cada liderança da vila que se prestou a contribuir, participando da aplicação do questionário. Em muitos casos houve apoio ou ajuda por parte de familiares e outros presentes no momento da aplicação do instrumento, fator que foi relevado e acatado, entendendo-se que a participação da família/ grupo é positiva para a qualidade do engajamento realizado. As evidências da aplicação dessa ferramenta diagnóstica com a comunidade se encontram nos Anexos⁴⁰. Observa-se que cada folha trouxe além dos quadrinhos dos temas, para assinalar, uma linha para incluir o nome completo do participante, a data de realização da aferição e a assinatura do aplicador da dinâmica. Segue abaixo evidências da aplicação da dinâmica com os moradores da Vila de Lindóia, cujo resultado ajudou a balizar a escolha do escopo de ações a serem promovidas futuramente, e que deverão passar pela apreciação da comunidade para inclusão definitiva ao projeto.

³⁷ Anexo: ANEXO-Questionário_Lideranças e Comunidade Vila Lindoia.pdf

³⁸ Anexo: ANEXO-Projeto ABC - Autorização de Uso de Informações.pdf

³⁹ Anexo: ANEXO- Evidências de Campo Fazenda Santa Marta.pdf

⁴⁰ Anexo: ANEXO- Projeto ABC – Dinâmica das Prioridades.pdf

5.6.3 Reuniões Coletivas

Esta atividade teve como objetivo a discussão em grupo dos temas prioritários e demandas definidas coletivamente como mais urgentes, além de debater e fomentar a reflexão acerca das diversas formas que podemos contribuir, tanto na manutenção da floresta em pé, como na preservação da biodiversidade e dos recursos naturais na região, que concomitantemente abriga a zona de influência do projeto, e o território da comunidade da Vila de Lindóia e entorno. É importante mencionar que a equipe de pesquisa teve todo o cuidado para não criar expectativas a partir das atividades, deixando claro que se tratava da primeira etapa do projeto, e de que ali não estaria sendo definida nenhuma resolução efetiva e sim se aferindo as principais questões para o desenvolvimento de um plano de ações futuro. Ao final da reunião a palavra foi aberta aos participantes, que puderam fazer as perguntas que quiseram, que foram prontamente respondidas pela equipe presente na ocasião.

5.7. Consulta Continuada e Gestão Adaptativa (2.3.8)

Para que o processo de inclusão e engajamento das comunidades dê prosseguimento e para que a gestão desse processo informacional, bem como seus resultados e alcances seja sistematizado é necessário à implantação de um Plano de Comunicação e Disseminação de Informações (**Tabela 8: Plano de Comunicação e Disseminação Gestão Continuada da Informação**). O Plano deve entrar em vigência em conjunto com a implantação das ações e mediante a consulta sistemática das comunidades e demais atores de interesse que estão na área de atuação do projeto.

Observa-se que o plano abaixo esboçado é uma proposta que ainda precisa ser discutida com os proponentes do projeto, comunidades e partes interessadas, de modo que as estratégias estejam adequadas aos públicos e contextos particulares que definirão o escopo das ações a serem executadas e posteriormente monitoradas quanto a seus resultados e melhora de indicadores.

Assim, como o projeto ainda prevê outras atividades de engajamento e mobilização das comunidades envolvidas, é preciso mais uma oportunidade para apresentação dos resultados do diagnóstico e outra para validação do plano de ações, que deverá ser definido posteriormente a partir de critérios e metodologias participativas. A definição das iniciativas e estratégias que serão adotadas devem garantir a manutenção dessa comunicação direta e inclusiva já iniciada na primeira etapa do projeto, conforme descrito nos itens anteriores. Assim, desenha-se em linhas gerais o Plano de Comunicação a seguir:

Tabela 8: Plano de Comunicação e Disseminação Gestão Continuada da Informação

Objetivos e Metas

- Possibilitar que o canal de contato criado para reclamações e dúvidas, divulgado através do panfleto impresso, passe a ser gerido de forma permanente, definindo-se um responsável pela rotina de anotação das reclamações, encaminhamento das demandas, e reparação das reclamações quando for o caso, devolutiva da resposta à ocorrência e monitoramento da eficiência deste fluxo de comunicação entre agentes de interesse e os proponentes do Projeto Amazon Biome Conservancy Grouped Redd+;
- Criar um Informativo impresso e periódico que seja anexado nos locais de maior acesso das comunidades envolvidas, para que informações sobre o projeto, seu andamento, ações futuras, reuniões e treinamentos sejam disponibilizadas com frequência para as partes interessadas;
- Criar uma rotina de monitoramento do fluxo de comunicação e disseminação das informações entre gestores, executores, produtores e público-alvo de cada ação a ser desenvolvida no projeto;
- Fortalecer formas de comunicação coletivas que facilitem o acesso às informações e que criem um público apto e reivindicar e comunicar suas expectativas e demandas de forma integrada e fundamentada. Ou seja, dar suporte e fomento para que o próprio processo de comunicação intracomunitário seja aprimorado e fortalecido, democratizando o acesso e o entendimento a ferramentas de diálogo e participação social;
- Criar estratégias para integrar e fomentar o protagonismo de mulheres, jovens e idosos no processo participativo e decisório das atividades do projeto;

Público-alvo

Grupos de interesse e comunidades atendidas pelo projeto, com foco nas populações da Vila de Lindóia e entorno.

Estratégias e Ferramentas

- Informativo trimestral Impresso com informações sobre as etapas de implantação, execução, monitoramento do projeto a ser distribuído e afixado em locais de circulação de pessoas no assentamento (igrejas, escolas, bares etc.);
- Canal de Comunicação / reclamações por telefone/Whatsapp;
- Canal de Comunicação/ reclamações por e-mail;
- Atividades Interativas / Oficinas presenciais sobre associativismo/cooperativismo, relações intercomunitárias e protagonismo social;

- Palestras e cursos (presenciais para a comunidade e virtuais para funcionários) para sensibilização e capacitação sobre preservação ambiental, direitos humanos, formas de não discriminação; economia solidária ou do cuidado etc.
- Criar conteúdo digital com notícias, imagens, cartazes entre outros recursos visuais para disseminação das informações do projeto em site específico que deve ser elaborado para tal fim;
- Composição de corpo técnico responsável pela gestão e monitoramento das reclamações, dos fluxos de respostas e devolutivas; para a produção dos materiais de comunicação como peças impressas e digitais; monitoramento da eficiência e alcance das ferramentas propostas; proposição de novas estratégias e canais de comunicação com as comunidades e partes interessadas, personalizando materiais e conteúdos informacionais às demandas e perfis dos diversos públicos a serem informados sobre o projeto.

Monitoramento (anual) e Indicadores

- Número de reclamações solucionadas e não solucionadas;
- Resultados da pesquisa de satisfação sobre o canal de atendimento junto à comunidade;
- Número de peças informacionais (digitais e impressas) produzidas e divulgadas;
- Número de panfletos impressos distribuídos;
- Número de atividades, oficinas, treinamentos e cursos promovidos com cada parte interessada;
- Número de participantes das oficinas, treinamentos, cursos e eventos realizados;
- Número de mulheres e jovens incluídos nas oficinas e atividades de capacitação/ sensibilização;
- Número de visualizações/ acessos das informações sobre o projeto no site.

5.7 Canais e formas de comunicação com as partes interessadas (2.3.9)

Os canais construídos para a comunicação com os atores já foram descritos acima, e dentre eles ressalta-se os seguintes resultados:

- Cerca de 90 Panfletos impressos distribuídos para todos os interessados;

- E-mail enviado a todos os stakeholders institucionais;
- 28 Questionário respondidos integralmente;
- 28 lideranças e membros da comunidade local participaram da aferição das prioridades individuais, e 30 participaram da aferição coletiva realizada durante a reunião com a Comunidade de Visconde de Mauá (21-11-2022) e com o Grupo de mães de crianças com deficiência (23-11-2022);
- 55 Participantes das reuniões coletivas de start date e fortalecimento das capacidades Redd +.

5.8 Participação das Comunidades na Tomada de Decisões e Implantação do Projeto (2.3.10)

A participação das comunidades na tomada de decisões foi fomentada através das atividades coletivas de caráter participativo, que não só auxiliaram na discussão sobre os cenários vigentes, como serviram para balizar as futuras ações e prioridades a serem estabelecidas pelo projeto ABC. As atividades coletivas foram um momento de discussão, encontro e compartilhamento de visões e necessidades, onde os participantes puderam dar suas opiniões e informar acerca de interesses comuns. Essas reuniões constituíram um canal direto e dinâmico de inclusão da comunidade nas etapas do projeto, além de uma ocasião onde foi possível garantir que fosse dada voz a públicos menos aptos à manifestação do direito de fala, como idosos, donas de casa e jovens presentes. O fortalecimento das Capacidades Redd + serviu como ponto inicial para discussão sobre as mudanças climáticas, emissões de carbono, preservação da floresta, da biodiversidade e modelos produtivos mais sustentáveis. Também foi promovido o debate sobre as consequências desses desequilíbrios, e como afetam a vida e a produção dos trabalhadores rurais e daqueles que utilizam ou precisam dos recursos da floresta para a subsistência. Daí as prioridades locais e comunitárias foram abordadas no sentido de traçar um panorama dos principais problemas ambientais e sociais da população, visando a aferir de que modo o projeto pode agregar a melhoria das condições de vida das comunidades com ações sustentáveis que contemplem a proteção da floresta e aumento da consciência ambiental.

Outra estratégia já mencionada foi a aplicação de uma ficha, junto à comunidade da Vila de Lindóia, contendo em Caixa Alta os temas mais urgentes, que foram escolhidos a partir de visões individuais, como complemento da aplicação dos questionários e coletiva a partir das discussões mencionadas quando do trabalho com o fortalecimento das capacidades Redd. O modelo da ficha utilizado para aferição das prioridades segue em anexo⁴¹. Ressalta-se que durante a aplicação da dinâmica, os temas contidos na ficha foram sempre lidos em voz alta, de modo a não constranger os entrevistados com dificuldades de leitura. O uso de palavras

⁴¹ ANEXO: Formulário para aferição de temas prioritários.pdf

simples e diretas como saúde, educação, segurança, estradas, etc. facilitou a escolha pelos participantes. Foi possível a escolha de mais de um dos temas, quantos fossem entendidos como urgentes pelo entrevistado. Segue abaixo tabela com os resultados da aplicação dessa aferição de prioridades feita com as lideranças e membros da comunidade de Vila de Lindóia e entorno.

Tabela 9: Resultados da aferição das prioridades informadas pela comunidade da Vila de Lindóia, Itacoatiara - AM (Nov/2022)

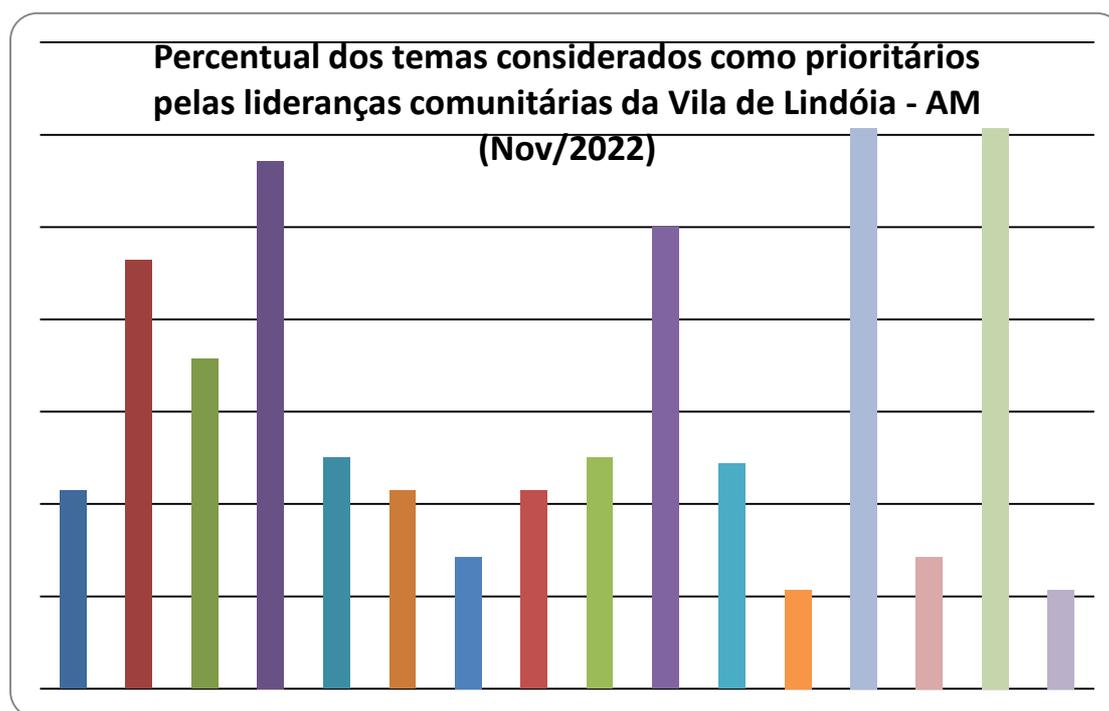
Temas prioritários	Nº de citações	%
Cultura/Esporte e Lazer	6	21,42
Proteção das Florestas e Rios	13	46,42
Legalização da terra	10	35,71
Internet ou Sinal de Telefone	16	57,14
Assistência Técnica Rural	7	25
Assistência Social	6	21,42
Lixo	4	14,28
Esgoto	6	21,42
Segurança	7	25
Geração de Renda/Empregos	14	50
Energia Elétrica	6	24,42
Estradas	3	10,71
Educação	17	60,71
Água	4	14,28
Saúde	17	60,71
Transporte Público	3	10,71

No que tange aos resultados obtidos com a aplicação dessa metodologia de aferição participativa das prioridades pode-se afirmar que dentre os temas mais citados mediante sua urgência de resolução para os consultados temos a Saúde, e a Educação, ambas citadas por 17 interlocutores, representando a prioridade para 60,71% dos participantes. Em seguida foi informado como prioridade a Internet e Sinal de Telefone, com 57,14% das menções e a Geração de Emprego e Renda com 50%. Por fim, considerando os temas citados por mais de 30% dos entrevistados, temos a Proteção das Florestas e Rios e a Legalização da Terra, considerados prioritários para 46,42% e 35,71% respectivamente.

No que se refere aos resultados aferidos coletivamente, durante as reuniões de consulta do projeto, se considerarmos os temas sugeridos pelos dois grupos comunitários consultados, percebe-se uma convergência com as prioridades mais citadas individualmente. Saúde, Educação, Internet e Sinal de Telefone, Geração de Emprego e Renda e Legalização da Terra

foram as prioridades definidas também pelos coletivos mobilizados. A única prioridade acrescentada no caso da aferição coletiva foi o tema Estradas escolhido pela Comunidade de Visconde de Mauá. Para essa população as péssimas condições do ramal que dá acesso à comunidade dificulta o escoamento da produção da agricultura familiar, principal atividade econômica local. Além disso, os buracos e a lama que surgem com o avanço do período das chuvas, dificultam o acesso das crianças e jovens à escola, reduz a mobilidade dos moradores, que precisam ir a outras localidades para utilizar serviços como posto de saúde, bancos, mercados, entre outros oferecidos principalmente nas zona urbana de Itacoatiara ou mesmo na capital Manaus. Outra observação relativa às demandas aferidas nas atividades coletivas foi informada pelas mães das crianças com deficiência que, além de informar a saúde com a principal prioridade para esse grupo, detalharam a necessidade de acesso a médicos especialistas, acompanhamento psicológico e fisioterapeuta para as crianças e o acesso a exames complexos. Segue abaixo gráfico apresentando os resultados das prioridades elencadas pelas lideranças e grupos comunitários abordados na Vila de Lindóia e entorno.

Figura 19: Gráfico do percentual dos temas considerados como prioritários pela Comunidade da Vila de Lindóia



Portanto, conclui-se que a dinâmica proposta alcançou os resultados previstos, com a aferição das prioridades de forma participativa, garantindo a inclusão dos pontos de vista das lideranças e grupos no processo de definição dos temas e ações mais relevantes para o projeto. Já que a melhoria da qualidade de vida da população local é um resultado previsto pelo princípio da sustentabilidade, a participação da comunidade é uma prerrogativa no desenvolvimento, implantação e avaliação dos resultados do projeto, e deve ser priorizada

em qualquer situação que demande interfaces com territórios, bens, valores e modos de vida locais. A eficiência das ações depende da apropriação pela comunidade dos processos e etapas ao longo do projeto, de modo que se sintam envolvidas nas tomadas de decisões mais relevantes, auxiliando desde a elaboração até a execução e monitoramento dos resultados e impactos observados.

5.9 Medidas para garantia da antidiscriminação (2.3.11)

As medidas tomadas para evitar qualquer tipo de discriminação ou assédio no âmbito das atividades de engajamento e diagnóstico realizadas esteve concentrada na atitude positiva e respeitosa da equipe de pesquisa que internamente alinhou estratégias e formas de permitir a efetiva participação de todas as pessoas interessadas, prezando pelo máximo de respeito no tratamento e nas abordagens realizadas. Porém no que se refere aos demais agentes envolvidos futuramente, a garantia de atitudes não discriminatórias e inclusivas para todos os públicos, ao longo de toda a execução e promoção das ações do projeto, deverá ser fomentada a partir da oferta de cursos, treinamentos e oficinas.

Para tanto, ao colocar em vigência o Plano de Comunicação supracitado, e incluir o esforço de produção de uma cartilha ou protocolo de posturas que deverá ser seguido ao longo de todo o projeto, será possível balizar o desenvolvimento das atividades a partir de práticas de boa convivência, de transparência no repasse de informações, de escuta sensível e respeito mútuo. Tanto os colaboradores, como os promotores das ações, e os próprios beneficiários de tais iniciativas devem ser capacitados e informados de forma consistente para garantir a observância de medidas e práticas antidiscriminatórias. É importante atentar-se para a adoção de medidas que integrem públicos diversos e que considere as problemáticas sociais, religiosas, raciais e culturais que se impõem sobre as questões de gênero, faixa etária, etnia, e modos de vida, visando fortalecer os cenários de mobilização social preexistentes, buscando aumentar o alcance dessa autonomia para grupos mais vulneráveis, e com menos lugar de escuta e poder de decisão.

5.10 Procedimentos de Feedback e Reparação das Reclamações (2.3.12)

Serão desenvolvidas ao longo da implantação do Plano de Comunicação e Disseminação de Informações que consta no item 3.3.8 (Ver item 5.8 do presente documento).

5.11 Acessibilidade do Procedimento de Retorno e Reparação de Reclamações (2.3.13)

Serão desenvolvidas ao longo da implantação do Plano de Comunicação e Disseminação de Informações que consta no item 3.3.8 (Ver item 5.8 do presente documento).

6. Valores de Conservação – HCV

O conceito de Altos valores de Conservação (HCV) se relaciona com a ideia de que “quando uma área florestal possui um valor de caráter excepcional ou de importância crítica, devem

existir salvaguardas adicionais para garantir que o valor não esteja sendo degradado ou afetado negativamente pelo manejo” (PROFOREST; WWF; IKEA, 2003, pp.24)⁴². O uso prático do conceito de HCV se relaciona com trabalhos de certificação de produtos madeireiros de manejo responsável, baseados em princípios e critérios que conciliam salvaguardas ambientais, ecológicas e sociais. Para a garantia de que essa salvaguarda, de fato beneficie as comunidades do entorno a tais áreas florestais, é preciso que também ocorra a promoção de ações e projetos que gerem benefícios e melhoria do bem-estar das populações que habitam os territórios envolventes. Dos seis critérios já listados, dois deles estão diretamente relacionados com as populações tradicionais e com as comunidades do entorno, que são: "HCV 5. Áreas essenciais para suprir as necessidades básicas de comunidades locais (ex.: subsistência, saúde). HCV 6. Áreas críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais (áreas de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa, identificadas em conjunto com estas comunidades)" (PROFOREST; WWF; IKEA; 2003, pp. 09).

Sobre o HVC 5 o documento “Guia para Florestas de Alto Valor de Conservação” (PROFOREST; WWF; IKEA; 2003), entende que estão incluídas no HCV 5: Áreas florestais fundamentais para atender necessidades básicas das comunidades locais. Isso implica em florestas que fornecem recursos úteis fundamentais para as comunidades tradicionais e locais. Porém, a de se ter cuidado com a avaliação dessas áreas já que não se aplica a florestas que fornecem recursos que podem ser prontamente obtidos em outro local ou que podem ser substituídos por outros” (pp. 22). Nesse sentido, não foram encontradas comunidades tradicionais e locais que fazem uso específico da área da floresta contida na propriedade do projeto ABC e entorno.

De todo modo, fica a observação de que na comunidade da Vila de Lindóia, na região de entorno do projeto, que dá acesso à propriedade pelo rio Urubu temos o Igarapé do Boto e florestas adjacentes onde foi encontrado um grupo familiar de ribeirinhos que utiliza de recursos de caça, pesca e coleta produtos da floresta para alimentação e subsistência. Porém, esses recursos utilizados dentro do território da propriedade do projeto ABC não são considerados como “fundamentais” para suprir as necessidades básicas desse grupo, já que eles possuem extensa área de floresta à disposição para suprir os recursos para sua subsistência. Além disso, o grupo familiar também possui uma residência na Vila de Lindóia, onde possuem uma horta, o que significa que não dependem exclusivamente dos recursos do Igarapé para suprir suas necessidades básicas.

Portanto, esses fatores agregados tornam o HCV 5 não aplicável ao contexto do Igarapé do Boto, embora seja necessário um monitoramento permanente das condições e contextos do grupo familiar que faz uso da área de entorno para obtenção temporária de recursos para sobrevivência. Além disso, o local possui um grande potencial turístico voltado tanto para a visita das praias do rio nos períodos de seca, como da pesca esportiva do Tucunaré nos períodos de cheia. Essa interface com o turismo pode provocar o uso descontrolado e sem

42

critério dos recursos do Igarapé, fator que demanda um monitoramento da atividade na região.

O HCV 6, por sua vez, se trata de um valor associado a áreas de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa, identificadas em conjunto com estas comunidades. Dado a inexistência de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas na área de influência direta do projeto, a avaliação se baseou no prognóstico fornecido pelas populações consultadas, que participaram das atividades propostas. Pontua-se, no entanto, a presença da TI do Rio Urubu, da etnia Mura, que dista 31,30 Km da área de preservação do projeto ABC, e cuja inclusão no escopo de ações deve ficar no radar do Plano de Monitoramento do projeto.

Com relação ao patrimônio arqueológico, identificou-se a presença de quatro sítios localizados às margens do rio Urubu, conforme mapa XX, onde é possível verificar a localização na relação com a propriedade do projeto e com as comunidades de interesse. De acordo com a Constituição de 1988, art.216, “é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os sítios arqueológicos, bem como impedir sua evasão, destruição e mutilação, conforme o art. 23, incisos III e IV”⁴³. Também temos em vigência a Lei 3924/1961 determina a proibição, em todo o território nacional, do aproveitamento econômico, da destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, antes de serem devidamente pesquisados⁴⁴.

Ressalta-se que os sítios Lindoia I e II e Itacoatiara I e II, ainda se encontram em processo de instrução pelo CNSA/ IPHAN, ou seja, os estudos e a caracterização do sítio estão em processo de elaboração. Em campo também foram encontrados indícios da presença de sítios na área do projeto. Na comunidade dos pescadores de Matrinxã às margens do Rio Urubu, quando da visita da equipe de pesquisa, foram localizados pedaços de cerâmica indígena no quintal da casa da liderança do grupo de pescadores. As evidências e imagens desses vestígios encontram-se no acervo fotográfico em anexo, e estão melhor detalhadas no item 7.1 a seguir: “Descrição das comunidades no cenário semprojeto”. Esse conjunto de bens arqueológicos constituem um HCV 6, por estarem em áreas florestais inseridas no território de interesse do projeto, delimitado pelo buffer de 20 Km, e por possui importância cultural tanto local, como nacional, em virtude da legislação que trata os sítios arqueológicos como patrimônio da União.

Assim, esses sítios se enquadram como bens de alto valor de conservação (AVC), um HVC 6 cujas informações básicas seguem da **(Tabela 10: Identificação de área de HCV no âmbito do Projeto ABC Grouped Redd+)**

⁴³Art.216 da Constituição Federal: Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf. Acesso 25-01-2023.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/legislacao#:~:text=A%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20declarou%20ainda%20.> Acesso em 25-01-2023.

Por fim, é necessário citar uma área de grande importância cultural para a Vila de Lindóia: a Igreja Nossa Senhora de Nazaré, localizada no centro da vila, de relevância histórica para a localidade. O conjunto composto por Igreja, adro, praça e centro comunitário são espaços de referência tanto religiosa, como de convívio social, cultural, e de lazer. A Igreja e sua área externa é o local onde se realiza a celebração mais tradicional da comunidade, que é a Festa da Fogueira, promovida com o apoio da Associação de Moradores. A celebração da fogueira ocorre no período junino e é o mais importante evento festivo do calendário cultural / religioso da Vila de Lindóia. Trata-se de um patrimônio cultural local pela sua importância cultural, religiosa, identitária e turística, e possui lugar de destaque dentre as manifestações coletivas promovidas localmente. Porém, não existe relação entre o uso social feito desse conjunto com recursos florestais, e sua utilização não implica em nenhuma forma de impacto ou degradação no meio ambiente local. De todo modo, fica o registro da relevância do conjunto da Igreja e da celebração da Festa da Fogueira como bens de alto valor cultural e identitário, atributo relatado pelos próprios membros e lideranças entrevistados durante o trabalho de campo feito junto à comunidade.

Tabela 10: Identificação de área de HCV no âmbito do Projeto Triunfo do Xingu Grouped Redd+

HCV- Valor de Conservação 6	Sítios Arqueológicos
Atributos de Qualificação	Os 4 sítios arqueológicos denominados Lindóia I, Lindóia II, Itacoatiara I e Itacoatiara II se localizam há cerca de 20 Km da área do projeto, estando na região de floresta que se insere nas áreas de interesse do projeto. Esses sítios possuem importância cultural não apenas para a população local, mas para a União que detém a tutela constitucional desses territórios. Os sítios se relacionam com vestígios da presença de comunidades indígenas no período pré-colonial, cujo estudo aprofundado pode fornecer importantes informações sobre a vida dos povos nativos que habitaram a região antes do processo de colonização da e povoamento iniciado a partir do século XVII. Esses sítios arqueológicos têm grande valor cultural e histórico, mas essas características ainda demandam estudos adicionais, para a definição da relevância dessas áreas, e do grau de proteção e medidas de conservação que ainda possam demandar.
Área Focal	VERIFICAR E DESCREVER MAPA A SER PRODUZIDO

6.1. Mudanças Esperadas das Condições de Bem Estar no Cenário do uso da terra sem o projeto.

Conforme os cenários de uso da terra projetados pelas lideranças e grupos locais, acredita-se

na promoção de potenciais transformações na cultura de uso do fogo e do desmatamento para fins de produção de carvão vegetal, ofício que ainda perdura na comunidade, embora já se encontre em processo de redução gradual. Os usos anteriores, prioritariamente feitos na região, da agricultura em grande escala, da pecuária extensiva e da produção de carvão, degradam a floresta e ameaçam a biodiversidade. Espera-se que o projeto ABC auxilie na migração paulatina para modelos mais sustentáveis, que fomentem uma preocupação com a manutenção da floresta em pé, com a redução das emissões de carbono, e com as consequências das mudanças climáticas. É possível a criação de dispositivos e ações que valorizem a agroecologia, a agricultura familiar, a produção de orgânicos, já que esses usos da terra são promovidos de forma autônoma pelas próprias comunidades locais. Porém sozinhos, não há horizontes para a mudança de práticas ilegais como o uso do fogo para a limpeza de áreas produtivas, e a produção de carvão vegetal, que ainda persiste, e que promove desmatamento e supressão de espécies nativas na região. É preciso estimular a promoção de iniciativas que trabalhem uma mudança de mentalidade, e que deixe de associar o direito à propriedade, com a posse da terra através da ocupação econômica da floresta via uso do fogo e do desmatamento.

O bem estar será maior quanto mais o projeto conseguir dar apoio no desenvolvimento de atividades compatíveis com a manutenção do meio ambiente, e da floresta em pé, garantindo a redução das emissões e a melhoria da qualidade de vida das comunidades do entorno. O projeto, pode contribuir, nesse sentido, não apenas para a redução dos impactos das mudanças climáticas na região, evitando-se a substituição de árvores por pastagens, ou desconstruindo a cultura de usar fogo para limpeza de áreas produtivas. É preciso que se fomente o surgimento de uma nova forma de interagir com a terra, e com a floresta sobre ela e sua biodiversidade, através de usos mais sustentáveis e compatíveis com as prerrogativas de redução da emissão de gases de efeito estufa e com os objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS (Disponível em: BRASIL, 2022)⁴⁵.

6.2. Consentimento Livre, Prévio e Informado

O processo de comunicação estabelecido ao longo de todo o trabalho de engajamento, conforme descrito nos itens anteriores, buscou informar de forma transparente e numa linguagem apropriada os objetivos do projeto. Além disso, realizou oficinas coletivas e atividades diagnósticas participativas que pretenderam incluir as demandas, opiniões e temas relevantes para as comunidades no escopo das ações a serem definidas. Desse modo, tentou-se garantir a participação plena e efetiva de todos os interessados e atores baseando-se em interações transparentes e proativas. Nesse sentido, ressalta-se a já mencionada distribuição dos panfletos pela equipe de campo, as abordagens e reuniões presenciais, as atividades coletivas e dinâmicas propostas.

⁴⁵ Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em Ago/2022.

De modo a documentar e garantir o desenvolvimento de ações e práticas que cumpram as premissas de informação prévia dos objetivos do projeto, bem como de comprovação do consentimento e da aceitação de participação das comunidades ao longo de todas as atividades de caráter participativo, a equipe procedeu à leitura do panfleto distribuído para todos os abordados, e à explicação atenta e detalhada do termo de “Autorização de Uso de Informações e Dados”⁴⁶, que traz a assinatura de cada um dos entrevistados na etapa de diagnóstico da região. Esse termo teve como objetivo esclarecer acerca do uso futuro das informações fornecidas, indicando seu caráter gratuito, e atestando que tanto a entrevista quanto a dinâmica foram devidamente explicados quanto à sua finalidade, conteúdo e termos. Segue em anexo a cópia digitalizada de cada um desses termos, assinados pelos 36 proprietários (as) que aceitaram participar das atividades propostas pela equipe de pesquisadores de campo.

Com relação à participação de públicos minoritários foi promovido um engajamento inclusivo, que buscou estratégias e abordagens específicas, visando incentivar e fomentar que mulheres, jovens e idosos tivessem seu lugar de fala, principalmente durante as atividades coletivas. Sabe-se que a falta de autonomia e de ferramentas de diálogo social, até mesmo a ausência de empoderamento em contextos decisórios comunitários, tende a reduzir a participação desses grupos. Uma das estratégias adotadas foi a abordagem direta e individual, convidando esses públicos a contribuírem com suas informações, e sobretudo, explicando a relevância da participação para a construção de ações para o projeto, de modo que este também reflita suas demandas específicas. Outra estratégia utilizada foi de buscar locais e horários determinados pelos próprios interlocutores, já que o local lhes é costumeiro, acaba sendo mais acolhedor. Essas consultas continuarão ao longo de todo o ciclo de planejamento, execução, promoção e monitoramento do projeto, pois a participação comunitária plena deve ser garantida em todas as etapas e ações previstas. No contexto do projeto ora expresso, respeitar os contextos e formas específicas de participação dos diversos grupos e atores envolvidos, faz com que o processo de tomada de decisão se torne um instrumento da coletividade, capaz de garantir que os interlocutores e organizações externas sejam engajados. É necessário levar em consideração os aspectos culturais, territoriais e locais das populações de interesse do projeto, para que as suas prioridades de desenvolvimento, necessidades e desejos possam ser realizados, assim, o critério participativo efetivado.

6.3. Proteção dos Direitos à Propriedade

Com relação aos direitos à propriedade da terra, ressalta-se que o desenvolvimento das etapas subsequentes deste projeto não tem potencial de impactar, seja de forma direta ou indireta, qualquer direito relacionado à terra, ou meios de subsistência das comunidades que fazem parte da área de influência do projeto. Durante a aplicação dos questionários para o diagnóstico 100% dos interlocutores da Vila de Lindóia informaram não possuir escritura ou

⁴⁶ Anexos: Autorização do Uso de Informações-Funcionários Fazenda Santa Marta.pdf; Anexo - Autorização do Uso de Informações-Vila Caboclo

qualquer tipo de documentação dos lotes/ imóveis onde habitam, já que o local se trata de um antigo assentamento federal, cujas imbróglis políticos ainda não foram solucionados. Alguns moradores locais dizem que o território ocupado pela Vila ainda pertence à União, outros informaram que a legalização da questão fundiária depende da Prefeitura Municipal. Fato é que parte significativa das lideranças entrevistadas, quando provocados acerca das prioridades e temas mais urgentes para a melhoria de sua qualidade de vida de suas comunidades, declararam a “Legalização das Terras” como estando dentre as questões mais prementes para a população.

Nesse sentido, o projeto ABC Grouped Redd+ pode promover impactos positivos no que se refere à viabilização do direito à terra, auxiliando a comunidade no entendimento do status em que se encontra o processo de titulação naquela localidade, e apoiando ações que possam facilitar ou até mesmo tornar mais célere o acesso ao título das propriedades. Assim, a partir de um processo de comunicação inclusivo e transparente, e de um engajamento efetivo da comunidade, somado ao apoio no desentrelhe dos procedimentos técnicos necessários à legalização da terra, o projeto tem o potencial de auxiliar as populações efetivamente, na tomada de conhecimento acerca dos trâmites burocráticos necessários para viabilizar a documentação da terra, fortalecendo o processo de articulação coletiva capaz de reivindicar junto às instâncias e órgãos cabíveis, à regularização fundiária tão sonhada por todos na localidade.

Ao longo do trabalho de campo a equipe de pesquisa não observou questões ligadas à ocupações ilegais nos lotes que compõem a propriedade do projeto ABC, tampouco a ocorrência de ações judiciais, ou processos em andamento relacionados com a propriedade da terra. Desse modo, não se faz necessária a realização de nenhum procedimento de mitigação relacionado com processos de reintegração de posse, realocação de populações, ou qualquer outro processo litigioso. De todo modo, objetivando evitar a incidência desses tipos de conflitos para as propriedades do projeto é necessária à implantação de um sistema de autovigilância capaz de impedir que esses conflitos que rondam o entorno das áreas protegidas de floresta, permaneçam sem causar danos às porções de vegetação e biodiversidade que se mantém íntegras.

6.4. Identificação de Atividades Ilegais

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), unidade vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), o valor estimado do desmatamento na Amazônia Legal Brasileira (ALB)⁴⁷ no período de 01 agosto de 2021 a 31 julho de 2022 foi de 11.568 km². Segundo os dados levantados, a estimativa da taxa de desmatamento para o ano de 2022 nos

⁴⁷ A Amazônia Legal é a parte do bioma Amazônico que se encontra dentro do território Brasileiro, formando uma região administrativa composta por nove estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, e parte do Maranhão) com aproximadamente 5,02 milhões de quilômetros quadrados abrangendo 772 municípios, o que corresponde a cerca de 60% do território brasileiro (KOHLHEPP, 2002).

estados da ALB (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), o Estado do Amazonas é o que possui a segunda maior taxa de desmatamento, ficando atrás apenas do Estado do Pará, com 22, 54% da área total, o que representa 2.607 Km² de área destruída.

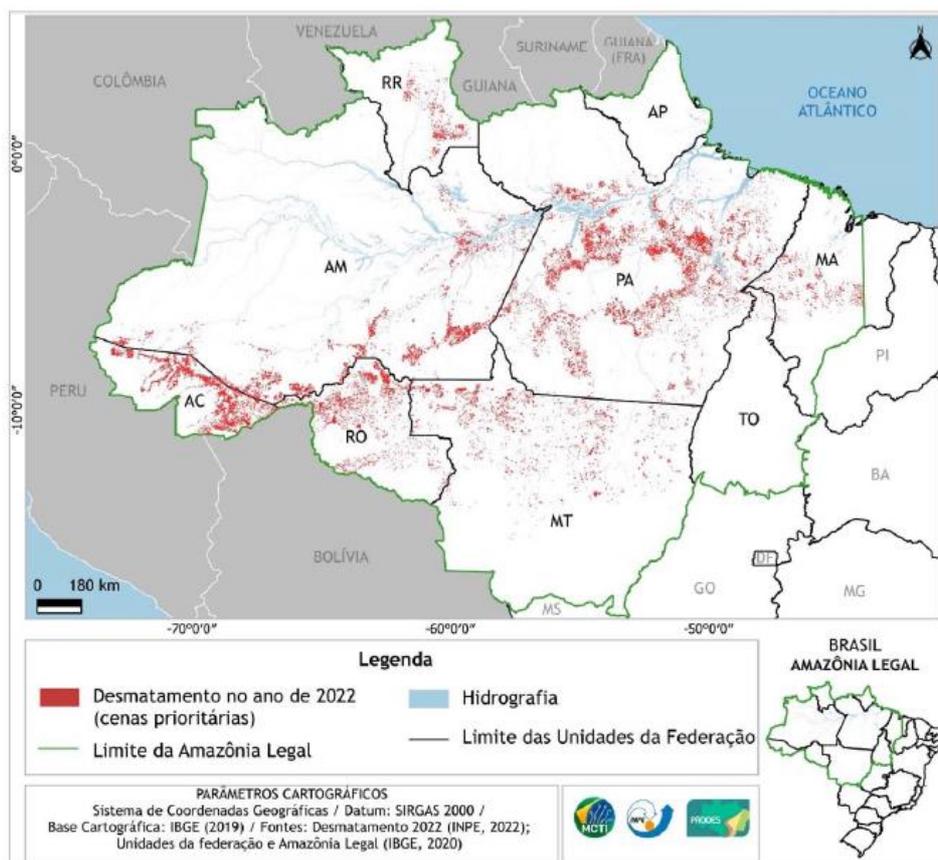


Figura 20. Mapa das ocorrências de desmatamento identificadas no PRODES 2022, nas 108 cenas prioritárias das ALB. Fonte: https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/sei_01340-009084_2022_72_notatecnica_estimativa_prodes_2022_revisada_lu_lm_27_10_rev_la-002.pdf. Data: dez./2022.

De acordo com a nota técnica emitida pelo Instituto Socioambiental – ISA- sobre geografia do desmatamento na Amazônia legal, tem-se que: “o desmatamento registrado em 2022 encerra o período desastroso do governo que se encerra com taxas anuais acima de 1,1 milhão de hectares. A média anual durante os últimos quatro anos foi 59% maior em comparação com os quatro anos anteriores (2015 a 2018).⁴⁸ Segundo o documento, as áreas protegidas como Terras Indígenas-TIs, Unidades de Conservação-UCs e Territórios Quilombolas-TQs representam importantes barreiras na proteção à floresta. Atualmente, podemos dizer que a

⁴⁸ OVIEDO, Antônio & PEREIRA, William. Instituto Socioambiental. Nota Técnica: Geografia do Desmatamento na Amazônia Legal. São Paulo, dez./2022.

situação é de forte pressão nas áreas protegidas, com taxas de desmatamento elevadas no entorno das áreas e algumas delas sofrendo intensa pressão por invasões, desmatamentos e garimpo ilegal. Ainda consta no documento, que essa destruição representa mais de 123 milhões de árvores derrubadas. No Estado do Amazonas estima-se que nos últimos anos as TIs perderam 29.112,3 ha. As UCs de uso sustentável, federais e estaduais perderam juntas 95.690,7 ha de florestas, excluindo as APAs que registraram perda de 70.168,1 ha. Nas UCs de proteção integral, onde o desmatamento é ilegal, outros 18.752 ha de florestas foram derrubados, o que representa 10,7 milhões de árvores derrubadas. E nos quilombos (TQs) da Amazônia legal, o desmatamento total foi de 408,1 há.

Grande parte dessa área degradada do estado está dentro de importantes áreas de preservação no município de Itacoatiara, em destaque para a TI Rio Urubu e a TI Paraná do Arauató. A primeira delas, tem um dos seus limites próximos à região da Vila de Lindóia ainda no curso do Rio Urubu que é a mais importante fonte de abastecimento de água e de alimentos para a região.

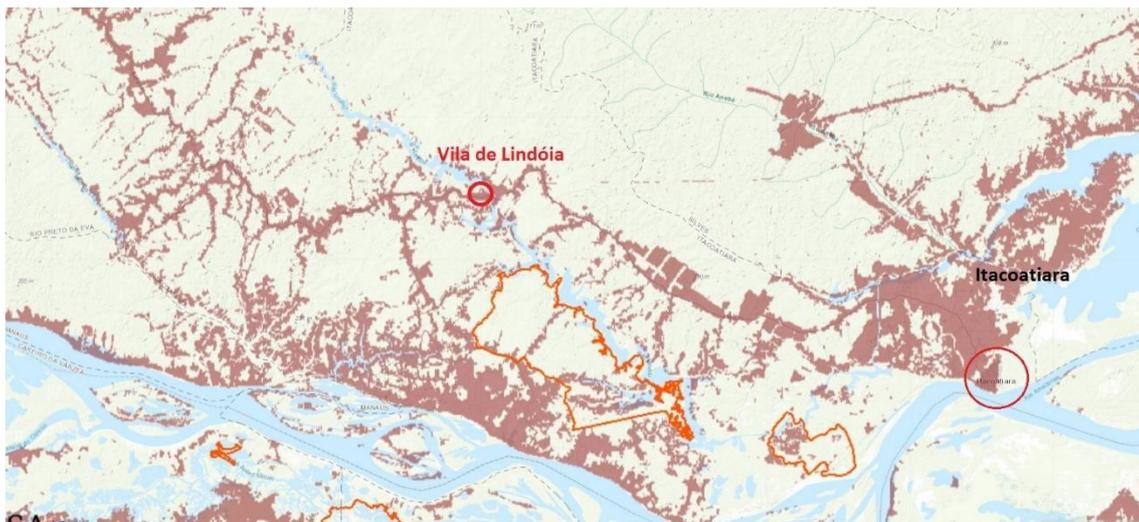


Figura 21: Área da TI Rio Urubu, TI Paraná do Arauató e focos de Desmatamento em 2020 no entorno da Vila de Lindóia e no Território de Itacoatiara – AM. Fonte: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4096#noticias>. Data: jan./2023.

Observa-se que a área mais escura do mapa acima ilustra trás o detalhe do desmatamento na região de Itacoatiara onde se localiza a propriedade do projeto. Apesar da existência da proteção federal nessas duas importantes TI's dentro no município de Itacoatiara, e no raio de interferência cultural e fonte de recursos naturais de sobrevivência das comunidades que margeiam o curso do Rio Urubu, as medidas de contenção de avanços de desmatamentos, invasões de terras e pesca predatória não tem sido devidamente combatidas de forma a preservar as condições de vida das comunidades indígenas ao longo do Rio.

Apesar do controle por parte da IPAAM e dos alertas quanto ao ciclo de reprodução dos peixes e a necessidade de se respeitar o período de desova e crescimentos mínimo dos alevinos, a pesca predatória e mesmo a pesca esportiva, tem agido clandestinamente de maneira a interromper os ciclos produtivos dos peixes, matando as matrizes, provocando a redução do volume de pescado, fator informado pelos pescadores locais entrevistados pela equipe de pesquisa.



Figura 22: Divulgação das datas de proibição de pescas e espécies na região. Fonte: <http://www.ipaam.am.gov.br/defeso/>. Data: jan./2023

A pesquisa realizada sobre a ocupação humana, conservação e uso da biodiversidade na terra indígena Rio Urubu⁴⁹ apontou os diversos conflitos com que a reserva tem convivido ao longo dos anos e que não foram sanados até o momento, ao contrário, tem se intensificado conforme a população da região aumenta. O documento aponta que os principais conflitos verificados nessa TI, em regra geral, se relacionam com: disputas internas por espaço e poder entre aldeias; prejuízos causados por bovinos nos campos de pastagens arrendados limítrofes às áreas de cultivo e domicílios indígenas; práticas ilícitas de exploração comercial de

⁴⁹ COSTA, Ricardo Luiz da Silva. Ocupação humana, conservação e uso da biodiversidade na terra indígena Rio Urubu: desafios para a gestão / Ricardo Luiz da Silva Costa. --- Manaus: [s.n.], 2014.

madeiras, de desmatamento e queimadas; arrendamento e venda de lotes para não indígenas dentro da TI; atuação ilegal de pescadores comerciais e turistas.

Assim, com relação às formas de uso da terra, a TI enfrenta problemas com desmatamento, queimada e exploração predatória dos recursos naturais, notadamente os florestais e pesqueiros. Os usos dos recursos naturais disponíveis na TI é praticado indiscriminadamente por índios e não índios, de formas ambientalmente insustentáveis. O que denota uma necessidade urgente de fortalecer a proteção ambiental e territorial na TI. Quando resumidos os principais problemas relacionados à ocupação e ao uso da terra, detectados na TI foram:

(a) Exploração ilegal e predatória de madeiras da floresta indígena, por índios e não índios; (b) Desmatamento e queimada enquanto práticas associadas ao cultivo de lavouras de subsistências e comerciais de índios e não índios. (ex.: roças de mandioca, de abacaxi, e de cupuaçu). Além das áreas de pastagem para gado bovino e bubalino; (c) Uso indiscriminado de produto agrotóxico no combate de plantas invasoras dos roçados; (d) Formação de roçados em áreas destinadas para APPs; (e) Na época do verão regional, de julho a dezembro, segundo informação dos índios, ocorre a perturbação ocasionada pela presença de turistas clientes de uma empresa vizinha a TI, que explora o turismo “ecológico”, com ênfase a pesca esportiva, no rio Urubu. (f) A presença e acesso livre de pessoas estranhas não indígenas dentro da TI, gerando uma condição de promiscuidade de interesses velados bastante difícil de gerir. É provável que essa condição derive da pendência sobre uma questão de regularização fundiária da TI, de vez que, ainda falta resolver o pagamento de indenização para cerca de trinta posseiros não indígenas com benfeitorias vinculadas a essa TI; (g) Loteamento, arrendamento e venda de lotes dentro da TI.⁵⁰

Para além das questões já apontadas, ainda existem conflitos de gestão da TI, relacionados diretamente a dois fatores: (1) o esfacelamento recente da organização social e governança na TI; e (2) a falta de conclusão do processo de regularização fundiária da TI. Ainda segundo Costa (2014) existem 61 empreendimentos de atividades turísticas que trabalham em torno do rio Urubu e estudos sobre as dimensões desses impactos nas comunidades que vivem do rio, incluindo as indígenas, principalmente naquilo que se refere ao controle e monitoramento da sobrepesca e poluição das águas pelos turistas. Porém nos últimos quatro anos não tem havido uma contrapartida de políticas públicas que absorvam os dados desses estudos, e que busque regulamentar as formas de governança nas Tis, mediante interfaces com atividades econômicas, dentre elas ressalta-se a turística, que vem promovendo grandes impactos na região.

Além das Terras Indígenas, ainda existem as tensões e conflitos existentes em relação ao direito à terra e às questões que envolvem a resistência cultural que existem em uma tradicional comunidade quilombola de Itacoatiara. Com a Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares desde 10 de dezembro de 2014, a tradicional comunidade ainda luta pelo

⁵⁰ Idem. Pág. 62-63.

reconhecimento formal do seu território. A Associação Comunitária Quilombola do Sagrado Coração de Jesus tem exercido papel de liderança, sendo inclusive reconhecida por órgãos públicos. Foi a associação que solicitou ao INCRA, em 2015, a formalização do processo de delimitação do território.⁵¹

O Município de Itacoatiara declarou o Lago de Serpa como de subsistência para os moradores da comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa e da comunidade São Pedro em 1996, criou a área de proteção ambiental do Lago de Serpa em 1998 e declarou a utilidade pública da Comunidade Quilombola do Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa em 2015. Entretanto, em relatório da Procuradoria da República no Amazonas que solicita INCRA que conclua o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) das terras, o documento cita que o MPF “recebeu informações de que há apoio, inclusive de gestores públicos de Itacoatiara, a medidas irregulares adotadas por pretensa representante da Comunidade Social contra os quilombolas, com participação de pessoas da cidade sem qualquer vínculo ou relação de tradicionalidade com a comunidade Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa”⁵²

O órgão ainda reforça que para os quilombolas e povos tradicionais em geral, a terra habitada, muito mais do que um bem patrimonial, constitui elemento integrante da sua própria identidade coletiva, pois ela é vital para manter os membros do grupo unidos, vivendo de acordo com os costumes e tradições. A agricultura familiar, a pesca, a criação de pequenos animais e o extrativismo são as principais atividades econômicas da comunidade do Lago de Serpa. Dentre os problemas enfrentados, conflitos em razão da atividade de invasores de terra, interessados na especulação imobiliária, que destroem a mata ciliar ao redor do lago e aterram nas nascentes dos rios.⁵³

Assim, “Privados do território em que vivem e da segurança territorial para ali bem viver, as comunidades remanescentes de quilombos presentes no município de Itacoatiara sofrem danos de grande impacto, prejudicando seu modo de vida”, alerta o MPF, na recomendação, destacando que o direito à propriedade definitiva do território habitado pelos quilombolas está garantido pela Constituição Federal.

Outro grande problema ambiental e social da região é a prática orgânica da produção ilegal de carvão que faz parte da vida da maioria das comunidades rurais do município, inserida nesse contexto, a Vila de Lindóia. Por ser uma forma de energia barata, abundante e acessível, o carvão vegetal é bastante utilizado em toda Região Norte, tanto para uso doméstico quanto

⁵¹ Número do processo junto ao INCRA: 54270.000164/2015-71

⁵² Ecoamazonia - Fundação para o Ecodesenvolvimento da Amazônia. Disponível em: <https://www.ecoamazonia.org.br/2022/01/mpf-quer-conclusao-delimitacao-territorio-quilombola-itacoatiara-am/>. Acesso em: dez./2022.

⁵³ JUSBRASIL. Disponível em: <<https://dpu.jusbrasil.com.br/noticias/198654608/comunidade-quilombola-de-itacoatiara-se-reune-com-a-dpu-no-amazonas>>. Acesso em: jan./2023.

comercial. Várias famílias vivem da atividade de produção e comercialização de carvão vegetal, tanto nas áreas urbanas, quanto nas áreas rurais do estado do Amazonas.

Segundo depoimento fornecido pelo então titular da Secretaria de Estado de Política Fundiária (SPF), Ivanhoé Mendes em 2016⁵⁴, o Governo do Estado “não tem gerência” sobre 70% do território amazonense, formado por áreas da União e dos municípios, inclusive parte das áreas produtoras de carvão vegetal e lenha ao longo das rodovias AM-010 e AM-070. A Vila de Lindóia e demais comunidades dentro da área de ação do projeto, assim como a Sede de Itacoatiara estão ligadas pela AM 010 e a Vila se encontra no km 182 da rodovia. De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), nos últimos anos, a Região Metropolitana de Manaus apresentou aumento da pressão do desmatamento, reflexo da expansão urbana e da construção de grandes empreendimentos e derrubadas feitas por pequenos produtores rurais.

Para Amorim (2012), a produção de carvão vegetal no Amazonas reflete as diferentes formas de utilização da biodiversidade. A atividade, na maioria das vezes, é complemento de renda para o agricultor familiar, que mantém sistemas produtivos como a horticultura ou a fruticultura, produzindo carvão apenas quando há corte da vegetação para abertura de novas áreas de manejo agrícola, aproveitando a madeira oriunda deste processo. Contudo, o sistema de plantio de culturas temporárias tradicionais usadas na região gera um grande desperdício de matéria-prima, pois nele ocorre a derrubada e, posteriormente, a queima da vegetação, inutilizando boa parte da madeira que poderia ser incluída no processo produtivo do carvão vegetal (FILHO, 2018).

Prestes (2016) é incisiva ao apontar a questão fundiária como o maior entrave à produção legal de carvão no Estado: mais de 70% dos produtores rurais do Amazonas não têm o registro e escritura do terreno. Sem o documento, os produtores não podem utilizar o sistema do Documento de Origem Florestal (DOF), implantado pelo governo federal pela Lei 12.651/2012 para controlar o desmatamento e o comércio de produtos florestais no país. Sem o DOF, a madeira, seus produtos e subprodutos são considerados ilegais e não podem ser comercializados.⁵⁵

Além de tudo isso, há também a questão social. Os carvoeiros da região, em quase sua totalidade, trabalham em condições precárias e sujeitos a problemas de saúde. Entretanto, a ilegalidade ainda tem sido uma barreira para frear qualquer tipo de proteção a esse

⁵⁴ PRESTES, Mônica. DO verde às cinzas: Demanda de Manaus abastece produção clandestina de carvão no interior do AM. PORTAL A CRITICA.COM. Disponível em: <<https://www.acritica.com/amazonia/demanda-de-manau-abastece-produc-o-clandestina-de-carv-o-no-interior-do-am-1.164255>>. Acesso em: dez./2022.

⁵⁵ FILHO, Francisco da Silva Marinho. Caracterização dos Fatores de Produção da Atividade Carvoeira Desenvolvida por Pequenos Produtores em uma Comunidade Rural no Município de Itacoatiara – Amazonas. Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Florestal, do Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara, da Universidade do Estado do Amazonas. Itacoatiara, 2018. Pág. 27

trabalhador informal, seja no aspecto da saúde, dos direitos trabalhistas, ou acesso à previdência social. A produção ilegal de carvão na região fomenta o desmatamento que acomete a região em direção às áreas de mata nativa da floresta Amazônica. Um fator a ser considerado como agravante dessa manutenção da ilegalidade é o aquecimento do comércio ilegal de carvão, através da alta demanda do produto, principalmente na Região Metropolitana de Manaus (RMM), que impulsiona a produção clandestina em ramais localizados ao longo das principais rodovias, no interior do estado (PRESTES, 2016).

Para o agricultor familiar que produz carvão na região, levar seu produto até os pontos de comercialização torna-se oneroso em vista dos gastos com transporte. Desta forma, quem faz a distribuição da mercadoria são intermediários ou atravessadores, que também são trabalhadores informais que permeiam de forma recorrente o universo da produção rural amazônica, comprando o carvão dos produtores a preços baixíssimos para revenda em outros mercados, obtendo lucro (FILHO: 2018).

Para solucionar a questão da ilegalidade dos carvoeiros no Amazonas seria necessário organizar os produtores em cooperativas, o que facilitaria a regularização da atividade, a obtenção de recursos, uma produção mais sustentável e maiores lucros para os produtores, além de facilitar a transmissão de informação técnica ao produtor rural, apontando o melhor caminho para regularização e para a aproximação do produtor junto aos órgãos técnicos, fazendo com que a produção de carvão no Amazonas deixe de ser apenas um “escape” ilegal para geração de renda das famílias, e passe a ser uma oportunidade. (PRESTES, 2016)

A região é rica em recursos naturais e espécies ameaçadas. De forma a proteger uma delas, tramita um projeto na Secretaria de Meio Ambiente do Amazonas que pretende criar a Unidade de Conservação Área de Proteção Ambiental – SAUIM-DE-COLEIRA. Este documento, “contém a apreciação para criação de uma unidade de conservação de uso sustentável, na categoria de Área de Proteção Ambiental (APA), localizada na região do interflúvio rio Preto da Eva/Urubu, no estado do Amazonas. Abrange uma área com cerca de 211.000 ha, compreendendo parte dos municípios de Rio Preto da Eva e Itacoatiara.”⁵⁶

O sauim-de-coleira (*Saguinus bicolor*) é um pequeno primata da família Callitrichidae, endêmico do estado do Amazonas e que apresenta uma distribuição geográfica extremamente restrita (7.500 km²), em partes dos municípios de Manaus, Rio Preto da Eva e Itacoatiara (ROHE, 2006). Trata-se de umas das espécies da fauna brasileira mais ameaçada de extinção, figurando em listas de espécies ameaçadas tanto a nível nacional (MMA, 2014) como internacional (IUCN, 2018). No Brasil, o seu status de conservação é considerado “CRITICAMENTE EM PERIGO” de extinção. Devido a gravidade da situação da espécie, o sauim, em agosto de 2018, também passou a fazer parte da lista dos 25 primatas mais ameaçados de

⁵⁶ Amazonas: Secretaria de Meio Ambiente. Disponível em: <efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/APA-Sauim-versao-atualizada-2019.pdf>. Acesso em jan./2022.

extinção no mundo. Essa lista é atualizada a cada dois anos por cientistas da International Primatological Society (IPS), IUCN SSC Primate Specialist Group (PSG), Bristol Zoological Society (BZS) e da Conservation International (CI) (SILVA, 2018).

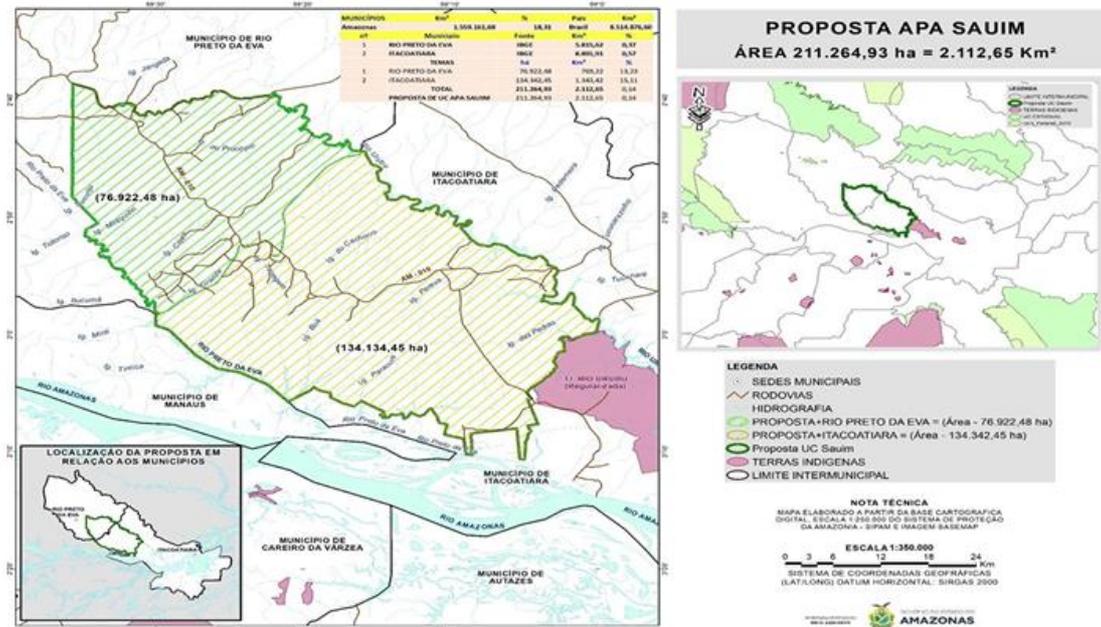


Figura 23. Mapa da unidade de conservação proposta denominada APA Sauiim-de-coleira. Fonte: COLETA DE DADOS SEMA (2018). Fonte: <http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/APA-Sauim-versao-atualizada-2019.pdf>. Acesso em: jan./2023.

No mercado clandestino de animais silvestres, filhotes do animal tem sido capturado pelos nativos e vendidos por R\$200,00 a unidade. A imprensa local tem noticiado quando é grande a procura pelo espécime, o que aumenta o risco de ampliação desse comércio predatório à biodiversidade da região.

7. Comunidade

O item “comunidade” traz a descrição das condições sociais, econômicas, e de acesso aos direitos básicos relatados pelas lideranças e membros da comunidade da Vila de Lindóia. Inclui tanto o diagnóstico das condições iniciais dessas populações, ou seja, no cenário sem o projeto, contendo os indicadores e contextos atuais que afligem a população desses territórios, e que interferem diretamente no seu grau de bem-estar e na sua qualidade de vida.

7.1. Descrição das Comunidades no cenário sem-projeto

7.1.1 Características históricas, contextos e dinâmicas do uso da terra no cenário sem-projeto

O Município de Itacoatiara é um ponto focal na distribuição de mercadorias e serviços, recebendo a produção de oito municípios vizinhos, a saber: Autazes, Itacoatiara, Itapiranga, Silves, Urucurituba, Nova Olinda do Norte, Boa Vista do Ramos e Maués. Manacapuru é mercado para a produção de Novo Airão, Tapauá, Amanã, Caapiranga, Berurí e de Manacapuru. Está localizado à margem esquerda o rio Amazonas, a leste do Estado, na zona fisiográfica do Médio Amazonas, com uma área de 3.112 Km², que limita-se ao Norte, com: Itapiranga, Silves e Rio Preto da Eva; ao Sul, com: Nova Olinda do Norte e Autazes; ao Leste, com: Urucurituba, Boa Vista do Ramos e Maués e, ao Oeste, com Manaus e Careiro da Várzea. A sua floresta é compacta, complexa e densa. Circundando a cidade de Itacoatiara, além do rio Amazonas, existem os rios Urubu, Preto e um grande número de lagos e rios, ilhas e paranás que formam um verdadeiro labirinto paisagístico. O município é um dos mais importantes redutos pesqueiros do Estado.

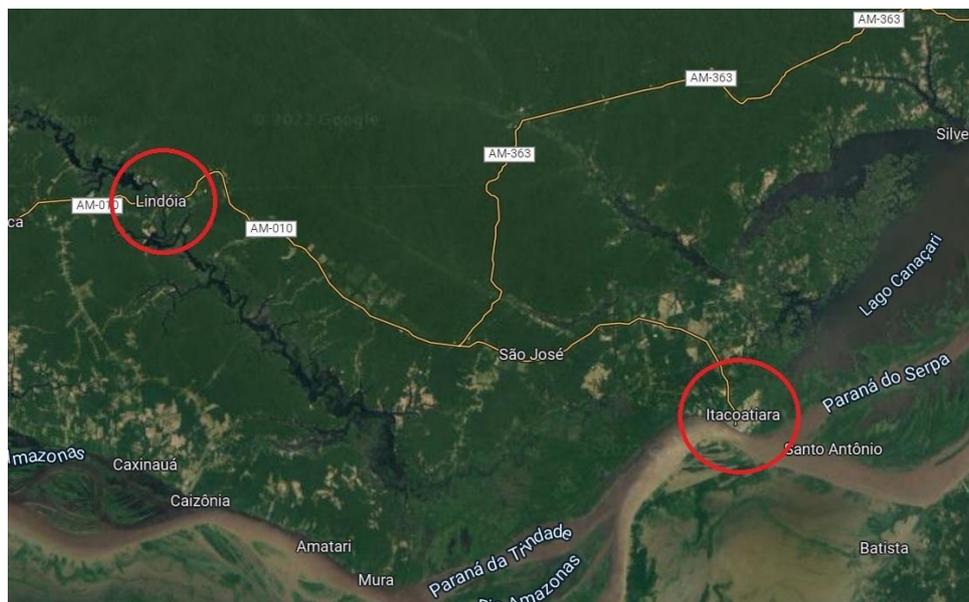


Figura 24: Distância Vila de Lindóia – Itacoatiara – AM. 82 km na via AM 010. Fonte: GoogleEarth. Data: dez./2022

A história de seu processo de desenvolvimento e povoamento mais extensivo tem início em 1º de janeiro de 1759, quando o governador Joaquim de Melo e Povoas promoveu a secularização da vila de Serpa, transformando-a em circunscrição administrativa do Estado Português, tomou providências fundamentais: Instalou a câmara municipal e nomeou as autoridades responsáveis pela administração do povoado. No rol das pessoas designadas para reger as funções políticas, estavam o diretor do povoado, os vereadores e o juiz ordinário, escolhidos dentre os portugueses e indígenas mais esclarecidos do lugar. No início da vila, em 1759, à sua supressão em 1833, o estatuto do povoado orientou-se pelas Ordenações Filipinas e leis extravagantes do império português.

Primeiramente, a vila foi administrada por nativos que exerciam direito exclusivo do voto e da vereança, condição oferecida desde a implantação da política do Marquês de Pombal. Entretanto, como esses agentes políticos vinham demonstrando pouco interesse pela comunidade, Portugal decidiu substituí-los pelos “homens bons”, proprietários ou comerciantes que, até o fim do século XIX já haviam tomado conta do espaço político nacional, regional e local de toda a Amazônia legal.

Em 1774, governou o diretor do povoado, Manuel Teixeira. A câmara estava composta de três vereadores e dois juizes de paz, eleitos a dez de janeiro de cada ano. Em 1820, os cientistas Spix e Martius encontraram Serpa em situação precária “pobre de indústria e de população constando só de vinte e poucas cabanas todo o lugarejo” (SILVA, 1997). No período de 1821 a 1825, a vila preponderou sobre as demais povoações amazonenses, inclusive sobre a capital. A câmara, cheia de prerrogativas, liderou a luta pela autonomia da região. Seu vereador mais velho, João da Silva e Cunha foi quem mais se destacou: além de outras atribuições, presidiu a junta governativa.

A câmara mantinha na barra um juiz com atribuições para a polícia urbana e suburbana. Segundo o historiador local, Francisco Gomes da Silva,

A história de Itacoatiara, como célula organizada, remonta ao último quartel do século XVII. Inclusas as antigas missões encravadas, sucessivamente, na foz do Maturá (1683), na margem direita do Canumã (1691), no furo Abacaxis (1696) e na margem esquerda do rio Madeira (1757), o local da cidade sediou (1758) o quinto burgo originário da atual sede municipal. Sexto, se adicionarmos a essa lista a missão da ilha de Aibi, fundada em 1655 pelo padre jesuíta Antônio Vieira. No território que fica entre as missões de Aibi e Amatary habitaram, além dos povos Muras e Aroaquis, os índios Sapopé e Perequita, E na região de Canumã e Abacaxis as nações mais conhecidas foram as dos gentios Sapupé, Comany, Aitonariá, Brauará, Uarupá, Maturucá e Curitiá. A transladação para o sítio Itacoatiara aconteceu, efetivamente, a 18 de abril de 1758, sendo que à nova povoação vieram ter os Abacaxis, Mundurucus, Torás, Iruris e Araras, à que se foram juntando posteriormente os naturais das cercanias: Aanás, Barys, Banibas, Curuaxiás, Maués, Passés, Sarás, Tururis, Anicorés, Cumaxiás, Juris, Juquis, Aponariás, Jumas, Pariquis, Urupás e Muras. (SILVA, 1997: 51-54)

Operada por franceses, alemães, chineses, portugueses e índios aculturados nas proximidades de Serpa é instalada a Colônia agro industrial Itacoatiara. Seu primeiro diretor foi o engenheiro francês Le Gendre Decluy, depois substituído pelo alemão Moritz Becher, que levantou a planta da vila (1859). O terreno onde foi localizado o empreendimento tinha em média 40.000 braças quadradas, contendo as seguintes culturas agrícolas: cacau, algodão e café, além de pequenas plantações de milho, feijão e mandioca. Já a parte industrial

constava de serraria e olaria onde foram montadas duas máquinas -a vapor de seis e vinte cavalos e um forno destinado a queimar por dia dez mil telhas, quatorze mil tijolos ou sete mil ladrilhos (SILVA, 1997). Ainda, ali foram construídas nove casas, três grandes telheiros e uma estrebaria. Conta o autor local que era intensa a movimentação portuária: diariamente chegavam e saíam navios de pequeno, médio e grande calados, embarcando e desembarcando cargas e passageiros. Dado o maior volume de produtos extrativos exportados, a expressiva parcela da mão-de-obra local era empregada nos sindicatos dos Estivadores e de Conferência de Carga e Descarga no Porto de Itacoatiara. Os escritórios de despachos de Hely Ruben de Paiva (1907-1985), Bob Ramos e Carlos Castelo Branco prosperavam. Segundo Francisco Gomes da Silva:

Contrastando com esse passado de opulência, do ciclo da borracha e do extrativismo, quando o interior era um centro fabril de atividades produtivas, hoje Itacoatiara é um município extremamente pobre. Esse estado de pobreza - vivido por todo o interior amazonense - foi agravado com a criação da Zona Franca de Manaus que incentivou a transferência de larga parcela da população itacoatiarense para a capital, desestimulando as atividades produtivas dessa parte interiorana. Com muita propriedade, Samuel Benchimol afirma que o interior foi abandonado à sua própria sorte, se tornou decadente e sua economia ficou anacrônica e inviável (SILVA, 1997, pp.59).

A economia de Itacoatiara nas últimas três décadas foi fortemente concentrada nos setores madeireiro, agropecuário e de transportes. Juntas, as empresas desse ramo são os principais empreendimentos localizados no município. Desde o final da década de 1990 a produção municipal engloba: agricultura, pescado, extração de madeira, carvão vegetal, de juta e malva, borracha, pecuária, cacau, castanha e guaraná (SILVA,1997)

Itacoatiara é considerado um dos maiores pólos agropecuários da região Norte do Brasil, destaca-se como importante produtor de mandioca, banana, laranja, feijão, café, hortaliças e milho. A pecuária e a pesca também constituem um forte empreendedor econômico do município, com destaque para a criação de bovinos, equinos e suínos. Na pesca, as espécies mais comuns são o pacu, sardinha, curimatã, branquinha, jaraqui, matrinxã, acari-bodó e outras espécies de peixes oriundos dos cursos d'água locais. A produção agrícola de frutos no município alcançou R \$296 milhões, em 2016, o quinto município com maior valor de produção do país (IBGE, 2021).

O município vem apresentando um desenvolvimento acelerado, ultrapassando a marca de cem mil habitantes na década passada, e ostenta a segunda maior economia do estado. A cidade apresenta uma grande concentração de pontos comerciais, 5 agências bancárias (IBGE, 2021) e serviços dos mais variados segmentos que servem a todo eixo leste da RMM. O setor terciário tem grande importância na economia de Itacoatiara, rendendo ao município R\$ 1,03 bilhão em 2016. São 887 empresas atuantes na cidade, segundo dados do IBGE (2021).

O acesso às áreas de interesse do projeto está ligado pela AM 010, concluída na década de 1960. Originariamente, sua extensão média é de 286 quilômetros. Para ser asfaltada, no governo (1975–1979) do professor Enoque da Silva Reis, sofreu modificações e, após a retirada de muitas de suas curvas, ficou reduzida a 250 quilômetros. Projetada como Estrada AM-1, depois passou a AM-010 e, quando inaugurada em 5 de setembro de 1965, foi batizada de Rodovia Torquato Tapajós, em homenagem ao engenheiro amazonense Torquato Tapajós (1853–1897) que a idealizou. Em julho de 2015 o quilômetro 130 da rodovia estadual, no sentido de quem vai ao município de Itacoatiara, passou por serviços de manutenção, conservação e recuperação sob responsabilidade do Governo do Estado do Amazonas. Em novembro de 2022 obras de recapeamento estavam sendo concluídas deixando a via em boas condições de trajeto, sendo possível percorrer o trajeto de carro da capital Manaus a Itacoatiara nos seus 270 km de distância em 4 horas de viagem em velocidade de segurança de 80 km/h. Até a Vila de Lindóia são 182 quilômetros de distância percorridos na mesma média de velocidade em 2 horas e 45 minutos.

Existem 3 empresas de transporte rodoviário que fazem o trajeto Manaus – Itacoatiara, a cidade também pode ser acessada por via aérea e com desembarque no aeroporto da cidade localizado na Estrada do Aeroporto, Km. 10, S/N. Em dezembro de 2021 as obras foram iniciadas para limpeza, cercamento operacional, terraplenagem e licenciamento ambiental para ampliação do aeroporto.

A região de estudo para a implantação do Projeto Amazon Biome Conservancy está inserida região metropolitana de Manaus criada pela Lei Complementar nº 52/2007 como uma forma de integrar os primeiros oito municípios que a compunham: Manaus, Presidente Figueiredo, Novo Airão, Iranduba, Manacapuru, Rio Preto da Eva, Itacoatiara (Vila de Lindóia) e Careiro da Várzea. No ano seguinte, foi instituída a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Manaus (SRMM) com o intuito de guiar a estruturação da política de gestão metropolitana. O órgão deu início à elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da RMM (PDIRMM), contudo, em 2009 uma nova lei acrescentou cinco municípios (Autazes, Careiro Castanho, Itapiranga, Manaquiri e Silves) à Região Metropolitana, o que inviabilizou a continuidade dos trabalhos em torno do plano. Mais de dez anos após a criação da RMM, tanto o Plano quanto o Conselho da Região Metropolitana e o Fundo ainda não foram implementados, o que gera dúvidas e incertezas sobre a aplicação de políticas públicas e sobre a melhor forma de desenvolver a região.

Esses municípios têm a característica de serem responsáveis pelo abastecimento de produtos agropecuários e de mão-de-obra para a capital. Mesmo estando próximos à capital, apresentam um grau de desenvolvimento muito menor e grande fragilidade econômico-social, devido à escassez de agentes geradores de renda e a facilidade de migração. Esse quadro se agrava ao afastar-se do perímetro urbano desses municípios em direção às diversas comunidades rurais que estão localizadas às margens de rios e/ou estradas e vicinais. Nesses

locais, o acesso a bens e serviços torna-se muito difícil, as expectativas diminuem e aumentam os riscos sociais. A Vila de Lindóia e as comunidades de interesse para o projeto, se inserem nesse contexto.

As cidades menores, bem como as pequenas comunidades ⁵⁷ quase sempre são pequenos núcleos com pouca infraestrutura, e tendo como principal fonte de renda os repasses dos governos estadual e federal. Embora possuam “núcleos urbanos”, a população se dedica a atividades rurais como agricultura, pesca e extrativismo, dispondo de pouca, ou nenhuma, infraestrutura de apoio para o beneficiamento da produção, vendida in natura para atravessadores.

A Região Metropolitana de Manaus possui inúmeras características que a diferenciam das demais regiões metropolitanas, tanto em relação a aspectos socioeconômicos e demográficos quanto ambientais e geográficos. Por um lado, observam-se baixa densidade demográfica e distribuição desigual da população e da renda, hábitos de consumo e cultura diversificados, bem como grandes espaços de usos restritos protegidos pela legislação ambiental. Por outro lado, verificam-se grandes problemas na circulação de pessoas e mercadorias, em virtude das grandes distâncias e, principalmente, de um sistema de transporte precário, composto por poucas estradas em mau estado de conservação e um sistema de rios e, no geral, pequenos portos (apenas Manaus e Itacoatiara possuem terminais portuários voltados à exportação).

O comércio da borracha impôs por suas rotas comerciais e principais centros produtores uma rede proto urbana, que se relacionava com as áreas de maior produtividade nas várzeas e circulação de mercadorias. A evolução desta estrutura fez surgir uma urbanização hierárquica, com diferenciação entre as cidades de maior porte e o conjunto de menor, criando uma relação de dependência mantida, em alguns casos, até hoje.

Na década de 1960, intensificou-se a ocupação urbana por processos diferenciados, mas ligados ao desenvolvimento regional, com destaque para a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967. As políticas de desenvolvimento da região expressas pelos projetos de colonização e investimentos em infraestrutura desencadeou um processo de ocupação com a chegada de imigrantes do nordeste e sul do Brasil, principalmente. A ZFM potencializou o processo de migração interna no Estado do Amazonas, atraindo os moradores dos demais municípios para a capital. A criação da região de livre comércio estimulou o crescimento da capital do Estado do Amazonas, centrando-se nas indústrias de produtos eletroeletrônicos ali instalados. A população migrante se aglomerou na periferia de Manaus, com velocidade muito maior do que desenvolvimento da infraestrutura urbana, gerando inúmeros problemas sociais.

⁵⁷ Comunidades no sentido mencionado por Cavalcante, para quem, “são unidades político-administrativas onde se agregam principalmente grupos de parentesco por consanguinidade e afinidade.” (CAVALCANTE, 2013).

De um modo geral, o crescimento urbano deixou de ser do tipo cidade primaz para dar lugar à urbanização regional. Especialmente identificou-se: a substituição do padrão dendrítico pelos eixos viários. Como resultado, obteve-se a concentração dos núcleos urbanos ao longo dos dois eixos: fluvial e viário, desenhando um macrozoneamento regional. Esses núcleos urbanos diferem entre si: (i) os criados às margens das estradas, que se constituem nas novas espacialidades urbanas da Amazônia a partir dos anos 1970, em decorrência da construção de novos eixos de circulação, que são os vetores de expansão da fronteira onde projetos de colonização e desenvolvimento públicos e privados são instalados; (ii) os núcleos tradicionais as margens dos rios, em sua grande maioria, pequenas cidades que têm suas dinâmicas atreladas a floresta e a água (SILVA, 1997).

Nas pequenas cidades amazônicas, localizadas em meio da floresta e às margens dos rios, os habitantes deste espaço podem ser levados inconscientemente a estabelecer a dimensão de espacialidade a partir do encantamento da realidade física. O porto é o intermédio entre o rio, a floresta e a cidade, fortalecendo a identidade do homem amazônico com a água. É quase sempre assim que se chega à maioria das cidades ribeirinhas e delas se tem a primeira impressão, que nem sempre é a definitiva.

A concretude de um arruamento caótico, de equipamentos urbanos inexistentes ou inadequados, mostra entretanto outra realidade dessas pequenas cidades, cujo crescimento está atrelado a políticas públicas exógenas, que muitas vezes ignoram os cenários internos e as necessidades reais da população local. Esta realidade também se aplica às comunidades com acesso viário, visto que as grandes distâncias e o precário estado das vias e estradas dificultam melhorias como redução do custo da produção e aumento do escoamento, tornando a comunicação entre o centro e a periferia da região dificultado e oneroso, quão pior for as condições dessa malha rodoviária.

Tanto nas pequenas cidades dos beiradões, como nas comunidades localizadas em vias secundárias, como a Vila de Lindóia, percebe-se uma série de ausências: serviços, espaços de lazer, informação, saneamento urbano, educação de qualidade, atendimento médico e odontológico regular, dentre outros que estruturam condições dignas de vida. A problemática da oferta de serviços no estado Amazonas é, de modo geral, uma questão de acessibilidade, não podemos perder de vista a extensão territorial do estado e seus gargalos na rede de transportes.

Atualmente, a urbanização da região encontra-se em fase de estruturação, a dinâmica das cidades ainda é muito intensa, ocasionando processos migratórios localizados, mas capazes de mudar os cenários pela criação de assentamentos e de aglomerados ilegais que aprofundam o processo de desmatamento e ocupação de margens de rios, e que promovem uma pressão por ocupação urbana no entorno das principais redes viárias.

Dentro da RMM a realidade atual apresenta estrutura de rodovias estaduais e federais que dão acesso a vias secundárias onde se localizam as comunidades e pequenas propriedades, que são as unidades produtoras que abastecem a capital e a área urbana do próprio município. Essas unidades têm características diversas, podendo ser encontradas lado a lado grandes propriedades com maquinários e tecnologias atuais e propriedades familiares que utilizam técnicas rudimentares e necessitam do apoio do governo para escoamento da produção. Estas pequenas unidades também se apresentam como membros de cooperativas/associações, de forma a beneficiar-se destas organizações para adquirir equipamentos para escoamento e beneficiamento da produção, agregando valor ao produto final e renda ao pequeno produtor.

Essas comunidades têm características distintas, em vicinais que ligam comunidades que também tem acesso ao rio, o centro urbanizado localiza-se à margem do mesmo sendo um elo de acesso aos ribeirinhos e aos moradores das estradas. Esse é o caso da Vila de Lindóia e comunidade adjacentes. Nestas comunidades há um núcleo bem definido com escolas, postos de saúde, unidades de fornecimento de água e energia, telefonia pública, igrejas, mercadinhos, entre outros. As casas em sua grande maioria são de madeira ou mista. Já as comunidades com acesso exclusivo pela rede viária têm características distintas. As mais próximas aos centros urbanos apresentam unidades de vários portes e usos. Destacam-se o grande número de sítios e chácaras, com pouca produtividade e operadas por caseiros a serviço dos proprietários, sendo no geral sítios destinados ao lazer familiar. Além dessas encontram-se ainda pequenas unidades familiares com produção agrícola, cujo excedente é escoado para as cidades mais próximas ou ainda para a capital. Em alguns ramais também se destaca a presença de grandes propriedades com produção em larga escala, geralmente voltadas para o atendimento do mercado da capital. Nesses ramais, geralmente os equipamentos sociais são escassos, restringindo-se muitas vezes a apenas escola de ensino fundamental, pequenos comércios e algumas igrejas ou templos, espalhadas aleatoriamente, sem um núcleo bem definido e com associações desarticuladas ou inexistentes.

As comunidades da região, localizadas mais distantes dos núcleos urbanos possuem, costumam apresentar unidades produtoras familiares, com baixa ou média produtividade e com características de sustento familiar. Dispõem de pouca estrutura disponível, sendo usuárias dos serviços de escoamento oferecidos pela prefeitura. Nestas comunidades também são encontradas, embora com menor frequência, grandes unidades produtoras que contam com infraestrutura própria e fazem uso de tecnologias que garantem maior produtividade e melhor escoamento da produção.

7.1.2. Características histórico sociais de Itacoatiara e região da área do projeto

O patrimônio cultural no entorno da área do projeto, sobretudo na Sede do município é vasto e de grande importância para o cenário local, regional e nacional. O contexto histórico desse

patrimônio que construiu parte desse patrimônio se constitui de registros arqueológicos mapeados e identificados pelo IPHAN. Segundo estudos, esses registros compõem um cenário pré-histórico da região atribuído desde os primeiros habitantes da Amazônia primitiva que podem ter datações de até 12,5 mil anos. Vestígios com datação entre 9.200 a. C. e 6.000 a. C. sugerem que nesse longo período grupos de caçadores-coletores começam a se espriar por toda a região. É possível que, entre 4.000 a. C. e 2.000 a. C. tenha ocorrido, na Amazônia, a transição da caça e da coleta para a agricultura. O alto Rio Madeira teria sido lugar de domesticação da mandioca e da pupunha.

Entre 3.000 a. C. e 1.450 d. C. as margens do Rio Amazonas teriam sido contínuas e densamente povoadas. Tal hipótese levou o demógrafo norte-americano William Denevan a defender um número superior a 06 milhões de habitantes para o conjunto da região, antes da chegada do europeu. O território que hoje corresponde à microrregião de Itacoatiara constituía um largo espaço tropical ocupado por sociedades tribais de formação superior, que povoavam a várzea e a terra firme vivendo na fartura e em tranquilidade.

Povos de língua Aruak, vindos das regiões fronteiriças de Venezuela e Colômbia, há vários milênios haviam se estabelecido naquelas terras. Em 1550/1650, ainda no lado esquerdo do grande rio, entre o Urubu e o Nhamundá, preponderavam membros da nação Aroaqui. Trabalhavam na pesca, na caça e na agricultura, e se notabilizaram pela perfeição com que fabricavam artefatos cerâmicos. Deles, só restaram os cerâmicos do cemitério pré-colombiano que construíram na Costa de Miracanguera, na mesma margem do Amazonas, fronteiro à Ilha da Benta e ao Paraná do Arauató, um pouco acima do Aeroporto de Itacoatiara.

Mas, a maior prova da presença humana anterior à chegada do europeu, no território-polo de Itacoatiara, são os desenhos rupestres existentes nas rochas do baixo Rio Urubu e do sítio Itacoatiara, na orla do Jauari. Tais afloramentos rochosos, somados a outros existentes em Silves e Manaus, compõem um universo de cerca de 30 sítios arqueológicos datados de 02 mil a 07 mil anos antes do tempo atual. Talvez denunciem uma forma de comunicação entre as populações pré-históricas dos três municípios. Embora estudadas desde o final do século XIX por historiadores como Barbosa Rodrigues (1842-1909), Bernardo Ramos (1858-1932) e Kurt Nimuendaju (1883-1945), as pedras de Itacoatiara só recentemente receberam um tratamento acadêmico de catalogação minuciosa, graças ao convênio celebrado em 2009, entre a UFAM, o IPHAN e a Prefeitura Municipal, e executado pela equipe da arqueóloga paulista Helena Lima.

O Sítio Arqueológico de Itacoatiara mapeado pelo IPHAN pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 11: Sítios arqueológicos localizados no município de Itacoatiara- AM. Fonte: CNSA/IPHAN, Nov/2022.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM ITACOATIARA - AM ⁵⁸					
Ord.	CNSA	Nome	Município	UF	Classificação
1	AM00325	Boca do Frederico	Itacoatiara	AM	Histórico
2	AM00344	Jauary	Itacoatiara	AM	Histórico
3	AM00027	AM-MA-8: Santa Luzia	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
4	AM00028	AM-MA-7: Colônia	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
5	AM00059	AM-IT-21: Cristo Rei	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
6	AM00060	AM-IT-22: Tauaquera	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
7	AM00061	AM-IT-23: Macimini	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
8	AM00062	AM-IT-24: Santo Antonio	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
9	AM00063	AM-IT-25: São José	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
10	AM00064	AM-IT-26: Santa Bárbara	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
11	AM00066	AM-IT-28: Terra Preta	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
12	AM00067	AM-IT-29: Limorana	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
13	AM00068	AM-IT-30: Pedra Chata	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
14	AM00069	AM-IT-31: Caretas	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
15	AM00070	AM-IT-32: Santa Maria	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
16	AM00071	AM-IT-33: Boca do Frederico	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
17	AM00072	AM-IT-34: Boca do Aibu	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
18	AM00073	AM-IT-35: Bom Socorro	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
19	AM00074	AM-IT-36: Anajatuba	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
20	AM00075	AM-IT-37: Aldeia	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
21	AM00076	AM-IT-38: Boca do Xavier	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
22	AM00077	AM-IT-39: Boa Vista	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
23	AM00078	AM-IT-40: Bom Futuro	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
24	AM00079	AM-IT-41: Sucuriju	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
25	AM00080	AM-IT-42: Lago das Piranhas	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
26	AM00081	AM-IT-43: Lago Bruacá	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
27	AM00323	Sangáua	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
28	AM00324	Anajatuba	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
29	AM00330	Terra Preta do Canaçari	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
30	AM00331	São Jose	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
31	AM00336	Pedral do Sangáua II	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
32	AM00338	Santo Antônio	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
33	AM00339	Santo Antônio do Canaçari	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
34	AM00341	Piquia	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
35	AM00343	Caru	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
36	AM00344	Jauary	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial

⁵⁸ http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php. Acesso em: dez. 2022

37	AM00345	Pedra Chata	Itacoatiara	AM	Pré-Colonial
38	AM00323	Sangáua	Itacoatiara	AM	De Contato
39	AM00336	Pedral do Sangáua II	Itacoatiara	AM	De Contato
40	AM00338	Santo Antônio	Itacoatiara	AM	De Contato
41	AM00344	Jauary	Itacoatiara	AM	De Contato

Em relação aos demais bens culturais identificados, Segundo o Livro do Tombo do Patrimônio Histórico, Material, Arquitetônico e Natural de Itacoatiara,

Na década de 80, o fato notório, que iniciou a preocupação por parte da comunidade, no que tange a preservação, se deu justamente, com a demolição do antigo Mercado Público pela Prefeitura. Construído em 1911 que apresentava estilo arquitetônico eclético, com notável e robusta construção em estrutura metálica, que funcionava nos moldes dos modernos shoppings centers. Pois nele o munícipe encontrava carnes, peixes, tartarugas entre outros produtos do gênero, bem como: loja de ferragens, livraria, loja de confecções, paletós e calçados e o serviço de café regional. A demolição desse bem, causou um grande impacto no meio da comunidade itacoatiarense, principalmente entre aqueles que discordavam da demolição, pelo que a elegante arquitetura antiga e seu layout representava para a cidade o que propiciava o lugar dos encontros, da atualização das conversas e da plena socialização. Fato até hoje lamentado, pelos antigos moradores da cidade e vizinhos da antiga construção.

Em janeiro de 2012, o então prefeito Antônio Peixoto de Oliveira, instituiu o Decreto nº 07-L, de 2 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Tombamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Município de Itacoatiara e criou o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural. Em maio de 2012, a Prefeitura de Itacoatiara em parceria com o IPHAN — Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizaram o 2º Seminário de Educação Patrimonial de Itacoatiara, com o objetivo de formar agentes de patrimônio e informar a sociedade sobre a preservação de seu patrimônio.

Atualmente, em Itacoatiara, constam 75 bens inventariados de natureza material, em sua maioria edificações, bem como patrimônio natural e arqueológico listados a seguir:

Tabela 12: Lista de Bens Culturais Protegidos em Itacoatiara- AM. Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Itacoatiara, Nov/2022.

LISTA DE BENS CULTURAIS PROTEGIDOS EM ITACOATIARA			
Ord.	Descrição do Bem Cultural	Ord.	Descrição do Bem Cultural
1	Prédio Ezagui	39	Prédio da ADENTA
2	Bagalô	40	Cemitério Israelita .

3	Restaurante Bela Vista	41	Capela do Cemitério Divino Espírito Santo
4	Capela de São Francisco	42	Cemitério Divino Espírito Santo
5	Casa Araújo Antunes	43	Caixa D'água da Colônia
6	Casa Colonial (1) — Bar Tabernáculo	44	Canteiro Central da Avenida Parque
7	Casa Colonial (2)	45	Conjunto de Casas Isaac Peres (1)
8	Casa Colonial (3)	46	Conjunto de Casas Isaac Peres (2) Marcoita
9	10 Casa Colonial (4)	47	Conjunto de Casas Isaac Peres (3) Marcoita
10	Casa da Família Holanda	48	Casa Moysés Israel
11	Casa da Família Marinho	49	Casa da família Nelson
12	Casa da Japonesa	50	Casa do Sr. Cristóvão Hermida
13	Casa das Tintas	51	Casa da família Batista
14	Casa Mamed	52	Casa da família Fontineli
15	Casa Ramos	53	Casa da família Benchaia
16	Casa Oscar Ramos	54	Antiga Vila Mignon
17	Cine Theatro Dib Barbosa	55	Casa Marçal Leandro de Abreu
18	Conjunto de Casas Isaac Peres (4)	56	Escadaria Municipal
19	Escola Estadual Coronel Cruz	57	Ruas das Pedras
20	Galeria de Artes Terezinha Peixoto	58	Biqueira Pública
21	Galeria Marina Penalber	59	Centro cultural velha Serpa
22	Catedral N. Sra. do Rosário	60	Sítio arqueológico do Jauary
23	Igreja Nossa Senhora das Graças	61	Casa Zé Batista
24	Máquina de engarrafamento do guaraná Rio Negro	62	Casa da família Peixoto
25	Mercado Ouro Verde	63	Casa dos Judeus
26	Palacete Antônio Retto	64	Casa Loyd Brasileiro
27	Pedra Pintada	65	Casa da família Oliveira
28	Prelazia de Itacoatiara	66	Fazenda Santo Antônio
29	Relógio Municipal	67	Igreja Santo Antônio
30	Residência do Sr. Aquilino Barros	68	Sobrado Avelino Martins
31	Sobrado da Academia Itacoatiarense de Letras	69	Casa Moysés
32	Casa da Cultura	70	Maternidade Cunha Melo
33	Sobrado Aquilino Barros	71	Casa da família Hermida
34	Prefeitura de Itacoatiara	72	Igreja de Nazaré
35	Casa da família Auzier Ramos	73	Casa as 18
36	Morada Auzier	74	Antigo prédio da Mesa de Rendas
37	Casa do prefeito Gonzaga Pinheiro	75	Casa Hito Auzier

Dos bens listados, destaca-se a “Pedra Pintada”, que dá o nome à cidade. O nome Itacoatiara é originário da língua indígena Tupi-Guarani ou nheengatu: itá (pedra) e coatiara (pintado, gravado, escrito, esculpido). O município ganhou este nome, pois na margem da cidade, em período de vazante, foi encontrada uma pedra pintada com uma figura rupestre intrigante.

A ponta de pedra possui na face principal desenhos, símbolos religiosos e inscrições em português. Entre elas, contém a palavra 'TROPA', além de uma cruz sobre uma escada e as datas 1744 e 1754, que foram gravadas em ferro e fogo para marcar a passagem de Mendonça Furtado pelo lugar, em 1754, e o sargento-mor Francisco Xavier de Moraes (1700-c. 1788) em 1744, que chefiando uma bandeira, passou pelo local e acabou deixando o seu registro. Na década de 1970 a pedra foi removida do local de origem e hoje está exposta na praça da cidade, como ponto turístico.



Figura 25. Pedra Pintada. Patrimônio Cultural Inventariado pelo IPHAN. Fonte: https://amazonia.altervista.org/itacoatiara/itacoatiara_pt.html. Data: dez./2022

Outro importante bem cultural é a Catedral Nossa Senhora Do Rosário, ponto turístico de Itacoatiara, sua construção foi iniciada em 1946, sofrendo uma grande intervenção estrutural entre 2008 a 2011, pelo bispo Dom. Carillo. Ela é o ponto de referência histórico e cultural de Itacoatiara. Nela estão abrigadas importantes relíquias da história religiosa itacoatiarense: A imagem original de Nossa Senhora Do Rosário, e outras imagens de santos, o túmulo do Ex bispo Dom. Jorge Marskell entre outros. A obra foi tocada pelo ex-pároco Monsenhor Joaquim Pereira. Daí em diante, sofreu várias reformas, se destacando a feita pelo Padre Douglas e a última que praticamente refez o prédio todo, por Dom. Carillo.



Figura 26. Catedral Nossa Senhora do Rosário. Fonte: https://amazonia.altervista.org/itacoatiara/itacoatiara_pt.html. Data: dez./2022

7.2 Descrição das comunidades no início do projeto

A Comunidade Nossa Senhora de Nazaré, atual Vila de Lindóia, no município de Itacoatiara, interior do Estado do Amazonas está localizada em uma área bastante irrigada e banhada pelo Rio Urubu, local de grande potencial turístico, sobretudo àquele voltado ao turismo de floresta (acampamentos e cachoeiras) e ao turismo de pesca.

Segundo o historiador Francisco Gomes da Silva, a ocupação do local originou-se “de um pequeno quiosque instalado à beira do rio Urubu, quando do início da construção da rodovia AM-010 (estrada Manaus – Itacoatiara)”⁵⁹. Os primeiros moradores viviam da caça e da pesca que na região era abundante. Com o passar dos anos e o crescimento da população aliados ao aumento da caça e pesca predatória houve uma diminuição enorme da variedade de espécies locais.



⁵⁹ Entrevista realizada com Francisco Gomes da Silva pelo historiador Marco Aurélio Drumond. Data: 27/12/2022

Figura 27. Igarapé do Boto. Último local acessível de barco antes dos limites da área do Projeto. Autoria: Marco Aurélio Drumond. Data: nov./2022

Com a diminuição da fonte de alimento abundante, os ribeirinhos migraram para a comunidade em busca de melhores dias. Muitas dessas moradias foram construídas às margens dos Igarapés e alguns moradores ribeirinhos ainda insistem nessa forma de vida, vivendo da coleta de produtos da floresta e da pesca do Tucunaré e Matrinjá. Esse é o caso do senhor Alcione Lima de Sá, pescador e líder da categoria na Vila de Lindóia, da família da Sra. Rosilene Anjos, ribeirinha e doceira. O deslocamento destes para a Vila é realizado de barco para todas as suas necessidades, aquisição de mantimentos, pagamento de contas, recebimento de salários/benefícios eventuais, e escola das crianças.



Figuras 28 e 29. Canoas de Pesca da Comunidade Ribeirinha da Vila de Lindóia. Autoria: Marco Aurélio Drumond. Data: nov./2022.



Figura 30. Localização dos membros de ribeirinhos e pescadores que habitam as áreas do rio próximas à Vila de Lindóia. Fonte: GoogleEarth. Data: dez./2022.



Figura 31. Rio Urubu próximo à Vila de Lindóia – Itacoatiara – AM. A autoria: Marco Aurélio Drumod.
Data: nov./2022.

Essas informações são corroboradas pelo professor Edilson Santos Silva,⁶⁰ ex-coordenador educacional da Escola Municipal local Ivo Amazonino Mendes, engenheiro do DERA (Departamento de Estrada e Rodagem) e morador da vila. Ele conta que a comunidade foi se configurando a partir do deslocamento de pessoas que foram para ali em busca de terras para viver e oportunidades de trabalho que a construção da estrada proporcionava.

Segundo o Sr Edilson, o núcleo original da vila começou com cerca de 20 a 30 famílias de produtores rurais e comerciantes que viram na construção da rodovia uma oportunidade mediante a facilitação do escoamento de mercadorias e serviços. Em 2022, quando da presença da equipe de pesquisa na região, a população da comunidade da Vila de Lindóia contabilizou 3 mil habitantes, de acordo com informações fornecidas pelos próprios moradores e confirmadas pelos agentes de saúde locais.

A ausência de estatísticas oficiais sobre a comunidade torna os dados obtidos através do presente diagnóstico promovido no âmbito do projeto ABC uma fonte de informações relevantes sobre as condições sociais, econômicas, e ambientais da vila. Como dito anteriormente não foram encontrados dados sobre a vila, seja através da municipalidade, seja nos escritórios dos órgãos e instituições públicas de referência como o IBGE e o IDAM. Embora se trate de uma amostra do universo total, o fato da abordagem ter sido feita prioritariamente para os membros que exercem liderança na comunidade da vila (Formigueiro e Associação) e nos grupos comunitários (pescadores, ribeirinhos, produtores de orgânicos, comunidades dos

⁶⁰ Entrevista realizada com Edilson Santos Silva no dia 27 de dezembro de 2022 pelo historiador Marco Aurélio Drumond no contexto do trabalho de campo de diagnóstico e análise de impacto social do empreendimento em questão. Data: nov. 2022.

ramais, etc) é de grande valia para o entendimento do contexto social das populações que habitam a área do projeto.

No que se refere ao perfil das lideranças e comunitários entrevistados, observa-se que 53,6% dos entrevistados são do sexo feminino e 46,4% do sexo masculino. Com relação à faixa etária e à cor declarada pelos participantes e lideranças abordados seguem os gráficos abaixo com a indicação dos resultados aferidos:

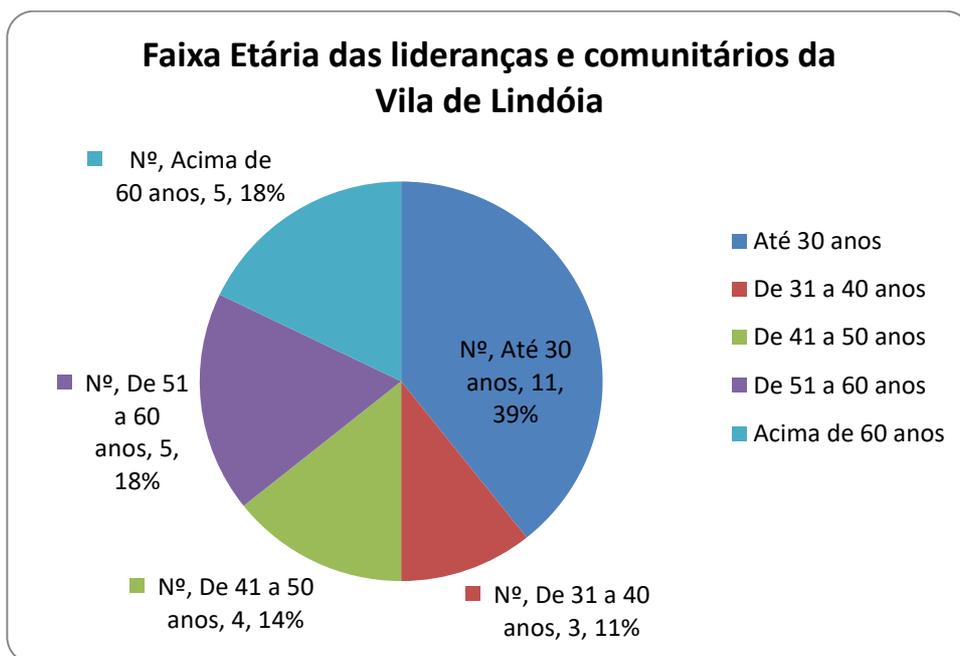


Figura 32. Faixa Etária das lideranças e comunitários entrevistados na Vila de Lindóia. Data: Nov./2022.

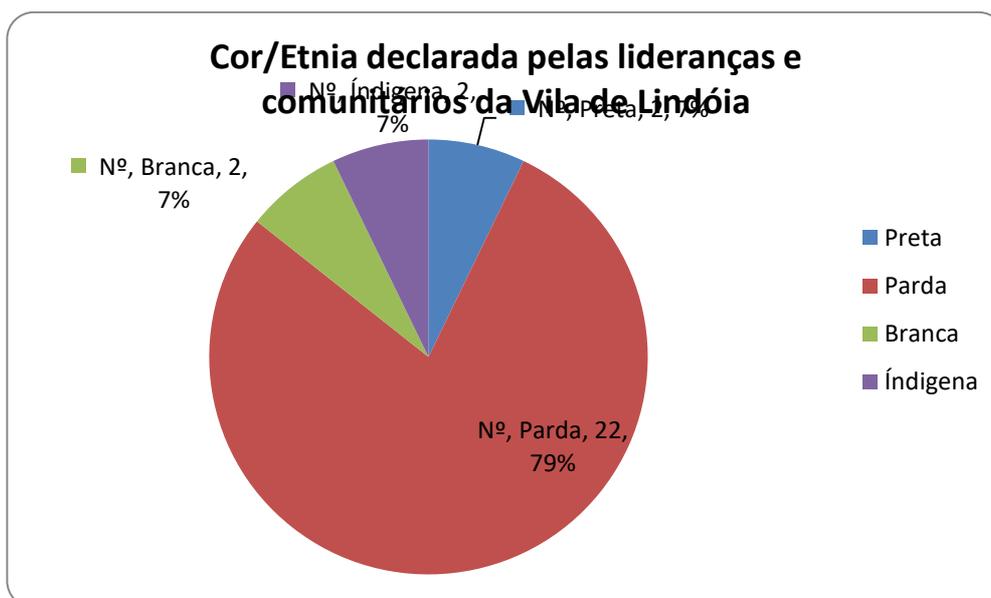


Figura 33. Cor/ etnia declarada pelas lideranças e comunitários entrevistados na Vila de Lindóia. Data: Nov./2022.

A partir da análise das figuras acima observa-se que 40% dos entrevistados possuem até 30 anos, 18% na faixa entre 51 e 60 anos e o mesmo percentual de entrevistados com idade acima de 60 anos. Com relação à cor declarada, 79% se auto definiu como pardo, sendo a maioria absoluta dentre os interlocutores mobilizados. Ainda sobre o perfil da comunidade envolvida na primeira etapa de diagnóstico, temos a divisão por religião professada e por local de nascimento declarado. Segue abaixo os gráficos que ilustram esses dados consolidados:

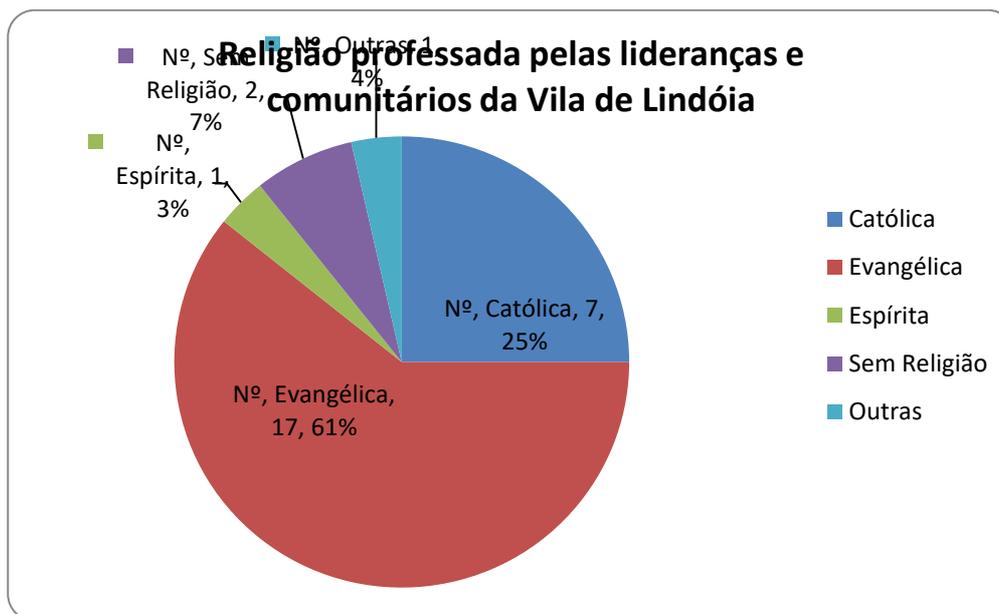


Figura 34. Religião declarada pelas lideranças e comunitários entrevistados na Vila de Lindóia. Data: Nov./2022.

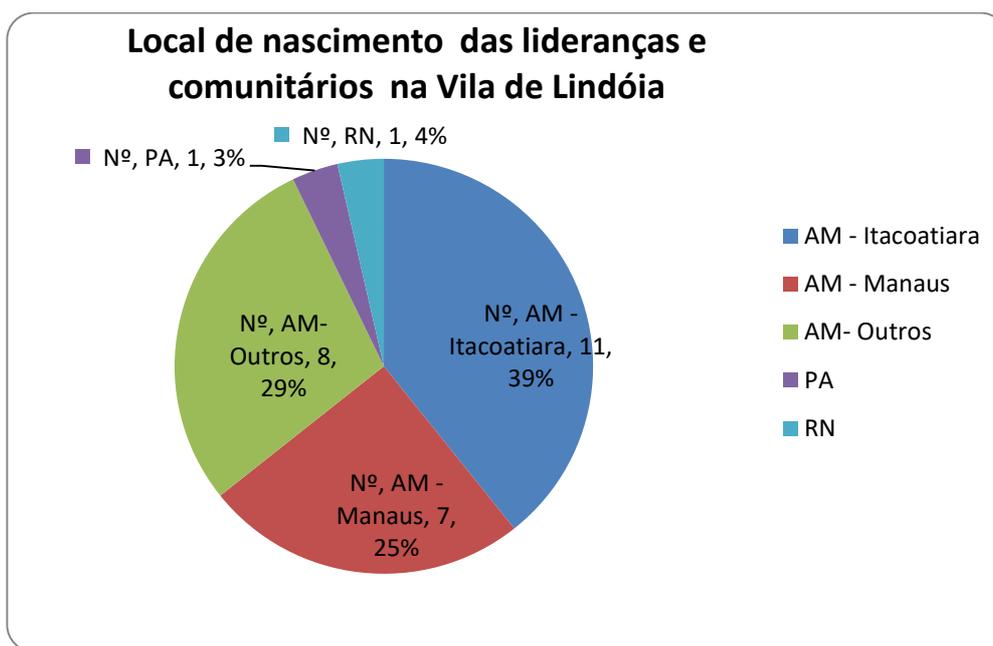


Figura 35. Local de nascimento das lideranças e comunitários entrevistados na Vila de Lindóia. Data: Nov./2022.

Com relação à religião 61% informaram ser evangélicos, o que configura mais que o dobro do número de praticantes da religião católica 25% somada com aqueles que informaram não professar nenhuma religião, o que significa 7% do total dos entrevistados. Ressalta-se que o alto número de evangélicos observado na amostra tem correlação com a presença significativa de templos evangélicos na localidade. Só no trecho da AM 010 onde se concentra a maior parte dos comércios, incluindo a rodoviária, existem três templos evangélicos e um católico. Não foi informado nenhuma casa que professa religiões de matriz africana, e dado o predomínio de evangélicos e o recente acirramento de intolerâncias religiosas, essa negativa se torna absolutamente plausível.

Porém, mesmo com o alto índice de evangélicos na comunidade, a principal celebração da cultura popular local se trata de uma festividade católica, a festa da Fogueira. Segundo relatos após o advento da pandemia de Covid 19, desde 2019 a festa não é realizada. A tradição vem se perdendo, em alguma medida por causa da falta de aderência de grupos comunitários à organização da celebração, nisso, pode ter influência o número significativo de adeptos das religiões neopentecostais que não cultuam santos, e portanto tendem a não incentivar a manutenção da fogueira que se relaciona diretamente aos Santos celebrados no ciclo junino.

No que tange ao local de nascimento, 93% dos entrevistados disseram ter nascido no próprio estado do Amazonas, sendo que destes 29% informaram ser de Itacoatiara e 25% de Manaus. Apenas 7% dos entrevistados informaram ter nascido em outro estado, o que demonstra que o fluxo migratório maior na região do projeto é de cunho interestadual, o que o diferencia do

contexto amazônico mais geral, onde o fluxo migratório é alto, e as comunidades contam com alto número de indivíduos vindos principalmente dos outros estados da região norte, ou da região nordeste.

Dentre os entrevistados, 25% informaram que moram há menos de 10 anos na comunidade, 32% entre 10 e 20 anos, e o mesmo percentual que moram há mais de 20 anos na comunidade. Ou seja, existe um perfil de fixação dessa população na região dado a proximidade da capital, que reflete em maior fluxo de empregos, oportunidades e formas de geração de renda. Segue abaixo gráfico com o tempo de moradia aferido no universo amostral pesquisado:

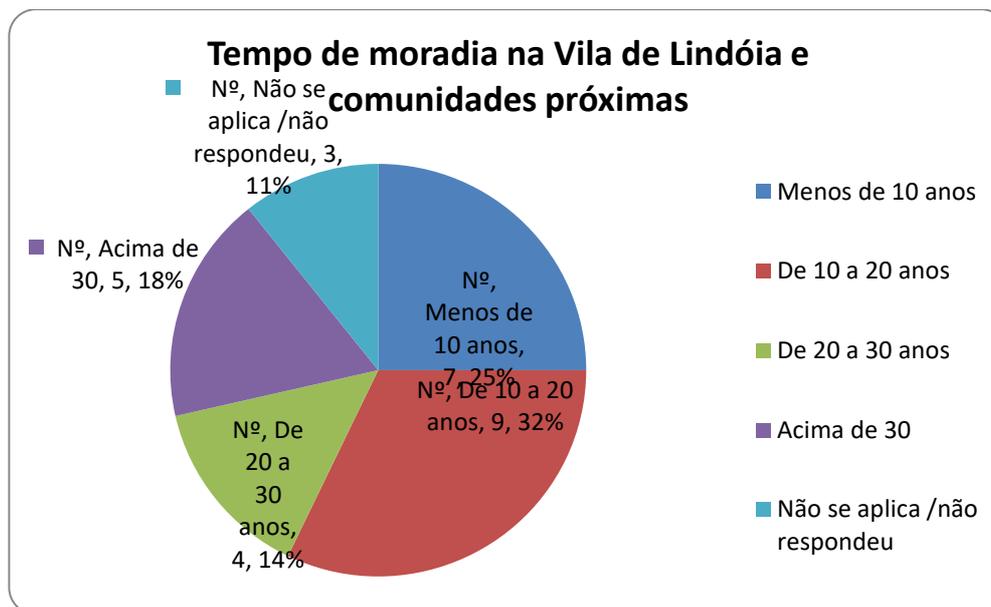


Figura 36. Tempo de moradia na Vila de Lindóia e comunidades próximas. Data: Nov./2022.

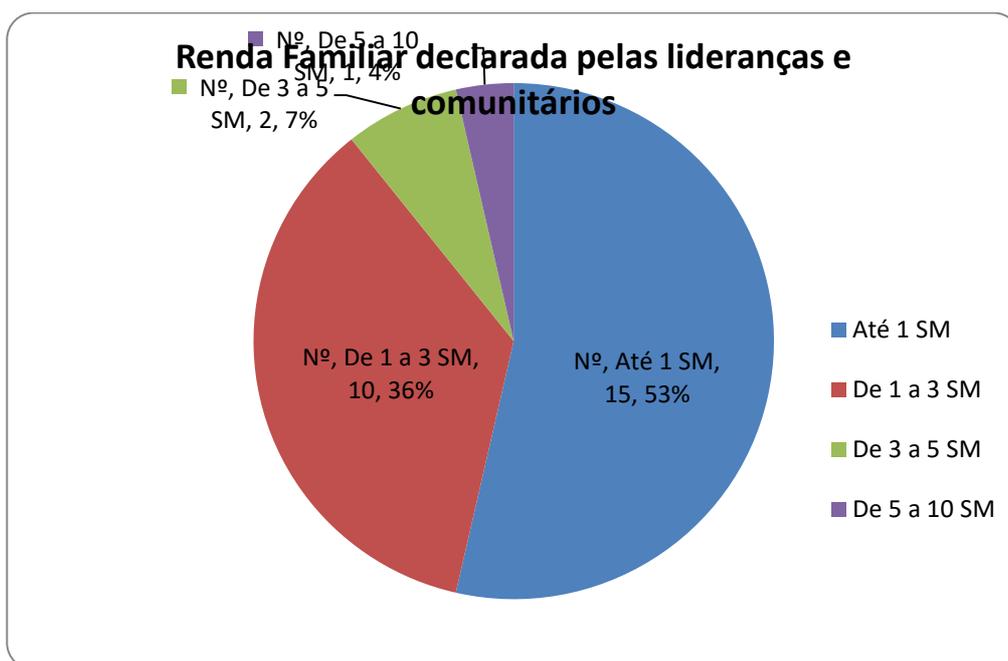


Figura 37. Renda Familiar declarada pelas lideranças e comunitários da Vila de Lindóia. Data: Nov/2022.

A figura acima demonstra que a renda familiar declarada por 53% dos entrevistados, como sendo inferior a 1 salário mínimo. Se por um lado isso acende um alerta, podendo ser um indício de que existe um alto número de pessoas em situação de vulnerabilidade na comunidade, por outro pode ter relação com o risco da perda de benefícios sociais como o bolsa família, o seguro defeso, entre outros que dependem do beneficiário ter uma renda per capita familiar abaixo de 1 salário. Outros 36% declararam ter uma renda entre 1 e 3 salários mínimos e apenas 11% disse ganhar acima de 3 salários. Esse percentual que não condiz com o volume das atividades e produção informadas pelo mesmo grupo leva a crer que a informação sobre renda é algo difícil de mensurar quanto à sua veracidade, embora sirva como indicador do grau de vulnerabilidade que uma comunidade pode estar sujeita.

É importante enfatizar que a vulnerabilidade social vem sendo uma realidade no processo de povoamento da vila e região, sendo que sobre isso informou o Ex-Presidente da Associação da Vila de Lindóia, o senhor Raimundo Nonato da Silva, que quando a comunidade foi instituída, no ano de 1982 com o nome da padroeira Nossa Senhora de Nazaré, algumas famílias já viviam na localidade, em situação humilde. Viviam basicamente do roçado da terra, em casas de madeira, comendo caça, pesca, plantando mandioca para a produção de farinha. Alguns criavam galinhas ou porcos para subsistência. Esse era o cenário encontrado no início da década de 1980, segundo o sr. Raimundo Nonato, que se mudou para o local com a família nessa época e ainda se lembra dos moradores pioneiros do Ramal de Ajuricaba como a “Dona Madalena, Dona Sara e Dona Moa” (todas já falecidas). Comenta que quando chegou era “só mato! aqui perto só tinham 12 famílias e o setor do DERA, que construía a estrada. Não tinha

estrada, saúde, educação e tínhamos que andar na lama.”⁶¹. Com o passar dos anos e desenvolvimento da estrada, outras famílias foram chegando e a comunidade foi se desenvolvendo. No ano 2000, foi elevada à condição de Vila pela Prefeitura de Itacoatiara (NONATO, 2022).

Outro fato que impulsionou a fixação da comunidade foi o surgimento de um pequeno comércio que se desenvolveu a partir da necessidade dos viajantes que se deslocavam de Manaus para Itacoatiara, e o contrário, tinham de atravessar o Rio Urubu. Até a construção da atual ponte que aconteceu no ano de 1988, que liga os dois lados do rio, o deslocamento que era feito de balsa, era organizado e agenciado por pessoas que foram se fixando na região após a construção da AM-010. A posição geográfica estratégica que Itacoatiara ocupa na região, fazia com que essa rota fosse muito movimentada e o local passou a ser uma parada de abastecimento e alimentação dos viajantes que faziam esse trajeto nos dois sentidos. Ainda hoje, a Vila de Lindóia é a única parada intermediária do transporte viário entre que liga a Capital Manaus à cidade de Itacoatiara via AM-010. Essa situação local da época pode ser ilustrada por um evento ocorrido na madrugada do dia 14 de novembro de 1976 quando um acidente quando da tentativa de travessia de um ônibus de passageiro pelo Rio Urubu matou 39 pessoas.⁶²



Figura 38. Registro jornalístico do acidente. Fonte: <http://ptriadgua.blogspot.com/2016/11/tragediadorio-urubu-completa-quarenta.html>. Acesso em: jan.2023.

⁶¹ Depoimento do sr. Raimundo Nonato T. Silva à antropóloga Caroline Césari no contexto do trabalho de campo de diagnóstico e análise de impacto social do empreendimento em questão. Data: nov. 2022.

⁶² Matéria premiada na categoria Jornalismo com o Troféu Melhor do Jornalismo na 9ª. Edição do Prêmio Amazonense de Propaganda e Marketing – 2018. Equipe Portal Amazônia: Pauta: Lucas Raposo, Produção e imagens: Diego Oliveira e William Costa, Reportagem: William Costa. Revisão: Rafael Campos

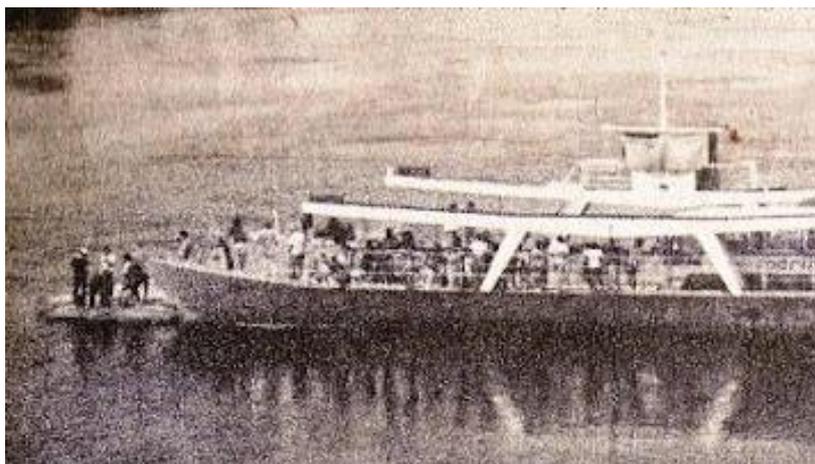


Figura 39. A velha Balsa desde a inauguração da Estrada em 05 de setembro de 1965, foi testemunha da maior tragédia rodoviária do município, do Estado e da Região que chamou a atenção do Brasil e até do exterior. Foto. Roberval Vieira. "O Jornal" de Itacoatiara Novembro de 1976". Fonte: <http://ptriadgua.blogspot.com/2016/11/tragediado-rio-urubu-completa-quarenta.html>. Acesso em: jan./2023.



Figura 40. Ponte Rio Urubu construída em 1988 que interrompeu o transporte de balsa através do Rio Urubu. Autoria: Marco Aurélio Drumond. Data: nov./2022.

A AM-010 foi iniciada no primeiro governo de Plínio Ramos Coelho (1955–1959), passou pelo primeiro governo de Gilberto Mestrinho (1959–1963) e prosseguiu até a cassação, pelo regime militar, do segundo mandato do governador Plínio Coelho (1963–1964). As obras foram retomadas em meados de 1964, pelo governador Artur César Ferreira Reis que finalmente efetivou a ligação entre as duas cidades (SILVA, 1997).

Originariamente, sua extensão média é de 286 quilômetros. Para ser asfaltada, no governo (1975–1979) do professor Enoque da Silva Reis, sofreu modificações e, após a retirada de muitas de suas curvas, ficou reduzida a 250 quilômetros. Projetada como Estrada AM-1,

depois passou a AM-010 e, quando inaugurada em 5 de setembro de 1965, foi batizada de Rodovia Torquato Tapajós, em homenagem ao engenheiro amazonense Torquato Tapajós (1853–1897) que a idealizou. Em julho de 2015 o quilômetro 130 da rodovia estadual, no sentido de quem vai ao município de Itacoatiara, passou por serviços de manutenção, conservação e recuperação sob responsabilidade do Governo do Estado do Amazonas.

Em janeiro de 2020 o Governo do Estado do Amazonas anunciou um investimento de R\$ 219 milhões para obras de modernização e reforma da rodovia AM-010. Desta vez, a modernização da rodovia AM-010 prevê a realização de serviços de terraplanagem, drenagem, pavimentação, obras de arte, faixas de aceleração e sinalização dos 250 quilômetros da pista.

Ao longo dos anos a Vila tem se desenvolvido, ampliado a quantidade de moradores e o número de comércios, sobretudo o de bares e mercadorias. A vila já possui várias mercearias e locais de abastecimentos, dois postos de gasolina, diversos bares, oficina mecânica, padaria, uma rodoviária, local para alimentação de turista, mesmo que ainda incipientes. Possui uma Escola Municipal que atende todo o ciclo fundamental 1, 2 e ensino médio que funciona nos 3 turnos para atender mais de 600 alunos matriculados e uma UBS (Unidade Básica de Saúde) que, teoricamente, atende toda à comunidade da Vila e ribeirinhos, mas que é a maioria carência da população local que sofre por falta de especialidades médicas, medicamentos e atendimentos médicos rotineiros. Com relação ao diagnóstico dessa infraestrutura local, segue abaixo avaliação feita pelas lideranças e comunitários entrevistados acerca da qualidade dos serviços públicos oferecidos na Vila de Lindóia:

Tabela 13: Avaliação dos Serviços oferecidos em Vila de Lindóia, de acordo com a opinião das lideranças e comunitários entrevistados. Nov/2022.

Como avalia os serviços	Bom	Regular	Ruim	Não tem/NA
Energia Elétrica	9	12	3	4
Rede de Esgoto	0	1	3	24
Água	3	5	8	12
Saúde	3	6	19	0
Educação	3	12	10	3
Transporte Público	6	4	6	12
Coleta de Lixo	13	2	1	12
Internet	6	6	7	9
Segurança Pública	2	4	14	8
Estradas	17	2	7	2

Portanto, no que se refere ao diagnóstico social produzido junto às comunidades e grupos comunitários da Vila de Lindóia, de modo a ilustrar melhor as condições locais de acesso aos serviços públicos e privados básicos, cuja avaliação pelos locais, de modo geral, se resume nas premissas listadas abaixo:

- A maioria da população da Vila possui acesso à rede pública de energia elétrica, embora quedas de energia e inconstância da voltagem sejam comuns, principalmente durante o período de chuvas mais intensas, que acomete a comunidade entre os meses de novembro a março.
- Não existe rede de esgoto pública na Vila de Lindóia. O sistema de esgotamento sanitário inclui o uso de fossas, sendo que dentre os entrevistados, 61% afirmaram ter em suas propriedades fossas rudimentares e 36% de fossas sépticas (ver figura 34). Em períodos de chuvas intensas há a reclamação do aumento do número de doenças intestinais e diarreias, em virtude do afloramento dos resíduos sanitários dessas fossas não planejadas e daqueles que fazem uso de valas.
- A rede pública de água cobre apenas 28% da porção urbanizada da Vila, que fica no entorno da rodovia AM-010. Na comunidade de Visconde de Mauá e em outras, segundo informação das lideranças, a água potável vem de poços e represas construídas pelos próprios produtores em suas propriedades rurais, esse público corresponde a 36% dos entrevistados. Apenas 25% fazem uso de poços artesianos, enquanto 11% utilizam recursos naturais dos rios e igarapés locais, correspondendo à porção mais vulnerável no que se refere ao acesso à água potável (Verificar Figura 33).
- A vila possui posto de saúde e escola, mas a qualidade desses serviços é avaliada pela maioria dos entrevistados como regular ou ruim. No caso da saúde falta remédios, médicos, especialistas, local para fazer exames complexos. Já na educação a vila possui uma única escola, e a reclamação recorrente é que as crianças e jovens não sabem ler e não aprendem todo o conteúdo escolar. Porém nessas localidades rurais amazônicas, a escola é um local de refúgio que protege essas crianças e jovens de ameaças como a violência doméstica, a fome e o trabalho infantil.
- A Vila possui serviço de coleta regular de lixo, feita 3 vezes por semana. Porém para alguns trechos dos ramais a coleta não é feita e a maior parte do lixo é queimada ou enterrada dentro da propriedade rural.
- Muitas pessoas da vila e principalmente das comunidades dos ramais informaram não ter acesso à internet, e quando tem, a qualidade do serviço foi avaliada como ruim. Tanto a internet como o telefone são de responsabilidade de empresas privadas, sendo que este último não chegou à maioria dos celulares que não possuem sinal para chamadas de voz. A ausência da internet gera problemas para as crianças e jovens em comunidade escolar, no caso de chamadas de urgência, acesso a serviços e aplicativos bancários, entre outros mencionados pelos entrevistados.
- Embora tenha um Posto da Polícia Militar na vila, os relatos deram conta, em sua maioria, das condições de abandono do posto local, com falta de policiais e ausência

de organização quanto aos horários de funcionamento. A comunidade afirma que não há policiamento preventivo, embora haja uma viatura parada em frente ao posto, e que sempre que precisam da força policial, o atendimento é demorado e burocrático.

- A situação das estradas está avaliada como boa para a maioria dos interlocutores, principalmente em virtude do recente recapeamento da AM 010, que foi feito em Set/2022 e que reduziu o tempo entre a Vila e a capital Manaus em uma hora e meia. A viagem que durava quatro horas passou a durar 2:30hs, melhoria que foi sentida pelos locais e que reflete na avaliação da qualidade das vias. Porém, dentre aqueles que avaliaram as estradas como ruins, temos lideranças das comunidades dos ramais, que enfrentam ainda acessos com muitos buracos e que ficam intransitáveis em períodos de chuva forte e contínua.

Assim, e de modo a consolidar as informações obtidas no processo de diagnóstico das comunidades de interesse para do projeto ABC, segue gráficos produzidos acerca das condições de infraestrutura local, que seguem abaixo:

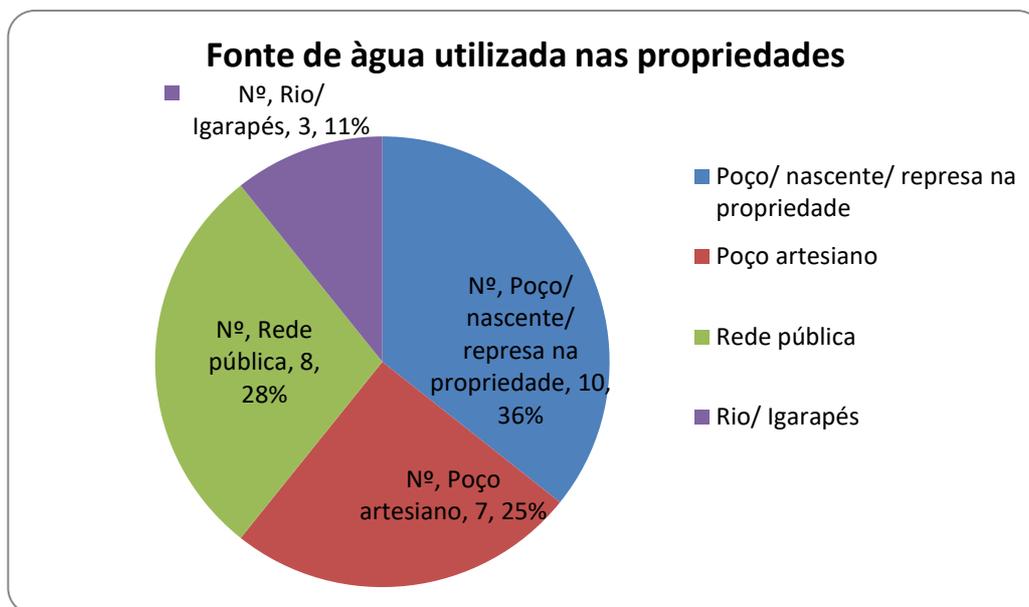


Figura 41: Diagnóstico Socioambiental: Fonte de água usada para abastecimento das propriedades dos entrevistados na Vila de Lindóia. Nov/2022.

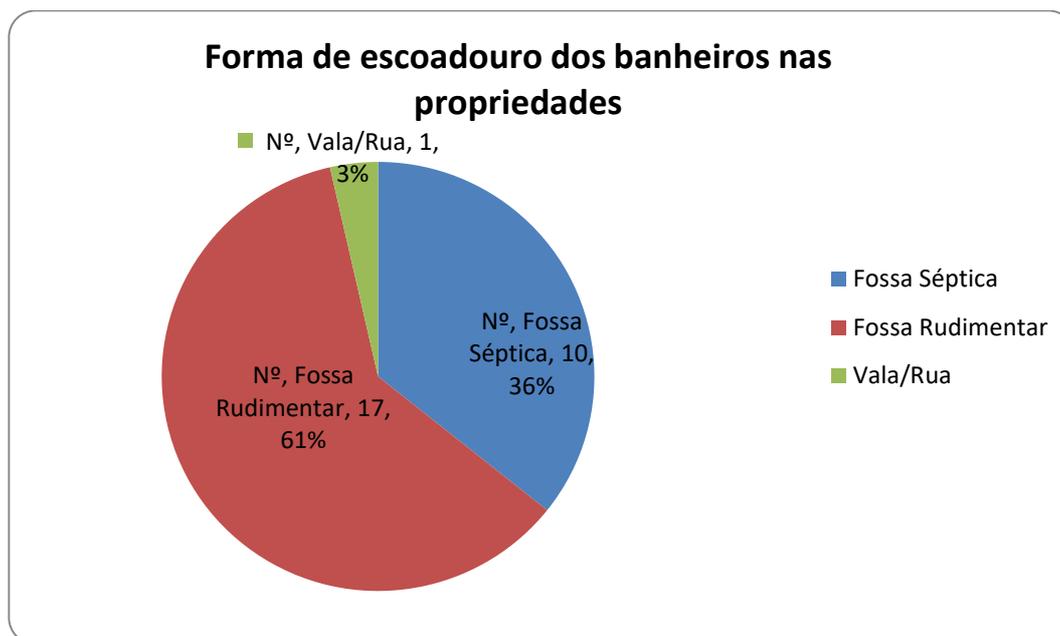


Figura 42: Diagnóstico Socioambiental: Forma de escoadouro dos banheiros das propriedades dos entrevistados na Vila de Lindóia. Nov/2022

No dia 7 de maio de 2020 é concedida pelo IPAAM, (Instituto de Proteção Ambiental Do Amazonas), a licença de Operação de no. 100/2020, de registro 1008.2401 para a instalação da UTE Vila de Lindóia, localizada na Rua Ajuricaba, no. 222, Área de Transição/Zona de Expansão da Vila de Lindóia, Município de Itacoatiara – AM com a finalidade de “operação de uma usina Termelétrica – UTE, que utilizará óleo combustível diesel BS 500, com potências de 5, 527 MW”.⁶³

⁶³ GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS – Licença de Operação - L.O. No. 100/2020. Disponível em: <<http://www.ipaam.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/070520-LO-N%C2%BA-100-2020-Oliveira-Energia-Gera%C3%A7%C3%A3o-e-Servi%C3%A7os-Ltda-UTE-Vila-de-Lind%C3%B3ia.pdf>>. Acesso em: dez. 2022.



Figura 43. UTE Vila de Lindóia. Autoria: Marco Aurélio Drumond. Data: nov./2022

O Projeto ajudou a desenvolver ainda mais a localidade, dando segurança e criando oportunidades. Contudo, ainda faltam muitas melhorias sociais a serem alcançadas pela população como saúde pública, transporte e comunicação. A falta desse último impede o acesso a serviços bancários por aplicativos, o que encarece e dificulta demasiadamente o cotidiano da comunidade. O sinal de Internet é deficiente e não há linhas de telefone disponíveis, sendo possível ligações via voz apenas por aplicativos de mensagem como o whatsapp, que também depende da qualidade da internet para garantir a qualidade dos serviços passíveis de serem acessados de forma online.

No aspecto dos hábitos cotidianos, a comunidade que se forja, exceção feita às referências religiosas, é bastante homogênea. São famílias que possuem hábitos de caça e pesca tem sua base alimentar e formas de lazer bastante parecidas.

O hábito alimentar dessa população é composto de arroz, feijão, farinha, peixe, galinha e as diversas frutas plantadas e colhidas da floresta para o complemento da alimentação como: manga, caju, coco, cupuaçu, jaca, goiaba, banana, laranja, açaí, castanha, abacate e o tucumã. Eventualmente, as famílias usam da caça para completarem a alimentação procurando na floresta pacas, tatus e cotias. A caça predatória não tem sido mais uma prática nessa localidade.

A forma de lazer dessas famílias são os próprios recursos naturais existentes no entorno sendo os principais, os banhos no Rio Urubu e nas cachoeiras existentes ao longo do seu curso e a pesca para o consumo próprio, exceção feita à comunidade ribeirinha que tem na pesca principal fonte de renda. Além dos recursos naturais, restam apenas o campo de futebol e

uma extensa área de lazer, contudo, com pouca estrutura. Entretanto, faltam opções, para além dos bares existentes à margem da AM 010 em frente à Vila.



Figura 44. Cachoeira próxima a área urbana da Vila de Lindóia – Itacoatiara/AM. Distante apenas 2 km da AM 010. Autoria: Marco Aurélio Drumond. Data: nov./2022

De forma geral as atividades econômicas existentes na comunidade da Vila de Lindóia são: agricultura (tucumã, açaí, castanha, pupunha) para subsistência; pecuária; agropecuária; comércio com exploração em mercearias, minimercados; extrativismo vegetal e mineral (carvão); pesca; e turismo. O extrativismo mineral e o comércio são as atividades econômicas predominantes.

Esses mesmos recursos naturais são o maior potencial turístico local e tem ao longo dos últimos anos atraído cada vez mais pessoas, sobretudo aqueles interessados no turismo de pesca esportiva. A Vila de Lindóia e os atrativos em torno do Rio Urubu tem um grande potencial turístico e hotéis especializados em grupos de pescadores têm aumentado na região. Um estudo realizado pela por pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul fez um levantamento das potencialidades turísticas da Vila de Lindóia e chegaram à seguinte conclusão, “o turismo realmente apresenta-se como uma vocação em potencial do distrito, tendo em vista seus aspectos naturais e culturais, os quais carecem de organização para desencadear uma exploração adequada.”⁶⁴

⁶⁴ SIMONETTI, Susy Rodrigues; VASCONCELOS, Aline da Silva; GADELHA, Eloisa Mendonça. Potencialidade Turística das Áreas Rurais na Amazônia: os desafios do inventário turístico de Vila Lindóia, Município de Itacoatiara – AM. In Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Saberes e fazeres no turismo: Interfaces. Semitur, UFS Universidade de Caxias do Sul. Julho de 2020. Pág. 9-10.



Figura 45. Hotéis e pousadas especializadas em turismo de pesca esportiva ao longo do Rio Urubu e próximos da Vila de Lindóia. Fonte: GoogleEarth. Data: dez./2022

A pesca esportiva do Tucunaré é algo que tem tido grande crescimento na Vila de Lindóia ao longo do Rio Urubu. Um grupo de barqueiros especializado tem sido criado e já estão pensando em se organizar em uma associação para se aperfeiçoarem e se atenderem melhor os turistas de todo o Brasil e de fora dele que tem visitado o Rio Urubu em busca dessa prática esportiva que tem se desenvolvido no local. Em polêmico projeto que regulamenta o turismo da pesca esportiva no Estado do Amazonas, o deputado do Estado do Amazonas Tony Medeiros tenta mostrar o potencial de desenvolvimento da pesca esportiva do Tucunaré,

Todo o tucunaré no comércio injeta R\$ 6 milhões na economia do Estado, enquanto na Pesca Esportiva, que não tira o peixe do Rio para consumo, injetou R\$ 400 milhões em 2020, mesmo sendo um ano difícil, um ano de pandemia. É um segmento que injeta 115 bilhões de dólares na economia dos Estados Unidos por ano. É um potencial gigantesco. Por isso estou apresentando a proposta de regulamentação, acreditando em dias melhores para nossos irmãos do interior.⁶⁵

O potencial da Vila de Lindóia também foi notado pela Universidade UniNorte, com sede em Manaus. “A Vila é um local estratégico para estudo, além das características naturais do seu entorno, ela está localizada próximo à Estação de Ensino, Pesquisa e Extensão do UniNorte/Laureate, um campus avançado de pesquisa e extensão da instituição e que necessita de um banco de dados com informações atualizadas, distante cerca de vinte

⁶⁵ AMAZONAS ATUAL: Projeto quer preservar apenas 3 das 15 espécies de tucunaré e não proibir pesca, diz deputado. Disponível em: <<https://amazonasatual.com.br/projeto-quer-preservar-apenas-3-das-15-especies-de-tucunare-e-nao-proibir-pesca-diz-deputado/>>. Data: out./2021. Acesso em dez. 2022.

minutos da sede da Vila em lancha rápida.”⁶⁶ Não se sabe o motivo, mas as instalações não estão sendo utilizadas, contudo, existe um caseiro que mora nas instalações.



Figura 46. Instalações da UniNorte/Laureate, no Rio Urubu. Local: Vila de Lindóia – Itacoatiara – AM. Autoria: Marco Aurélio Drumond. Data: nov.2022

Harmonizados com a natureza local, essa população é conhecedora de várias folhas, raízes e ervas provenientes da floresta que são utilizadas na vida cotidiana para combater diversas doenças e mal-estar como dores de barriga, dores de cabeça, infecções e inflamações como: sálvia de marajó, erva-cidreira, capim santo, carapanauba, preciosa (calmante), casca da sucuba (inflamação), hortelã, amor crescido (para estômago), boldo (para estômago), quina (para malária), Casca do Jatobá (anti-inflamatório), leite do amapá etc.

Na Vila e comunidades vizinhas são encontrados artesãos, doceiras e quitandeiras que merecem destaque: peças de enfeites construídos com a casca do buriti, vassouras, peneiras e cestas de cipó, marceneiros e ferreiros. Também são várias as mulheres dona de casa e quitandeiras como a sra. Cristine que produz Pés de moleque de banana e abacaxi, a sra. Lúcia Regina, Adeline e Patrícia que fazem peças de crochê, além de outras que produzem doce de leite, doce de banana e bolos. Para esse grupo faltam incentivo e divulgação dos seus produtos. Na Vila não existe uma valorização adequada desse saber-fazer e dessas práticas culturais materiais de forma a fazer com que esse trabalho possa ser organizado e potencializado a contribuir de maneira mais enfática na qualidade de vida dessas famílias.

⁶⁶ SIMONETTI, Susy Rodrigues; VASCONCELOS, Aline da Silva; GADELHA, Eloisa Mendonça. Potencialidade Turística das Áreas Rurais na Amazônia: os desafios do inventário turístico de Vila Lindóia, Município de Itacoatiara – AM. In Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Saberes e fazeres no turismo: Interfaces. Semitur, UFS Universidade de Caxias do Sul. Julho de 2020.

Em relação às tradições e cultos religiosos, a Vila de Lindóia possui 3 templos religiosos. A Igreja Católica é a mais antiga delas, construída, segundo informações do já mencionado sr. Edilson, no ano de 1986 ⁶⁷ e ainda conta com a Igreja Assembleia de Deus e a Igreja Pentecostal.



Foto 47. Igreja Nossa Senhora de Nazaré – Vila de Lindóia – Itacoatiara – AM. Autoria: Marco Aurélio Drumond. Data: nov./2022



Figura 48. Igreja e local de Evento Cultural na Vila de Lindóia – Itacoatiara – AM. Fonte: GoogleEarth. Data: dez./2022

⁶⁷ Entrevista realizada com Edilson Santos Silva no dia 27 de dezembro de 2022 pelo historiador Marco Aurélio Drumond no contexto do trabalho de campo de diagnóstico e análise de impacto social do empreendimento em questão. Data: nov. 2022.

Das práticas culturais religiosas que a comunidade participa acontecem na Vila de Lindóia os shows de música gospel 's por partes da cultura religiosa evangélica e a já tradicional Festa da Fogueira.

A Vila de Lindóia está completamente inserida no contexto cultural e arqueológico da Sede, sobretudo em relação aos povos originais que viveram ao longo das margens do Rio Urubu. Os vestígios encontrados em campo e os 4 sítios já mencionados correspondem a uma área de alto valor de conservação ACA, ou HCV 6, que já se encontram em fase de estudos e de conclusão do cadastro no CNSA/ IPHAN. Como cita Sara Marta Cavallin:,

No baixo rio Urubu, estudos sugerem a data de 2.000 a.c para o surgimento dos primeiros assentamentos sedentários associados à fase Itacoatiara e o começo da parábola de incremento demográfico que teria seu ápice em torno do ano 1.000 d.C. Em tal época, o aumento da interação entre grupos indígenas teria levado à formação de comportamentos territorialistas, possivelmente representados na relação entre a variabilidade formal e a homogeneidade temática do registro rupestre. (CAVALLINI, Sara Marta. 2014. p.200)

Ainda hoje, artefatos arqueológicos são comumente encontrados quando se avança além das margens do Rio Urubu e esse acervo encontra-se em risco em função dos corriqueiros saques daqueles que sabem da sua importância (turistas pescadores e outros), ou destruição, por parte das comunidades ribeirinhas locais que não compreendem a relevância de tais objetos para a história local, regional e do Brasil.

Na residência do sr. Alcione, ribeirinho, pescador e liderança da categoria, foi possível encontrar um desses artefatos. Segundo seu depoimento, já teve em sua propriedade mais de 40 unidades semelhantes às das ilustrações a seguir. Entre essas peças, existiam vasos de cerâmica de pequeno, médio e grande porte, além de outros objetos que acabaram na mão de visitantes do local, “que disseram que iriam devolver, que só queriam cadastrar e depois voltariam”. Essas peças nunca mais retornaram.





Figuras 49 e 50. Evidência da ocorrência de vestígios arqueológicos entre os moradores ribeirinhos da Vila de Lindóia. Itacoatiara/AM. Autoria: Marco Aurélio Drumond. Data: nov./2022

Por esses motivos, faz-se de grande importância que se proceda a um estudo mais aprofundado e especializado para levantamento de potencial arqueológico da região do projeto, que poderá configurar futuras etapas diagnósticas relacionadas à implantação e execução do projeto.

Para Vila de Lindóia, não existe nenhum trabalho de proteção cultural apesar de vários agentes detentores de saberes manuais e culinários ainda não mapeados pela municipalidade. Na Vila e comunidades vizinhas são encontrados artesãos, doceiras e quitandeiras que merecem destaque: peças de enfeites construídos com a casca do buriti, vassouras, peneiras e cestas de cipó, marceneiros e ferreiros. Também são várias as mulheres dona de casa e quitandeiras como a sra. Cristine que produz Pés de moleque de banana e abacaxi, a sra. Lúcia Regina, Adeline e Patrícia que fazem peças de crochê, além de outras que produzem doce de leite, doce de banana e bolos. Para esse grupo faltam incentivo e divulgação dos seus produtos. Na Vila não existe uma valorização adequada desse saber-fazer e dessas práticas culturais materiais de forma a fazer com que esse trabalho possa ser organizado e potencializado a contribuir de maneira mais enfática na qualidade de vida dessas famílias.

Em relação à Prática cultural religiosa, destaca-se a Festa da Fogueira. Esta, tem sua história iniciada no ano de 1987, na Vila 6 de janeiro, Comunidade Iporá, localizada entre os municípios de Rio Preto da Eva e Itacoatiara. Na época, moradores da comunidade se reuniam ao redor de uma fogueira, que começou com quatro metros de altura. Os organizadores foram o sr. José Aguiñom Marinho de Carvalho (já falecido), Francisco de Carvalho Pereira, conhecido como Assis e seus filhos Aldevandro de Carvalho e Aldejânio de Carvalho e o senhor

Antônio Felício. O município de Rio Preto Da Erva provia assistência ao assentamento Iporá pois as terras são próximas e também, pelo parentesco dos organizadores da fogueira, na época residirem no Rio Preto.



Figura 51. <http://semctur-ita.blogspot.com/2017/06/fogueira-de-13-metros-foi-acesa-na-vila.html>. Data: 2017. Acesso em dez. 2022

Os anos foram se passando e a festa foi ganhando legitimidade da comunidade e continuou a ser realizada com a ajuda do senhor Magalhães e o patrocínio do senhor Adail Paz, então prefeito na época do município de Rio Preto da Erva, ainda no assentamento do Ipórá. Alguns anos mais tarde, a família do senhor Assis e do senhor Magalhães, idealizadores da festa, passaram a ser moradores da comunidade de Vila de Lindóia e se uniram ao festival Folclórico, ou seja, firmaram parceria com a Escola Ivo Amazonense de Moura que é responsável pela realização do Festival Junino. Em 2004 com ajuda de colaboradores o festival junino passou a ter no seu festejo a construção da primeira fogueira da Vila de Lindóia com 10 metros de altura e em 2009 foi construída uma de 17 metros de altura. Atualmente, o festival folclórico de Lindóia é realizado juntamente com o festival da fogueira, onde são utilizados restos de madeiras certificadas, tendo por parte dos organizadores, a preocupação em cuidar do meio ambiente onde a comunidade está inserida. O material utilizado na construção da fogueira é derivado de madeiras descartáveis (refugo) com licença ambiental.

A fogueira é construída pelos próprios comunitários que trabalham voluntariamente para fazer a festa acontecer. No topo, uma bateria de fogos é acionada por meio de um pavio, fazendo a estrutura queimar de cima para baixo. O trabalho acontece sob a supervisão do Corpo de Bombeiros. No ano de 2022 foi comemorada a 18ª. Festa da Fogueira na Vila com a presença de aproximadamente 7 mil pessoas que se deslocaram de várias localidades para prestigiar o evento.



Figura 52. Festa da Fogueira. Fonte: <https://portalgazetadoamazonas.com.br/em-itacoatiara-am-vila-de-lindoia-aprova-a-nova-iluminacao-publica-de-led-pela-melhoria-do-convivio-social-e-mais-seguranca/>. Data: ago./2022.

8. Equipe Técnica

A seguir é apresentada a equipe - envolvida na elaboração do presente documento:

FICHA TÉCNICA

Profissional	Formação	Função	Nível
Caroline César de Oliveira	Mestre em Antropologia Social, Historiadora, Economista e Pós Graduada em Direitos Humanos	Coordenadora do trabalho e produção dos relatórios VCS e CCB	Sênior

Marco Aurélio Drumond	Historiador, Pós Graduado em História da Arte e Antropologia Social	Assistente de Campo e consolidação de dados	Sênior
-----------------------	---	---	--------

9. Referências Bibliográficas

AMORIM, Breno Campos. Recursos naturais e meios de produção: o caso da produção de carvão vegetal no Assentamento Tarumã Mirim, Manaus - AM. In: Encontro nacional de geografia agrária, Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, 21, 15 a 19 de outubro de 2012, Uberlândia-MG. Encontro. Uberlândia: Ed. Universidade Federal de Uberlândia, 2012. 1-13.

BATISTA, V. S. Caracterização da frota pesqueira de Parintins, Itacoatiara e Manacapuru, Estado do Amazonas. *Acta Amazônica*. v. 33, n. 2, p. 291-302, 2002.

BECKER, B.K. A Amazônia nos Cenários para o Planejamento Ambiental. In: Atlas: Os Ecossistemas Brasileiros e os Principais Macrovetores de Desenvolvimento. Brasília: MMA, 1995.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: A Guerra na Floresta*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992

CARDOSO, A. C. D; LIMA, J. J. F. Tipologias e Padrões de Ocupação na Amazônia Oriental. In: *O Urbano e Rural na Amazônia*. ed. Belém: Editora da UFPA, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CASTRO, E.; MONTEIRO, R. e CASTRO, C. P. Estudo sobre dinâmicas sociais na fronteira, desmatamento e expansão da pecuária na Amazônia. Relatório Técnico. Belém, Banco Mundial, 2002, 141 p.

CAVALLINI, Marta Sara. As gravuras rupestres da bacia do baixo rio Urubu: levantamento e análise gráfica do sítio Caretas, Itacoatiara - Estado do Amazonas. Uma proposta de contextualização. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.71.2014.tde-21102014-161559. Acesso em: abr./2022.

COSTA, F.A. Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: Graphite, 2000.

COSTA, Ricardo Luiz da Silva. Ocupação humana, conservação e uso da biodiversidade na terra indígena Rio Urubu: desafios para a gestão / Ricardo Luiz da Silva Costa. --- Manaus: [s.n.], 2014.

CORREA, Marcos Alfredo. Universidade, UNIVILLE, ed. «Pré-história da Amazônia». Rede Ebah. Acesso em: set./2022.

FEARNSIDE, P.M. Desmatamento na Amazônia Brasileira: história, índices e consequências. Revista MEGADIVERSIDADE, vol.1, n.1, julho. 2005.

FEARNSIDE, P.M. Desmatamento na Amazônia: Dinâmica, Impactos e Controle. Revista Acta Amazônica, vol.36, n.3, p.395-400, 2006.

FILHO, Francisco da Silva Marinho. Caracterização dos Fatores de Produção da Atividade Carvoeira Desenvolvida por Pequenos Produtores em uma Comunidade Rural no Município de Itacoatiara – Amazonas. Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Florestal, do Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara, da Universidade do Estado do Amazonas. Itacoatiara, 2018.

GAZONI, J. L.; MOTA, J. A. Fatores Político-Econômicos do Desmatamento na Amazônia Oriental. Revista Sustentabilidade em Debate, vol.1, n.1, p. 25-42, 2010

GEORGE, Pierre. Os Métodos da Geografia. Trad. Heloísa Dantas. São Paulo: Diefel, 1986, p.7-58;114-119.

HOMMA, A.K.O. Política agrícola ou ambiental para a prevê(cone)reação da Amazônia? Revista de Política Agrícola. Brasília, v. 5, n. 4, p.16-23, 1996.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. Estudos Avançados, v.16, n.45, p.37-61, 2002.

MACHADO, Luciana. Desflorestamento na Amazônia Brasileira: ação coletiva, governança e governabilidade em área de fronteira. Revista Sociedade e Estado, Brasília, vol.24, n.1.p.115-147, Jan/Abr 2009. 89

MACHADO, Ricardo B.; Aguiar, Ludmilla, S. A.; Desmatamentos na Amazônia e consequências para a biodiversidade. In: Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Brasília: MMA, 2001.

MARGULIS, S. Causas do desmatamento na Amazônia Brasileira. 1ª edição, 100p., Brasília, 2003. MORAES, Antônio C. R. Meio ambiente e ciências humanas. São Paulo: Annablume, p.45-80, 2005.

OLIVEIRA, José Aldemir. A vivência nas cidades da Amazônia: algumas reflexões. Salvador, Cadernos CEAS, nº 207, setembro, 2003.

OVIEDO, Antônio & PEREIRA, William. Instituto Socioambiental. Nota Técnica: Geografia do Desmatamento na Amazônia Legal. São Paulo, dez./2022.

PRATES, R. C. O desmatamento desigual na Amazônia brasileira: sua evolução, suas causas e consequências sobre o bem-estar. Tese de Doutorado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2008.

RIBEIRO, M.A.C. A complexidade da rede urbana Amazônica: três dimensões de análise. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.

RIVERO, S.; ALMEIDA, O.; ÁVILA, S.; OLIVEIRA, W.; Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. Revista Nova Economia, Belo Horizonte - MG, vol.19, n.1, p.41-66, jan/abr, 2009

ROCHE, F. 2006. Área de contato entre as distribuições geográficas de *Saguinus midas* e *Saguinus bicolor*: a importância de interações e fatores ecológicos. Dissertação de Mestrado em Biologia Tropical e Recursos Naturais, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/Fundação Universidade do Amazonas, Manaus. Brasil.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3ª edição. São Paulo: Editora: Hucitec, 1999.

SCHOR, Tatiana; COSTA, Danielle Pereira da; OLIVEIRA, José Aldemir de. Notas sobre a tipificação da rede urbana na Calha do rio Solimões, Amazonas. XII Encontro Nacional da ANPUR. Belém: Anais, 2007.

SILVA, Francisco Gomes da, 1945 Itacoatiara. Roteiro de uma cidade - 2ª edição Francisco Gomes da Silva Manaus - Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1997. Pág. 51-54

SILVA, Francisco Gomes da. Fundação de Itacoatiara (1º volume da Trilogia Itacoatiara 330 anos) - 2ª edição revista e ampliada. Manaus: Governo do Estado do Amazonas - Secretaria de Estado de Cultura, 2017.

SILVA, L “Três espécies brasileiras agora entre os 25 primatas mais ameaçados do mundo!”. 24 agosto 2018. Post do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1698410913603457&set=pcb.1698411153603433&type=3&theater>>. Acesso em: 24 agosto 2018.

SIMONETTI, Susy Rodrigues; VASCONCELOS, Aline da Silva; GADELHA, Eloisa Mendonça. Potencialidade Turística das Áreas Rurais na Amazônia: os desafios do inventário turístico de Vila Lindóia, Município de Itacoatiara – AM. In.: Anais do VI Seminário de Pesquisa em turismo do Mercosul. Saberes e fazeres no turismo: Interfaces. Semitur, UFS Universidade de Caxias do Sul. Julho de 2020. Pág. 9-10.

SRMM – Secretaria da Região Metropolitana de Manaus. In: www.srmm.am.gov.br. Acesso em: 15/04/2010.

SYSTEMICA. Levantamento de campo. 2022.

TUAN, Yi-fu. Topofilia: um estudo da percepção. Atitudes e Valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VASCONCELOS, H. Consequências Ecológicas da Fragmentação Florestal na Amazônia. *Oecologia brasiliensis*, 13(3), p.434-451, 2009.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade Amazônica: um estudo do homem nos trópicos. 3ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ELETRÔNICAS

AMAZONAS ATUAL: Projeto quer preservar apenas 3 das 15 espécies de tucunaré e não proibir pesca, diz deputado. Disponível em: <<https://amazonasatual.com.br/projeto-quer-preservar-apenas-3-das-15-especies-de-tucunare-e-nao-proibir-pesca-diz-deputado/>>. Data: out./2021. Acesso em dez. 2022.

Amazonas: Secretaria de Meio Ambiente. Disponível em: <[http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/APA-Sauim-versao-atualizada-2019.pdf](http://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/APA-Sauim-versao-atualizada-2019.pdf)>. Acesso em jan./2022.

BATISTA, V. S. 2004. A pesca na Amazônia Central. In: RUFFINO, M. L. (Eds). A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. Manaus: IBAMA/ProVárzea, p. 63-152.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista4-mat7.pdf>>. Acesso em: ago. 2017.

BRASIL, 2012. Sumário Executivo do Plano de Ação Nacional para a Conservação do sauim-de-coleira: ICMBio. (<http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/plano-de-acao-nacional-lista/2051-plano-deacao-para-conservacao-do-sauim-de-coleira>) Acesso: 02/05/16.

BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa nº99 de 30 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-99-de-30-de-dezembro-de-2019-236098411>. Acesso em Ago/2022.

BRASIL, Indicadores Brasileiros para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>.

CAMPOS, F. D. Percepções ambientais sobre a madeira: usos e significados no polo madeireiro de Itacoatiara-AM. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013

CAMPOS, Ivan Braga, Gordo M. e Vidal, M. D. 2017. Análise de Viabilidade Populacional (AVP) de *Saguinus bicolor*. Plano de ação nacional para a conservação do sauím-de-coleira / Organizadores: Leandro Jerusalinsky, Renata Bocorny de Azevedo, Marcelo Gordo. – Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Icmbio, 2017. (Série Espécies Ameaçadas).

COLETA DE DADOS SEMA (2018). Fonte: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/APA-Sauim-versao-atualizada-2019.pdf.> Acesso em: jan./2023.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://cpisp.org.br/sagrado-coracao-de-jesus-lago-de-serpa/>. Acesso em: dez./2022

ECOAMAZÔNIA - Fundação para o Ecodesenvolvimento da Amazônia. Disponível em: <https://www.ecoamazonia.org.br/2022/01/mpf-quer-conclusao-delimitacao-territorio-quilombola-itacoatiara-am/>. Acesso em: dez./2022.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS – Licença de Operação - L.O. No. 100/2020. Disponível em: <<http://www.ipaam.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/070520-LO-N%C2%BA-100-2020-Oliveira-Energia-Gera%C3%A7%C3%A3o-e-Servi%C3%A7os-Ltda-UTE-Vila-de-Lind%C3%B3ia.pdf>>. Acesso em: dez. 2022.

<http://ptriadgua.blogspot.com/2016/11/tragediado-rio-urubu-completa-quarenta.html>. Acesso em: jan./2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>>. Acesso em dezembro de 2022.

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Disponível em: <http://www.idam.am.gov.br/idam-participa-de-audiencia-publica-na-vila-de-lindoia-no->

IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/847/iphan-publica-cartilha-sobre-o-inventario-do-centro-historico-de-itacoatiara>. Acesso em: dez./2022.

IUCN. IUCN Red List of threatened species. Version 2014.1. (<http://www.iucnredlist.org>). Acesso em: 13 fevereiro, 2018.

JUSBRASIL. Disponível em:
<<https://dpu.jusbrasil.com.br/noticias/198654608/comunidade-quilombola-de-itacoatiara-se-reune-com-a-dpu-no-amazonas>>. Acesso em: jan./2023. municipio-de-itacoatiara/. Acesso em: nov.2022.

MMA- Ministério do Meio Ambiente, 2015. Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização - Termo de Referência nº 2015.1202.00092-3.

PORTAL AMAZÔNIA. Disponível em:
<https://portalamazonia.com/estados/amazonas/descubra-por-que-itacoatiara-e-conhecida-por-ser-a-cidade-da-pedra-pintada>. Acesso em: dez./2022. Foto: Francisco Jota

PORTAL ÚNICO. Disponível em: <<https://portalunico.com/associacao-de-vila-de-lindoia-divulga-nota-em-protesto-contra-prefeitura-de-itacoatiara/>>. Acesso em: nov./2022

PRESTES, Mônica. DO verde às cinzas: Demanda de Manaus abastece produção clandestina de carvão no interior do AM. PORTAL A CRITICA.COM. Disponível em: <<https://www.acritica.com/amazonia/demanda-de-manaus-abastece-producao-clandestina-de-carv-o-no-interior-do-am-1.164255>>. Acesso em: dez./2022.

Contatos posteriores ao campo:

Raimundo Nonato T. Silva	92 9289 0154
Raimundo Miguel Barbosa de Lima	92 9300 5931
Romário	92 9501 17 94

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto de 17 de fevereiro de 2005, s/n. Diário Oficial da União, nº 33, 18/2/2005.

_____. Decreto de 8 de novembro de 2004, s/ n. Diário Oficial da União, n. 215, 9/ 11/2004.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal: Operação Arco Verde. Brasília, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/SXW7Cm>.

BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa nº99 de 30 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-99-de-30-de-dezembro-de-2019-236098411>. Acesso em Ago/2022.

BRASIL, Indicadores Brasileiros para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>.

COSTA, F.A. Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: Graphite, 2000.

CASTRO, E.; MONTEIRO, R. e CASTRO, C. P. Estudo sobre dinâmicas sociais na fronteira, desmatamento e expansão da pecuária na Amazônia. Relatório Técnico. Belém, Banco Mundial, 2002, 141 p.

CORREA, Marcos Alfredo. Universidade, UNIVILLE, ed. «Pré-história da Amazônia». Rede Ebah. Acesso em: set./2022.

ESCADA, Marta Isabel Sobral et. al. Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/ Iriri). ESTUDOS AVANÇADOS 19 (54), 2005

FELLOWS, Martha, Ane Alencar, Matheus Bandeira, Isabel Castro, e Carolina Guyot. 2021. Amazônia Em Chamas - Desmatamento e Fogo Em Terras Indígenas: Nota Técnica No 6.

GOULART, Michel (13 agosto de 2012). «3 povos da pré-história brasileira». Portal História Digital. Consultado em 16 de março de 2016.

MARTIN, Gabriela. «A Amazônia na Pré-História». Portal Ambiente Brasil. Acesso em: set./2022